

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

**PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
COMERCIAL - (P159052-AO)**

**PRESTADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS (TSP) PARA APOIAR A
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS**

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS)

DA

FAZENDA AGRO WACO

Iniciativa:



Financiamento:



Largo António Jacinto, Edifício B do MINAGRIF, 2º Andar, Direito, Luanda, República de Angola

SETEMBRO 2022



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. Apresentação do projecto PDAC	13
1.2. Objectivos e âmbito do PGAS.....	15
1.3. Estrutura e Conteúdos do PGAS	16
1.4. Identificação da Equipa Ambiental e Social	17
1.5. Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)	18
1.6. Identificação das Etapas de Elaboração, implementação, monitorização e arranjos institucionais dos PGAS	20
1.7. Principais riscos ambientais e sociais associados.....	20
2. DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO	23
2.1. Histórico da Fazenda	23
2.3. Breve apresentação e caracterização geral da fazenda	24
2.4. Localização da fazenda	25
2.5. Mão de Obra.....	26
2.6. Descrição das actividades do subprojecto	27
2.6.1. Equipamentos e máquinas	29
2.6.2. Técnicas de Cultivo	30
2.6.3. Parcelamento da terra	30
2.6.4. Calagem das parcelas agrícolas	31
2.6.5. Rotações e sucessões de culturas.....	32
2.7. Necessidades hídricas do Subprojecto e Consumo de energia	34
2.8. Actividades relacionadas com reabilitações e construções	35



2.9.	Programação das campanhas agrícolas e aquisição dos insumos agrícolas	38
2.9.1.	Preparação das terras e início da sementeira/plantação.....	38
2.9.2.	Instalação e Acompanhamento das operações de cultivo.....	38
2.9.3.	Colheita, armazenamento e expedição da produção.....	39
2.10.	Análise de Mercado.....	39
2.11.	Consumo de energia e a Água Potável	40
2.12.	Estimativa de Produção dos Resíduos	40
3.	CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL	41
3.1.	Enquadramento Biofísico	41
3.1.1.	Clima.	41
3.1.2.	Vegetação	41
3.1.3.	Áreas de conservação e protegidas.....	41
3.1.4.	Solos	41
3.1.5.	Hidrografia	41
3.2.	Características socio económicas da Província do Cuanza Sul e no Município da Cela	42
3.3.	Demografia.....	42
3.4.	Aspectos socioeconómico	43
3.4.1.	No que respeita à religião, 59,3% dos habitantes são católicos, 21,2% protestantes, menos de 0,5% são islâmicos e judaicos, 16% não tem religião e a restante percentagem pertence a outras religiões. Qualificação e escolaridade	43
3.4.2.	Actividade e emprego.....	43
3.4.3.	Agregado familiar e habitação.....	44
3.4.4.	Relativamente ao abastecimento de água e energia no Município	44
3.5.	Enquadramento Local.....	44
3.5.1.	Actividades económica da população envolvente da fazenda.....	44



3.5.2.	Problemas de doenças e de saneamento básico	44
3.5.3.	Uso actual da terra na área do projecto	44
4.	ENQUADRAMENTO LEGAL	46
4.1.	Constituição da República de Angola de 2010.....	46
4.2.	Legislação Ambiental.....	46
4.3.	Legislação Social.....	48
4.4.	Políticas ambientais e sociais do Banco Mundial accionadas pelo Projecto	49
4.5.	Avaliação das lacunas da legislação e recomendações	50
5.	AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS	53
5.1.	Impacto socioeconómico do Plano de Negocio.....	53
5.2.	Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais.....	54
5.3.	Critérios utilizados para determinar a consequência do impacto	54
5.4.	Classificação dos impactos.....	55
5.4.1.	Fase de Construção.....	57
5.4.2.	Fase de Operação.....	61
6.	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PROPOSTA	66
7.	PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL	71
7.1.	Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes.....	71
7.1.1.	Implementação do PGR.....	72
7.1.2.	Descartes de resíduos na fazenda	73
7.1.3.	Procedimentos para a gestão de resíduos e efluentes	74
7.1.4.	Cronograma de Acções e Responsabilidades na Gestão de Resíduos	80
7.2.	Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional	81
7.2.1.	Principais causas de acidente no campo	81



7.2.2.	Identificação e Mapeamento dos riscos.....	82
7.2.3.	Levantamento e aquisição dos EPI's.....	83
7.2.4.	Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores	85
7.2.5.	Condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores	85
7.2.6.	Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO	85
7.3.	Plano de atendimento às emergências para fazenda.....	85
7.3.1.	Objectivos.....	86
7.3.2.	Directrizes gerais	86
7.3.3.	Consciencialização ambiental	87
7.3.4.	Procedimentos de Emergência	87
7.3.5.	Cronograma de execução do plano de emergências.....	90
7.4.	Plano de Gestão de Pragas.....	90
7.4.1.	Uso e Manuseio de Pesticidas	91
7.4.2.	Armazenamento.....	91
7.4.3.	Manipulação	92
7.4.4.	Aplicação.....	92
7.4.5.	Disposição	93
7.4.6.	Fertilizantes	93
7.4.7.	Gestão integrado de pragas.....	93
7.5.	Plano de prevenção contra COVID-19.....	97
7.5.1.	Plano de contingência.....	97
7.5.2.	Medidas gerais de prevenção.....	98
7.5.3.	Política e procedimentos internos para identificação e isolamento de pessoas doentes.....	98
7.5.4.	Práticas de trabalho seguro	99



7.5.5.	Cronograma de implementação do plano	99
7.6.	Plano de formação e capacitação dos trabalhadores.....	100
7.7.	Plano de Prevenção de EAS/AS	103
7.8	Plano de Implementação do MSGR previsto pelo PDAC	104
7.8.2	Acções de divulgação do MSGR.....	105
7.8.2.	Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR).....	106
7.8.3	Plano de Acção contra Abuso e Exploração Sexual ou Assédio Sexual.....	106
7.9	Plano de Consultas Públicas.....	107
7.9.2	Resumo dos comentários e preocupações recebidos nas reuniões de consulta pública 107	
7.9.3	Cronograma de implementação.....	107
8.	ESTIMATIVAS DE CUSTOS.....	109
9.	ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO SUBPROJECTO.....	110
9.1	Propósito.....	110
9.2	Meios de verificação e indicadores de execução.....	110
9.3	Acompanhamento.....	111
10	CONSULTA PÚBLICA.....	115
10.1	Resumo dos comentários e preocupações recebidos nas reuniões de consulta pública.....	115
11.	OUTROS ASPECTOS.....	117
11.1.	Padronização das actividades previstas no processo produtivo.....	117
11.2.	Reporting e Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatórios.....	117
12.	ANEXOS	120
12.1.	Anexo I: Relatório da Consulta Pública.....	120
12.2.	Anexo III. Título de Concessão de terra.....	123



12.3. Anexo IV: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC 127	
12.4. Anexo V: Ficha de Registo de Não Conformidades da FAZENDA AGRO-WACO	128
12.5. Anexo VI: Código de Conduta do PDAC	130

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi-Sirius responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS	17
Tabela 2: Riscos Ambientais e Sociais.....	20
Tabela 3: Áreas de produção e Rendimentos anual.	23
Tabela 4: Necessidade hídrica das Culturas	34
Tabela 5: Principais resíduos produzidos na fazenda.....	40
Tabela 6: Legislação Ambiental.....	46
Tabela 7: Legislação Social.....	48
Tabela 8: Políticas ambientais do BM.....	49
Tabela 9: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial	50
Tabela 10: Relação entre a necessidade de mão-de-obra eventual e área por cultura.....	53
Tabela 11: Necessidade anual de mão-de-obra eventual.....	54
Tabela 12: Critérios usados para determinar a consequência do impacto.....	54
Tabela 13: Classificação dos impactos.....	55
Tabela 14: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais fase de construção	57
Tabela 15: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais fase de operação	61
Tabela 16: Medidas de mitigação propostas	66
Tabela 17: Resíduos gerados na fazenda Agro Waco	71
Tabela 18: Segregação de Resíduos	75



Tabela 19: Metodologia de destino final para resíduos.....	79
Tabela 20: Cronograma de Acção e Responsabilidades na Gestão de Resíduos	80
Tabela 21: Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO	85
Tabela 22: Procedimentos de emergência	88
Tabela 23: Cronograma de execução do plano de emergências.....	90
Tabela 24: Tipo de culturas e de pragas	94
Tabela 25: Pesticidas/ Insecticidas usados nas cultura do milho	94
Tabela 26: Insecticidas usadas na cultura do feijão	95
Tabela 27: Impactos ambientais e sociais e medidas de mitigação no uso combate as pragas	96
Tabela 28: Cronograma de supervisão.....	97
Tabela 29: Calendário de implementação e avaliação	97
Tabela 30: Cronograma de implementação do plano prevenção a Covid 19	99
Tabela 31: Formação ambiental e social	101
Tabela 32: Formação na área de Segurança e emergência.....	102
Tabela 33: Comentários recebidos e respostas.....	107
Tabela 34: Custos estimados do PGAS.....	109
Tabela 35: Plano de Monitoria de impactos ambientais e sociais	112
Tabela 36: Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatório	117
Tabela 37: Monitorização a partir do 2º ano de implementação	118
Tabela 38: Periodicidade de entrega de relatórios.....	119
Tabela 39: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações do PDAC.....	127
Tabela 40: Relatório De Não Conformidades (RNC)	128



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Componentes do PDAC.....	15
Figura 2: Base de Vida da fazenda.....	25
Figura 3: Localização, aldeia e bairro vizinho e rio na proximidade da fazenda.....	26
Figura 4: Aldeia Cafe Cangombe.....	26
Figura 5: Equipamentos existentes.....	29
Figura 6: Ilustração e delineamento do parcelamento do terreno a ser cultivado.....	31
Figura 7: Esquema de rotação e sucessão.....	32
Figura 8: Rio Keve.....	35
Figura 9: Represa.....	35
Figura 10: Residências para os trabalhadores efectivos.....	36
Figura 11: hyperrenias.....	41
Figura 12: Gráfico de Desemprego por Género.....	43
Figura 13: segregação de resíduos.....	75
Figura 14: Recipiente de pequeno/médio porte para acondicionamento dos resíduos.....	76
Figura 15: Adesivo para a identificação de Resíduos.....	77
Figura 17: Momento da consulta pública.....	121
Figura 18: Fotografia em família.....	122



LISTA DE ACRÓNIMOS

AFD:	Agência Francesa de Desenvolvimento
AIA:	Análise de Impacto Ambiental
BM:	Banco Mundial
BRLi-Sirius:	Empresa contratada pelo PDAC para a prestação de assistência técnica especializada no Corredor
EAS/AS:	Exploração e Abuso Sexual e/ou Assédio Sexual
CRA	Constituição da República de Angola
CTI	Comité Técnico de Implementação
EAS/AS	Exploração e Abuso Sexual/ Assédio Sexual
EBRD	Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
EDA:	Estação de Desenvolvimento Agrário
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
EPI	Equipamento de Protecção Individual
ETA	Estação de tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
VII	Virus da Imunodeficiência Humana
IDA:	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IFC:	Corporação Financeira Internacional
IGCA	Instituto Geodésico e Cartográfico de Angola
INE:	Instituto Nacional de Estatística
M & A:	Monitoria e Avaliação
MINAMB	Ministério do Ambiente
MINAGRIF:	Ministério da Agricultura e Florestas
MIP	Manuseio Integrado de Pragas
MIV	Manuseio Integrado de Vectores
MSGR:	Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações
OIT:	Organização Internacional do Trabalho



OMS	Organização Mundial da Saúde
PDAC:	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola
PGAS:	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGR	Plano de Gestão de Resíduos
PHSST	Plano de Higiene Saúde e Segurança no Trabalho
PME:	Pequenas e Média Empresas
PMP	Plano de Manuseio de Pragas
PN:	Plano de Negócio
PSS	Plano de Saúde e Segurança
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência humana
TSP:	Prestadores de Serviços Técnicos
UIP:	Unidade de Implementação do Projecto
VBG:	Violência Baseada no Género



SUMÁRIO EXECUTIVO

A equipa do TSP BRLi-Sirius submete ao-Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola (PDAC) o presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para o Plano de Negócio da **Fazenda Agro Waco**, está localizada na Aldeia Banza Massango, Comuna Sede, Município da Cela. Município da Cela, Província do Cuanza Sul, tem na sua estrutura executiva da fazenda 50 trabalhadores contratados em que 47 são homens e 3 são mulheres, cujo proponente é o Senhor **Joaquim Augusto Martins (PCA)**. A proposta foi preparada e concebida seguindo as normas do Banco Mundial e a Legislação vigente na República de Angola com a finalidade de apresentar um quadro ilustrativo dos impactos ambientais e sociais negativos do subprojecto, propostas de mitigação dos riscos, medidas de salvaguardas ambientais e sociais e um plano de monitorização ambiental e social.

O subprojecto visa atingir os seguintes objectivos é investir na melhoria das tecnologias de produção já praticadas, reforço dos equipamentos, principalmente no que respeita a colheita, introdução da terceira época de feijão (cacimbo) com uso do sistema de rega e infraestrutura de armazenamento, numa extensão de 130 ha, dos quais 120 produtivos. Projeta-se o aumento da produtividade actual das culturas de eleição para melhoria das condições socioeconómicas dos promotores e das comunidades circunvizinhas, pela geração de postos de trabalhos

A categoria ambiental e social do subprojecto foi estabelecida por consultores de salvaguarda ambientais e sociais do PDAC, tendo como base a ficha de triagem social e ambiental apresentada pela BRLi-Sirius. O projecto foi classificado como **categoria B**, sujeito a apresentação de um PGAS que inclui disposições sobre gestão de pragas e doenças e de gestão de resíduos.

No âmbito da categorização ambiental e social o Plano de Negócio da Fazenda Agro Waco, não irá desencadear a O.P 4.12, visto que o projecto será implementado num terreno privado, cujo proponente apresenta o título de propriedade, já em uso agrícola e sem ocupantes informais, quer para fins de exploração agrícola, quer para fins habitacionais. O subprojecto não irá igualmente afectar o acesso das comunidades vizinhas às suas explorações agrícolas ou a qualquer outro meio de subsistência.

O presente PGAS apresenta programas de mitigação dos impactos ambientais e sociais identificados, as propostas de medidas de mitigação destes impactos, as responsabilidades de execução e coordenação e os custos estimados para cada fase do subprojecto. Os programas de monitorização dos impactos identificam os parâmetros a monitorar, frequências de medição, as responsabilidades quanto a revisão e elaboração de relatórios bem como a estimativa de custos. O PGAS inclui também programas de fortalecimento institucional e capacitação durante os 5 anos de implementação do subprojecto.

O PGAS foi sujeito à consulta pública para sua divulgação e recolha de informações (feedback) em primeira instância pelo PDAC órgão financiador do subprojecto, autoridades locais e Proponente e trabalhadores da fazenda.

As partes interessadas na implementação do projecto além do proponente, são as comunidades vizinhas por gerar emprego e fonte de geração de renda para sustentabilidade da família, o empresariado, a banca local porque aumenta o fluxo de negócio local criando um mercado financeiro viável, as autoridades locais porque diminui o desemprego no seio da juventude que reflete na diminuição da criminalidade.

Os beneficiários directos são o Proponentes e trabalhadores permanentes. Os beneficiários indirectos são a população das comunidades vizinhas, trabalhadores eventuais.



1. INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), é um documento que traça as directrizes gerais de gestão ambiental e social para as operações normais do subprojecto. Inclui procedimentos e especificações ambientais e sociais (integrando as medidas de mitigação) e oferece uma visão geral dos papeis e responsabilidades fundamentais de cada um dos intervenientes. As especificações ambientais e sociais estão divididas em matriz para a fase de construção e matriz para a fase de operação.

Este PGAS diz respeito ao Plano de Negócio da **Fazenda Agro Waco**, está localizada na Aldeia Banza Massango, Comuna Sede, Município da Cela.no, Província do Cuanza Sul, tem na sua estrutura executiva da fazenda 50 trabalhadores contratados em que 47 são homens e 3 são mulheres, cujo Proponente é o Senhor Joaquim **Augusto Martins (PCA)**, a sua elaboração teve o suporte técnico da equipa da BRLi - Sirius, contratada no âmbito do PDAC. O Plano de Negócio da fazenda de prevê a produção de milho, soja, feijão e batata rena. Com previsão no aumento da produtividade, para melhoria das condições socioeconómicas dos promotores e das comunidades circunvizinhas pela geração de mais postos de trabalhos. Desta forma teremos um projecto agrícola com uma área total de 912,82 hectares, dos quais 700 hectares encontram-se disponíveis para agricultura. A fazenda conta com 50 trabalhadores em efectivos, onde 47 são do sexo masculino e 3 do sexo feminino, estes funcionários na sua maioria estão ligados ao campo e recebem o salário mínimo estabelecido na LGT, e existe uma residência em construção para os trabalhadores.

1.1. Apresentação do projecto PDAC

O Projecto de Desenvolvimento de Agricultura Comercial (PDAC), cujo objectivo fundamental é de aumentar a produção e produtividade de micro, pequenos e médios agrícolas e facilitar o acesso ao mercado em cadeias de valor seleccionadas. Este projecto tem o financiamento do Banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) por um período de seis (6) anos que compreende entre 2018 - 2024. O projecto estabelece os seguintes objectivos:

1. Aumentar a produção e a produtividade agrícola;
2. Diminuir as importações e melhorar a segurança alimentar com a promoção da autossuficiência;
3. Gerar empregos e renda em sistemas agroalimentares;
4. Promover o alinhamento da oferta pelos produtores e nos mercados privados;
5. Fortalecer a prestação e a qualidade da assistência técnica e treinamento para os beneficiários do projecto, suas organizações e principais partes interessadas envolvidas nas cadeias de valor;
6. Permitir maior acesso ao capital por meio de subsídios equivalentes e garantias parciais de crédito;
7. Apoiar investimentos em infraestrutura como estradas, irrigação, electricidade, etc.;
8. Promover investimentos que melhorem o ambiente de agronegócio.

Como principais actividades na implementação do projecto podemos destacar as seguintes:

- Construção de infraestruturas;



- Aquisição de equipamentos e materiais agrícolas;

Na fase de produção:

- Planeamento do parcelamento da fazenda, limpeza dos terrenos, calagem e realização das obras anti erosivas.
- Planeamento anual das culturas a semear e das necessidades de insumos, compra dos insumos e outros consumíveis.
- Operações culturais desde o trabalho do solo, sementeira até a colheita.

O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial em Angola possui quatro componentes interligadas a serem implementadas simultaneamente, seguindo a sequência lógica de actividades de cada uma delas:

Componente 1: Promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio

Pretende catalisar o potencial da agricultura e do agronegócio apoiando agricultores elegíveis e Pequenas e Médias Empresas (PME) do agronegócio nas áreas do projecto.

Subcomponente 1.1: Fortalecimento das capacidades produtividade e comercialização

Subcomponente 1.2: Garantias parciais de crédito

Componente 2: Infraestrutura para Produção e Marketing

A **Componente 2** apoiará investimentos públicos em estradas de serviço agrícola e outras infraestruturas (irrigação e infraestrutura de “último km”).

Subcomponente 2.1: Reabilitação de Estradas Rurais

Subcomponente 2.2: Apoio a Projectos Públicos de Irrigação

Subcomponente 2.3: Conexões de eletricidade rural de último km

Componente 3: Fortalecimento Institucional e Melhoramento do Ambiente de Negócios

Irá contribuir para a criação dum ambiente mais propício para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, abordando os constrangimentos ao desenvolvimento das cadeias de valor através dum diálogo público-privado, apoiando novas tecnologias nas cadeias de valor prioritárias e fortalecendo a capacidade institucional do MINAGRIF (Ministério da Agricultura e Florestas).

Componente 4: Gestão e monitoria/avaliação do projeto

A Componente se concentra na gestão do projeto, monitoria e avaliação (M&A)



As quatro componentes têm abrangência nos dois corredores de desenvolvimento para o financiamento de nove cadeias de valor (milho, feijão, soja, café, ovos e frangos, mandioca, batata-doce e batata rena):

Corredor A: cobertura de duas províncias (Cuanza Norte, Malanje);

Corredor B: cobertura de quatro províncias (Cuanza Sul, Huambo, Bié, Huila),



Figura 1: Componentes do PDAC

O subprojecto “Fazenda Agro Waco” integra-se na componente 1 (promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio).

Em conformidade com o conhecimento sobre as limitações dos produtores para darem o salto para uma agricultura comercial e orientada para o mercado, devido ao limitado conhecimento e manuseamento de tecnologias avançadas, acesso ao financiamento e mercados seguros, o PDAC recrutou o Técnico Prestador de Serviços (TSP) BRLi-Sirius, empresa especializada em consultoria para prover assistência técnica na elaboração de Planos de Negócio e acompanhamento dos proponentes. Por isso o referido Plano de Negócio da fazenda Agro Waco foi formulado dentro da implementação da prestação de serviços da BRLi-Sirius.

Dentro das suas actividades com fazenda Agro Waco e dados de levantamento, o TSP BRLi-Sirius preencheu uma Ficha de Triagem e Categorização Ambiental e Social do Subprojecto que apresentou à UIP. Com esse documento a UIP tomou a decisão de incluir o subprojecto na **categoria ambiental e social B**, cujos potenciais impactos ambientais adversos podem afectar as populações humanas e/ou áreas ambientalmente importantes, com impactos específicos ao local do subprojecto e que podem ser mitigados com acções particulares ambientais e sociais.

Deste modo, a equipa ambiental e social da BRLi - Sirius apresenta o presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), onde são definidas as referidas acções de mitigação dos impactos a ser desenvolvidos pelo proponente para as fases de construção, implementação e operação do projecto com apoio dos especialistas da BRLi-Sirius e o programa de monitorização do TSP, e implementar do PDAC e das entidades multisectoriais estatais competentes.

1.2. Objectivos e âmbito do PGAS

O PGAS serve para fornecer um quadro global para a gestão ambiental e social das actividades do subprojecto, e tem que ser usado como ferramenta prática durante a sua implementação.

Os objectivos específicos do PGAS são:

- Estabelecer procedimentos claros e metodologias de integração das questões ambientais e sociais durante as fases de implementação do projecto;
- Prestabelecer mecanismos de preparação e implementação do projecto que permitam tratar adequadamente as questões de salvaguarda ambiental e social do Governo da República de Angola e do Banco Mundial no caso do PDAC;



- Avaliar os potenciais impactos ambientais e sociais do projecto e propor medidas de mitigação;
- Identificar as necessidades de treinamento e fornecer um orçamento para formação e capacitação do Proponente;
- Elaborar em plano de monitorização ambiental e social.

No presente caso, a elaboração deste PGAS teve em consideração as políticas relevantes de salvaguardas ambientais e sociais do Banco Mundial. Ao assumir formalmente as medidas a nível da gestão ambiental e social, o presente PGAS garante que os potenciais impactos negativos sejam minimizados e os positivos maximizados.

Os planos de gestão definidos para o presente subprojecto são:

- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional;
- Plano de Atendimento à Emergências;
- Plano de Prevenção da COVID 19;
- Plano de Formação Ambiental e Social;
- Plano de Gestão de Pragas;
- Plano de Prevenção de EAS/AS;
- Plano de Implementação do MSGR;
- Plano de Consultas Públicas.

1.3. Estrutura e Conteúdos do PGAS

Depois desta introdução e apresentação do subprojecto da Fazenda Agro Waco, o presente PGAS aborda os seguintes assuntos:

- Sumário Executivo
- 1. Introdução
- 2. Descrição do subprojecto
- 3. Caracterização do meio ambiente e social
- 4. Enquadramento legal
- 5. Avaliação dos impactos ambientais e sociais
- 6. Medidas de mitigação propostas



7. Programa de gestão ambiental e social
8. Custos Estimados
9. Acompanhamento e monitorização do subprojecto
10. Plano de consulta pública
11. Outros aspectos a considerar
12. Anexos

1.4. Identificação da Equipa Ambiental e Social

A seguir é apresentada uma breve descrição da equipa técnica do TSP BRLi-Sirius responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS, inclusive a formação e papel de cada um no PGAS (Tabela 1).

Tabela 1: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi-Sirius responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS

Nome	Contacto	Formação	Papel	Base de trabalho
Daniel Sassupe	daniel.corredorb@sirius.co.ao sassupe@yahoo.com.br Telemóvel: 942 817 594	Eng.º Agrónomo; Pós-Graduado em Ciências do Consumo Alimentar M.Sc. Produção e Tecnologia Alimentar	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes e apoiar na implementação, supervisão e apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais e Sociais (FTAS e PGAS)	Huambo, Huíla e Bié
Irina Portela	irina.corredorb@sirius.co.ao leiteirina@gmail.com Telemóvel: 928 558 872	Eng ^a Geógrafa	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes e apoiar na implementação, supervisão e apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais e Sociais (FTAS e PGAS)	Cuanza Sul



1.5. Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)

As instituições que participam na implementação e monitoria do PGAS da Fazenda Agro Waco são respetivamente (I) o TSP BRLi-Sirius (II) o Proponente, Sr. Joaquim Augusto Martins (PCA), (iii) a UIP PDAC e (IV) o Banco Mundial.

O TSP BRLi-Sirius é responsável pela elaboração e apresentação à UIP PDAC do presente PGAS, assim como a supervisão e monitoria directa da implementação das acções previstas.

No âmbito das suas atribuições, o TSP BRLi-Sirius terá que:

- Garantir que o PGAS elaborado esteja em conformidade com os requisitos legais ambientais e sociais estabelecidos pelo PDAC e pelo Banco Mundial;
- Realizar formações do proponente e das suas equipas para melhor entender o conteúdo do PGAS e para ter capacidades de implementá-lo;
- Apoiar o proponente no planeamento da implementação do PGAS;
- Apoiar o proponente a formular regulamentos e procedimentos particulares em relação às medidas ambientais e sociais definidas;
- Monitorar/controlar a implementação do PGAS mediante o levantamento dos indicadores definidos;
- Monitorizar e avaliar a eficácia das acções previstas no PGAS no que concerne a saúde, segurança e protecção ambiental e social;
- Garantir condições de correcção de eventuais não conformidades com o PGAS com a implementação de medidas corretivas;
- Elaborar relatórios de implementação do PGAS e disponibilizá-los ao PDAC;
- Informar o PDAC e particularmente o especialista ambiental e social nos casos em que o PGAS não esteja a ser implementado conforme previsto ou caso aconteça um problema ambiental e social na gestão da fazenda

As aplicações das medidas previstas no plano de monitoramento do PGAS são da responsabilidade do Proponente que receberá instruções e treinamento do TSP BRLi-Sirius sobre os mecanismos de implementação. O TSP BRLi-Sirius tem a responsabilidade de administrar capacidades ao Proponente sobre os contornos de aplicação dos planos de mitigação dos impactos negativos.

O Proponente: Sr. Joaquim Augusto Martins (PCA)

O proponente é o principal responsável pela implementação do PGAS na Fazenda Agro Waco. Por isso ele deverá:

- Implementar as medidas acordadas no PGAS;
- Manter uma colaboração salutar com outros intervenientes mencionados neste PGAS;



- implementar activamente as ações tendentes a mitigar os impactos negativos sociais e ambientais;
- Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de facilitar acções para prevenir a propagação de a propagação do vírus COVID-19;
- Garantir as condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores, deve atender a critérios reconhecidos para a acomodação de trabalhadores, como os da IFC / EBRD: (https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_gpn_workersaccommodation).

A UIP PDAC (Unidade de implementação do Projecto PDAC)

A UIP tem a responsabilidade geral de avaliação das fichas de triagem e categorização ambiental e social dos projectos bem como da avaliação dos planos de gestão ambiental e social apresentados pela BRLi - Sirius. Para isso possui uma unidade ambiental e social composta por:

- 1 Especialista Ambiental qualificado cujas responsabilidades são:
 - Avaliar e categorizar as fichas de triagem ambientais e sociais das actividades apresentadas pelo TSP BRLi - Sirius e definir os estudos ambientais e sociais necessários (os PGAS);
 - Revisão dos PGAS;
 - Monitorar a implementação das medidas de mitigação dos impactos ambientais negativos no subprojecto incluindo as salvaguardas ambientais;
- 1 Especialista em desenvolvimento social cujas responsabilidades são:
 - Avaliar e categorizar as fichas de triagem ambientais e sociais das actividades apresentadas pelo TSP BRLi – Sirius e definir os estudos ambientais e sociais necessários (os PGAS);
 - Revisão dos PGAS;
 - Avaliar a salvaguarda das questões sociais do subprojecto;
 - Monitorar o envolvimento dos cidadãos nos processos de participação pública e assegurar que os aspectos de género e juventude incluídos na conceção do projecto sejam adequadamente abordados durante a implementação do PGAS;
 - Implementar o Plano de Formação previsto no PGAS;
 - Apoiar a implementação do MSGR e do Plano de mitigação de EAS/AS do PDAC



O Banco Mundial (BM)

O **BM** tem a responsabilidade de rever e aprovar este PGAS, de dar a sua não objecção para iniciar a sua implementação, de supervisionar e avaliar os relatórios de monitorização das salvaguardas ambiental e social do subprojecto e garantir que estes apresentem a qualidade necessária.

1.6. Identificação das Etapas de Elaboração, implementação, monitorização e arranjos institucionais dos PGAS

A elaboração do PGAS do subprojecto consiste em 3 etapas fundamentais:

- (i) Triagem de riscos ambientais, verificação no local e categorização do estudo a ser realizado;
- (ii) Realização do estudo conforme a categorização;
- (iii) Consulta pública e processo de divulgação;
- (iv) Revisão e aprovação do estudo de acordo com os resultados.

A etapa de Implementação do subprojecto cumprirá a etapa da:

- (i) A capacitação específica para melhor integração do PGAS

A monitorização dos subprojectos será feita mensalmente pelo especialista das salvaguardas ambientais e sociais e deverá considerar os parâmetros da qualidade da água, biodiversidade, cobertura florestal, produção agrícola, geração de renda, fluxo populacional, consciência ambiental, o uso de pesticidas, a conservação do solo e eficiência no uso da água e da energia, participação das comunidades. Outros arranjos institucionais para a implementação do PGAS são:

- A UIP tem a responsabilidade geral pela implementação deste PGAS e pelos instrumentos e outras medidas de salvaguarda ambientais e sociais relacionadas ao subprojecto através dos seus especialistas de salvaguarda social e ambiental da BRLi-Sirius
- A UIP assegura através dos especialistas de salvaguardas e sociais assegura a preparação destes documentos, a obtenção das licenças e autorizações exigidas pela legislação nacional relevantes antes de qualquer acção, informa ao comité de direcção de todas as diligências, e assegura que o Banco e os outros atores recebam todos os relatórios de monitoramento ambiental e social. Para isso, possui uma unidade ambiental e social composta por dois especialistas qualificados (01 especialista em protecção ambiental e 01 especialista em desenvolvimento social).

1.7. Principais riscos ambientais e sociais associados

Tabela 2: Riscos Ambientais e Sociais

Riscos ambientais	Riscos Sociais	
	Direitos humanos	Direitos laborais
Risco de erosão durante as actividades de limpeza e preparo de parcelas agrícolas	A falta de chuva, pode causar desemprego no seio dos trabalhadores do campo, pois não haverá colheita e isso vai provocar desigualdade social	Acidentes nas comunidades próximas (transporte)
Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem devido a resíduos e efluentes (resíduos sólidos,	A ausência de espaços para repouso separados por género para abrigar os funcionários misturados e é algo que vai	Risco de acidentes de trabalho durante o manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas.



águas residuais, óleos e combustíveis de máquinas e equipamentos	contra a os hábitos e costumes locais (esta limitação pode gerar situações de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género)	
Geração de poeira, ruído, vibração e gases devido a operação de máquinas e equipamentos com impacto sobre os trabalhadores da.	A ausência de informação sobre os Direitos Humanos pode causar violência doméstica e desigualdades de género.	Aumento da propagação do vírus da Covid 19
Geração de resíduos sólidos (resíduos não perigosos, e resíduos perigosos como embalagens de pesticidas e fertilizantes e outras substâncias químicas usadas na manutenção de máquinas) efluentes líquidos ou gasosos	O aumento de consumo dos recursos hídricos bem como a produção mais resíduos sólidos domésticos, sem destino adequado pode ser factor de risco á saúde da população.	Acidentes de trabalho (fase de construção e operacional do projecto)
A contaminação do solo e da água por uso de pesticidas e fertilizantes		A ausência de informação sobre os Direitos laborais e de contrato de trabalho aos trabalhadores efectivos pode gerar situações de exploração laboral
		O incumprimento dos Direitos Laborais e a ausência de contrato de trabalho da equipa permanente pode gerar situações de exploração laboral, conflitos, desigualdades de género e situações de EAS/AS (devido à vulnerabilidade na contratação precária pela empresa)
		O recrutamento de mão-de-obra eventual para trabalhar nos períodos de plantio e colheita, sobretudo quando vindos de outras regiões, incorrem riscos acrescidos de permanecerem em condições precárias, sem alojamento condigno, condições de higiene, saúde e segurança, e em vulnerabilidade ao risco de trabalho forçado, de exploração laboral e exploração e abuso sexual e/ou assédio sexual (EAS/AS)
		Riscos de EAS/AS ou outras formas de violência baseada no género (VBG) dentro da fazenda, sobretudo em período de contratação de trabalhadores eventuais
		<i>O incumprimento dos Direitos Laborais e a ausência de contrato de trabalho da equipa permanente pode gerar situações de exploração laboral, conflitos, desigualdades de género e situações de EAS/AS (devido à vulnerabilidade na contratação precária pela empresa) ”.</i>
		Outros Riscos: risco de assédio sexual e/ou exploração e abuso sexual ou outras formas de violência baseada no género dentro da fazenda, sobretudo em período de contratação de trabalhadores eventuais, prevendo-se que "80% destes será mão-de-obra do sexo feminino."

O subprojecto prevê a utilização de fertilizantes químicos que pode contaminar os solos. Como tal o seu uso deverá ser de acordo com as políticas das salvaguardas ambientais e sociais **OP 4.09** do BM e preparados de acordo as directrizes da FAO. No capítulo 7.4 Plano de Gestão de Pragas são apresentados



maiores detalhes sobre as acções de gestão e controle de pragas definidas para o subprojecto da Fazenda Agro Waco.



2. DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO

2.1. Histórico da Fazenda

A propriedade rural localizada na aldeia Banza Massango, Comuna Sede, Município da Cela. Por razões alheias a vontade e possibilidade do Proponente, ele é proprietário de duas parcelas de terra, situadas uma ao lado da outra, foram adquiridas de forma separada, portanto, existem 2 títulos de concessão para a área total da fazenda. Os dois Títulos de concessão de direito de superfície sobre um terreno rural de 496,20 hectares, e outro de 416,62 hectares, ambos para fins de exploração agropecuária. Totalizando 912,82 ha.

A Empresa de denominação social AGRO-WACO Sociedade Agrícola Comercial Indústria, S.A, registada sob o NIF 5403109749, está documentada com o alvará comercial de prestação de serviços mercantis, certificado de registo estatístico, certidão de registo comercial, e comprovativo de registo como contribuinte colectivo.

- **Situação inicial da fazenda**

Agro - Waco Sociedade Agrícola Comercial Indústria, S.A, é uma empresa cuja constituição consta da publicação no diário da república do dia 27 de abril de 2005. A fazenda é gerida pela sociedade acima mencionada, na base do objecto social de actividade agrícola, agroindustrial, gestão de empreendimentos e projectos, comércio, importação e exportação.

Tabela 3: Áreas de produção e Rendimentos anual.

Superfície (Ha)				Volume da produção (ton)			
Culturas	2018/19	2019/20	2020/21	Culturas	2018/19	2019/20	2020/21
Batata	90 Ha			Batata	2000 Ton		
Milho	-	500 Ha	140 Ha	Milho		400 Ton	1.120 Ton
Soja	-	140 Ha	50 Ha	Soja		420 Ton	150 Ton
Total	90 Há	640 Há	190 Ha	Total	2000 Ton	820 Ton	1.270 Ton

- **Parcela de Terra Utilizada**

Face a informação disponível em todos os Sistemas Informáticos Tributários de gestão em funcionamento e de controlo de processos de execução fiscal, certifica-se através da certidão actualizada, que o contribuinte *não é devedor*, de quaisquer impostos, direitos aduaneiros e outras prestações tributárias geridas pela Administração Geral Tributária, tendo a sua situação regularizada.

As vias de acesso disponíveis são consideradas favoráveis, já os solos, de acordo com a informação disponível, se encontram num intervalo de pH ácido apesar da boa drenagem interna e coloração que evidencia presença de matéria orgânica decomposta. A fazenda tem a sua disposição o rio Keve, como fonte de água permanente, e os equipamentos instalados (Pivot) conferem um alto potencial a fazenda em termos de capacidade de produção. A fazenda tem a aldeia Cafe Cangombe e o bairro Capolo nas circunvizinhanças, com as quais não possui quais quer tipo de conflito

2.2. Objectivo do Subprojecto



Investir na melhoria das tecnologias de produção já praticadas, reforço dos equipamentos, principalmente no que respeita a colheita, introdução da terceira época de feijão (cacimbo) com uso do sistema de rega e infraestrutura de armazenamento, numa extensão de 130 ha, dos quais 120 produtivos. Projeta-se o aumento da produtividade actual das culturas de eleição para melhoria das condições socioeconómicas dos promotores e das comunidades circunvizinhas, pela geração de postos de trabalhos, com enfoque nos seguintes objectivos específicos:

- Preparar e organizar uma a área de 120 ha, (que já têm sido utilizados para a produção e não requerem grande intervenção) para produzir cultivos anuais de sequeiro em condições seguras, sem efeitos ambientais negativos e com padrões de produção razoáveis;
- Melhorar o sistema de cultivo e a qualidade dos produtos oferecidos actualmente (milho, batata e soja) para uma extensão de 120 ha dos quais 80 de soja, 120 ha de milho, 15 ha de batata e 70 ha de feijão anualmente;
- Produzir no cacimbo 50 hectares anuais de feijão como cultura de ciclo curto, em regadio de Pivot;
- Aumentar a produtividade das culturas da soja e batata com uso de alta tecnologia;
- Alcançar uma estabilidade financeira em médio prazo (3 a 5 anos);
- Oferecer produtos de qualidade, criando uma marca de referência para o mercado nacional;
- Promover o desenvolvimento social da Fazenda e das comunidades através contratação de mão de obra dos bairros vizinhos e integração dos assuntos de equidade de género, ambiente, higiene e segurança ocupacional.

2.3. Breve apresentação e caracterização geral da fazenda

O proponente possui uma parcela de terra (de acordo com a documentação apresentada), localizada na aldeia Banza Massango, Comuna Sede, Município da Cela, limitada a Norte e a Oeste pelo Rio Keve (Caudal Permanente), com uma área total de 912,82 ha, 700 dos quais se encontram disponíveis para agricultura.

A Empresa Agro - Waco Sociedade Agrícola Comercial Indústria, S.A, é a firma rural que gere a Fazenda. Com este PN o proponente pretende o seguinte:

- Preparação de 130 ha, de modo a utilizar cerca de 10 ha para o estabelecimento de estruturas e medidas de mitigação da erosão, urbanização das parcelas e infraestruturas de apoio à produção, de formas a ter 120 ha de área útil que já estão disponíveis para a agricultura, e em seguida, adequá-los para o uso racional dos recursos, visando a optimização da produtividade das culturas e dos lucros;
- Aquisição de 1 semeadora adubadora hidráulica de arrasto para 12 linhas, 1 pulverizador de arrasto para 3 mil litros com 18 metros de barra e 36 bicos, 1 ceifeira, automotriz com duas frentes de “35 pés”, e 1 reboque para grãos (Graneleiro) 13,5 m³ – capacidade de 10 ton.
- Adopção da alta tecnologia, com a utilização de técnicas de protecção contra a erosão (aplicação de herbicidas e mobilização mínima do solo, cobertura do solo, etc), sementes híbridas ou certificadas, sementes de variedades de polinização livre de alta qualidade, fazendo adubações, tratamentos com insecticidas/fungicidas e demais técnicas de forma correcta.



Figura 2: Base de Vida da fazenda

2.4. Localização da fazenda

A parcela de maior dimensão possui as seguintes confrontações:

- A Norte: o rio Keve e um riacho inominado;
- A Sul e Este: um terreno cadastrado sob o nº 159-CS/2020;
- A Oeste: o rio Keve.

A parcela de menor dimensão está ladeada:

- A Norte: com a estrada de terra não melhorada e o terreno cadastrado sob o número 160 - CS/20;
- A Sul e Este: com uma picada, a Fazenda nº 22 e o terreno cadastrado sob o nº 35 – KS/2010;
- A Oeste: o terreno cadastrado sob o número 160 - CS/20 e o rio Keve.

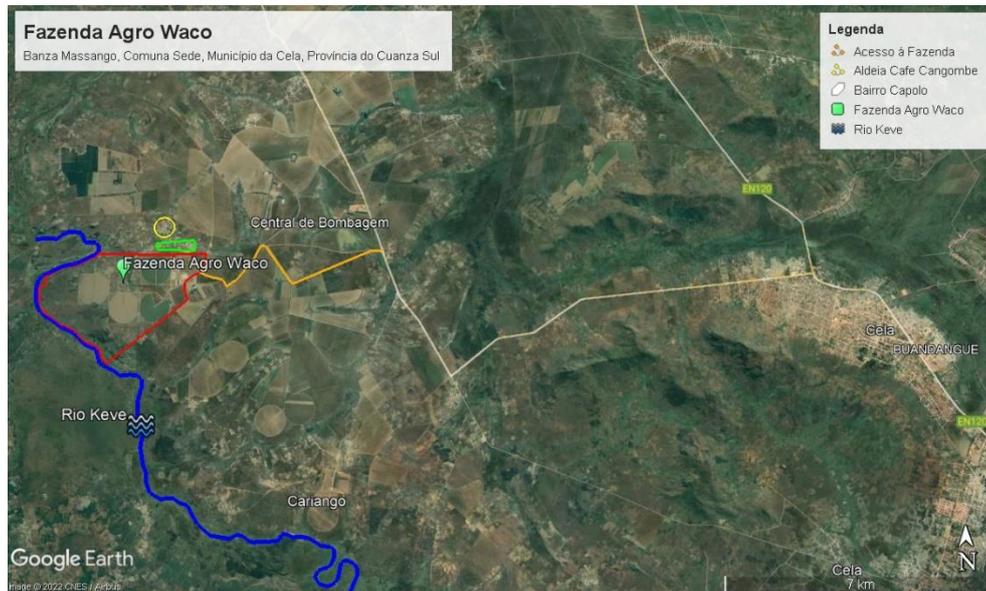


Figura 3: Localização, aldeia e bairro vizinho e rio na proximidade da fazenda

A topografia média da fazenda, onde vai se implementar o subprojecto esta compreendida entre 1 e 3% o que significa que o declive é bastante suave. Os riscos de erosão são mínimos e necessidades de obras anti erosivas mesmo necessárias não são importantes.



Figura 4: Aldeia Cafe Cangombe

2.5. Mão de Obra

A fazenda Agro Waco tem na sua estrutura executiva da fazenda 50 trabalhadores contratados em que 47 são homens e 3 são mulheres, todos recebem o salário mínimo estabelecido na LGT, nomeadamente. A equipa que vai gerir a implementação do PN que será constituída pelos seguintes membros:

- Gestor principal: Joaquim Martins (PCA)
- Administrador;
- Técnico administrativo;
- Chefe de produção;
- 2 Técnicos Agrários;



- 1 Tractorista sénior;
- 2 Tractoristas operadores;
- 1 mecânico geral sénior;
- 2 Mecânicos adjuntos;
- 2 Gestores de armazém;
- 1 Motorista;
- 1 Chefe de cozinha;
- 1 Lavadeira;
- 1 Auxiliar de limpeza
- 25 Seguranças;
- 7 Trabalhadores agrícolas;

Sem contar com o gestor principal, se prevê na fazenda, um total de 50 indivíduos, dos quais 7 no efectivo de campo, para a segurança da fazenda 25 seguranças, e o resto do quadro do pessoal é composto pelos 3 técnicos agrónomos (Incluindo o Chefe de produção), 2 técnicos para armazém, os 3 tratoristas, os 3 mecânicos, o motorista, dois administrativos e 3 senhoras para cozinha e higiene da base de vida. Incluiu-se a contratação dos serviços de um Contabilista para dar apoio área administrativa composta pelo administrador e a gestora de recurso humanos.

Cerca de 90 % da mão-de-obra eventual, da fazenda, é do sexo feminino e maioritariamente jovem, isto devido ao rápido aprendizado que demonstram e aplicação do aprendizado com mais disciplina.

A maioria dos trabalhadores reside próximo do local de trabalho, mas existem aqueles que terão necessidade de residir na fazenda, sobretudo os seguranças. Para este caso o proponente tem obrigações e responsabilidades em garantir mínimas condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores, atendendo os critérios reconhecidos para acomodação dos trabalhadores, como os da IFC/EBRD.

O sucesso da iniciativa vai permitir o pagamento de salários mensal aos trabalhadores cujos rendimentos são a principal fonte para manutenção do sustento das suas famílias. Socialmente a comunidade vai melhorar o seu bem-estar e os jovens contratados como eventuais terão estímulo para permanecer nas aldeias, vivendo com dignidade e impedindo o êxodo rural.

Devem ser contruídos dormitórios arejados e limpos regularmente intervalos, contruídos com materiais de fácil limpeza material do piso, as instalações sanitárias podem estar localizadas no mesmo local, mas separadamente para homens e mulheres, devem ser seguidos os padrões usuais que variam de 10 a 12,5 metros cúbicos (volume) ou 4 a 5,5 metros quadrados (superfície), com uma altura mínima do tecto de 2,10 metros, as áreas de dormir separadas são fornecidas para homens e mulheres, exceto em alojamento familiar, todas as portas e janelas devem ser trancadas e fornecidos com telas mosquiteiras onde as condições mandados.

Grande parte das operações de culturas de campo a serem implementadas na fazenda Agro Waco serão realizadas por trabalhadores eventuais contratados nas aldeias dos arredores. Um dia de trabalho corresponde a um salário de 1000 Kzs.

2.6. Descrição das actividades do subprojecto

Durante a implementação deste projecto, as actividades a serem realizadas são as seguintes:



- Programação antecipada das campanhas agrícolas (custos de produção, conta cultura, quantidade de insumos, combustível e mão de obra);
- Aquisição dos equipamentos agrícolas;
- Estabelecimento das estruturas de prevenção e combate à erosão;
- Melhoramento da fertilidade do solo, através da correcção dos solos e adição gradualmente de estrume;
- Gestão das produções de forma rigorosa, seguindo a programação feita e os padrões técnicos propostos e com acompanhamento da equipa de consultores;
- Melhorar as condições de colheita, embalagem e armazenamento.

Para os cultivos anuais de sequeiro:

- Planeamento da preparação dos terrenos, calagem e realização das obras anti erosivas.
- Planeamento anual das culturas a semear e das necessidades de insumos, compra dos insumos e outros consumíveis.
- Operações culturais do trabalho de solo, sementeira até a colheita.
- Operações pós colheita até a venda

2.6.1. Equipamentos e máquinas

A fazenda Agro Waco já dispõe de equipamento abaixo discriminados:

- 1 Tractor
- 1 Plantadora de batata rena
- 1 Pulverizador
- 1 Viatura Toyota Hilux
- 1 Pivot
- 1 Motobomba
- 1 Gerador



Figura 5: Figura 6: Equipamentos existentes



Os investimentos em equipamentos serão:

- Um semeador adubador hidráulico de arrasto de 12 linhas: indicado para a cultura de milho, soja, girassol, feijão entre outras. Pode ser usada nas 3 culturas principais do projecto;
- Uma ceifeira, automotriz com duas frentes de “35 pés”: baixo nível de perda de grãos, maior velocidade de colheita com plataformas para milho e cereais;
- Um reboque para grãos (Graneleiro) 13,5 m³: capacidade de 10 ton de grãos.

2.6.2. Técnicas de Cultivo

A fazenda tem um histórico interessante com rendimentos médios de 8 toneladas de milho, 3 toneladas de soja e 20 toneladas de batata por unidade de área, portanto, por formas a impulsionar o crescimento técnico e produtivo, sugere-se a alta tecnologia. O proponente possui equipamentos de rega que lhe garantem os melhores rendimentos em alta tecnologia, e possibilidade de produzir milho, feijão e batata-rena em terceira época.

No primeiro ano, de formas a permitir um crescimento gradual do Plano de negócios (PN), vamos ter um início mais cauteloso em termos de rendimento com inserção directa da alta tecnologia para o feijão, que é uma experiência nova para o histórico de produções do Proponente. Considerando o grau de familiaridade entre os níveis tecnológicos e a experiência que o promotor traz das produções anteriores, espera-se bons resultados com a aplicação no sistema de produção das técnicas que se descrevem a seguir

2.6.3. Parcelamento da terra

Antes de iniciar o trabalho, vai se definir um plano geral de parcelamento dentro da fazenda, onde ficarão, todos os anos 5 hectares em pousio, que poderá ser usado para hortícolas, adubo verde ou como reserva em situações de culturas de substituição tardia, permitindo usar a área de pousio para a adiantar uma parte da cultura de sucessão.

O Plano de parcelamento será elaborado para (1) facilitar o trabalho mecanizado, (2) eliminar os riscos de erosão.

Para as áreas mais acidentadas da fazenda-declives até 5-6 % (cerca de 10 % da parcela) – Estamos a tratar de uma fazenda muito grande. O delineamento e estabelecimento das parcelas têm que ser feito com base na textura do solo e declive do terreno. O solo é de textura média e topografia acidentada e por isso, muito propenso a acção dos agentes erosivos (chuva e vento). Nesta conformidade, as faixas deverão ter largura compatível, com 50-60 metros, separadas por barreiras arbóreas permanentes, que também vão diminuir a velocidade dos ventos. Para além disso, deve-se observar rigorosamente as seguintes normas:

- Estabelecimento das faixas segundo as curvas de nível;
- Cobertura do solo com palha vegetal para proteger contra o impacto da chuva e do vento, para favorecer a infiltração da água e o aumento do teor da matéria orgânica;
- Lavoura mínima do solo;



- Plantação directa como meta a atingir;
- Boa selecção de culturas na rotação, combinando bem as culturas de ciclo cultural longo com as de ciclo curto, incluindo sempre as leguminosas com grande potencial para fornecerem azoto ao solo. Desta forma, pode-se conseguir minimizar a extração de nutrientes das plantas e tentar manter algum equilíbrio na fertilidade do solo.

Para as áreas menos acidentadas (cerca de 94 % da parcela) – As parcelas serão dispostas segundo as curvas de nível com largura não muito grande (menos de 100 m) e um comprimento de até 500 metros. A eliminação completa das árvores e remoção de toças e raízes favorece todas operações culturais (ripagem/planagem, lavouras, gradagens, sementeiras, etc.). Entre duas parcelas será mantida uma faixa de pelo menos 5 m de largura com vegetação natural e dentro dela poder-se-á plantar árvores para criar uma cortina quebra-ventos. Enfim, as parcelas ficarão a pelo menos 50 metros de distância das nascentes e cursos de água para limitar os impactos negativos.

Serão estabelecidas parcelas segmentadas de 15 – 20 hectares, respeitando escrupulosamente a protecção das nascentes, linhas de água e rios, deixando assim de 25 a 50 metros de distância, de acordo com a situação e dimensão, para limitar os impactos negativos. Estas e outras recomendações aparecem ilustradas no desenho a seguir.

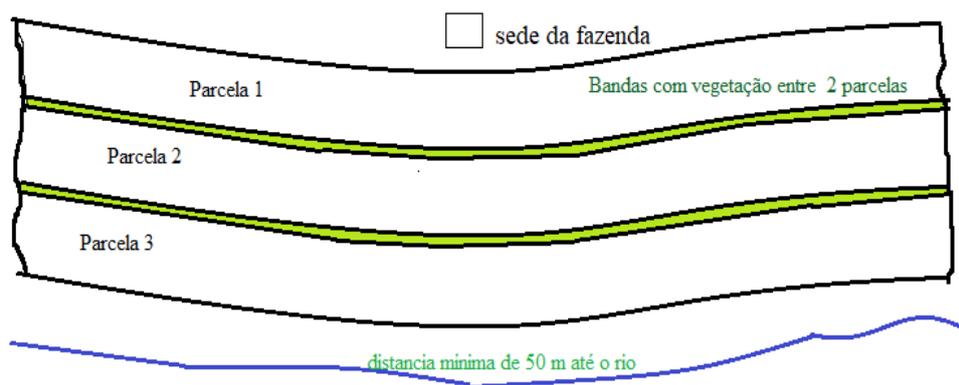


Figura 7: Ilustração e delineamento do parcelamento do terreno a ser cultivado

2.6.4. Calagem das parcelas agrícolas

O conhecimento existente indica que, no geral, os solos da região necessitam de melhorar a reacção do solo (propriedades do solo relacionadas ao pH) com calcário dolomítico para melhorar o seu condicionalismo físico e o nível de nutrientes. A informação recolhida no campo é de que os solos são ácidos, reforçando a certeza da necessidade de calagem.

O início do Plano de Negócio em setembro de 2022 permitirá a calagem antes da primeira época da campanha agrícola 2022/2023. Por isso, a calagem será realizada dois meses antes dessa campanha.

A calagem das parcelas será realizada em duas fases:

- Primeira fase, em Julho de 2022 (dois meses antes da sementeira), com aplicação de 2T/ha de calcário dolomítico.



- Segunda fase, em Julho de 2023 (dois meses antes da sementeira), com aplicação de 2T/ha de calcário dolomítico.
- Nos anos a seguir serão aplicados entre 200 a 250 kg por ano de calcário dolomítico, com aplicação de 1T/ha cada 4 a 5 anos.

2.6.5. Rotações e sucessões de culturas

Considerou-se uma rotação contínua a longo prazo (todo o período do projecto), com parcelas regulares de 40 ha, com sucessões cíclicas de 3 anos.

Foi definida uma rotação trienal, com objectivo de realizar uma a duas culturas por ano na mesma parcela. Pretende-se uma sequência benéfica entre leguminosas (soja e feijão) e cereais/tubérculo (milho e batata rena) e uma sequência entre culturas de ciclo médio de 120 dias (soja e milho) e culturas de ciclo mais curto de 90-100 dias (feijão e batata) de modo a manter a fertilidade do solo e evitar a propagação de doenças.

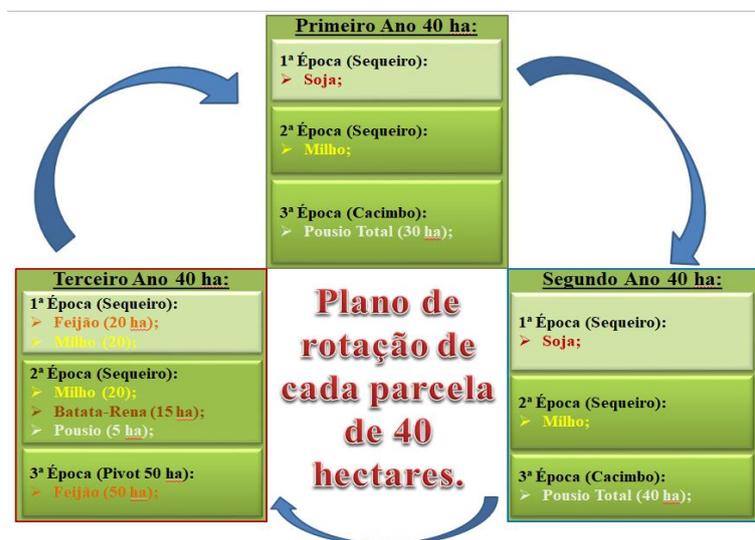


Figura 8: Esquema de rotação e sucessão

Uma sequência de culturas de ciclo médio, tratando-se de agricultores experientes que já têm o traquejo de gerir a sazonalidade das culturas e a colocação dos insumos a disposição dentro do calendário.

A pequena safra de cacimbo vai permitir que 75 hectares fiquem em repouso, isto porque o sistema de rega tem alcance para 50 ha, e por ausência de chuvas nesta época do ano não deve haver sementeira/plantação nestes 75 ha. Pretende-se cultivar 120 ha de terreno, para isso será seguido o seguinte plano de sucessão e rotação de culturas:

1º Ano da rotação e 1ª parcela: 1ª época soja, 2ª época milho, 3ª época repouso

A Soja como cabeça de rotação vai permitir aumentar o teor de N no solo, o que assegurará a rotação, e será semeada na primeira época por razões de foto periodismo. O objectivo será tê-la pronta para colher entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro, dependendo das variedades e duração do ciclo, serão planeadas as datas de sementeira. Na segunda época, a área vai ser maioritariamente preenchida com milho.

2º Ano da rotação e 2ª parcela: 1ª época soja, 2ª época milho, 3ª época repouso

A primeira época e a segunda época mantem-se no formato do ano anterior por inconveniência do cultivo de soja em apenas uma época, ainda assim, permitindo a reposição do Nitrogénio consumido pelas culturas



da safra anterior. Devido a duração do ciclo do milho, essas áreas deverão ser as primeiras a serem semeadas para a época 2.

3º Ano da rotação e 3ª parcela: 1ª época feijão e milho, 2ª época milho e batata-rena, 3ª época feijão em 50 ha irrigados

No terceiro ano da rotação, o início é de leguminosa com gramínea, na segunda época, a parcela vai ser ocupada com milho e batata-rena e no cacimbo, vai se produzir 50 ha irrigados de feijão.

No 4º ano as parcelas voltam ao formato do primeiro ano da rotação.

Assim, de maneira geral, todos os anos vai se produzir sobre os 120 hectares:

- Milho: 120 ha
- Soja: 80 ha
- Feijão: 70 ha
- Batata: 15 ha
- Pousio/adubo verde/hortícolas: 5 ha e 70 ha em repouso no cacimbo.

A cultura principal considerada é o milho, visto que é a única gramínea, poderá intercalar com as outras culturas de formas a interromper a sucessão de leguminosas e tomar partido da ligeira acidez resíduo da produção de batata-rena.

2.6.5.1. Regadio em Pivot

Dada a importância destas estruturas automáticas, e a eficiência que confere os rendimentos mais ambiciosos, manutenções regulares com períodos bem estabelecidos, são imperativas. As operações do tipo rotineiro, chegam a ser pouco onerosas, mas partes de reposição, principalmente os pneus, são caros e reforçam a necessidade de manutenções e inspeções constantes para prevenir a situação de incorrer a altos custos.

As principais intervenções incluem:

- Verificar o aperto dos parafusos e porcas, da estrutura, das rodas e dos cardãs.
- Verificar e, se necessário, completar o nível de óleo nos redutores e moto redutores.
- Lubrificar o ponto do Pivô Central com graxa (massa consistente).
- Verificar a pressão dos pneus.
- Trocar o óleo dos redutores.
- Verificar o aperto dos cabos de aterramento.
- Trocar o óleo dos moto-redutores (Volume de óleo do moto-redutor: 0,6 litros).
- Verificar a fixação dos cabos dos moto-redutores.
- Verificar o estado e a folga da borracha dos eixos cardam, trocando-as ao sinal de qualquer folga ou desgaste.
- Verificar aperto dos conectores do painel principal.
- Limpar da tubulação.
- Verificar a profundidade dos carreadores.



Alguns destes trabalhos são rotineiros e coincidem com a safra, que sendo agregados de custos com insumos. Incluiu-se, neste PN, a nível dos custos o consumo destes factores de produção, que são o óleo e a graxa consumida em afinações iniciais nas primeiras 250 horas de trabalho (durante os trabalhos iniciais de preparação do solo e sementeira/plantio), e ao atingir 1000 horas de rega (durante os tratos culturais), finalizando o consumo destes com afinações finais antes das 3000 horas após a primeira intervenção (próximo ou durante a colheita). Para lubrificação, o proponente tem usado o óleo 40 e o óleo 90.

2.7. Necessidades hídricas do Subprojecto e Consumo de energia

- Consumo de água das Culturas

As culturas serão instaladas em sistema de irrigação, mas de uma maneira geral o consumo é demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 4: Necessidade hídrica das Culturas

Culturas	Consumo por Ciclo
Milho	500 mm á 800 mm
Soja	400 mm à 850 mm
Feijão	300 mm
Batata rena	350 mm

- Consumo de água e energia dos Trabalhadores

A fazenda não beneficia de energia eléctrica nem de água canalizada da rede pública. O fazendeiro deverá adquirir reservatórios adequados e alternativos de 500 a 1000 litros, devidamente higienizados para o armazenamento da água para consumo humano e também comprar um gerador para a fonte alternativa de energia eléctrica.



Na fazenda há disponibilidade de água com uma fonte permanente que é o Rio Keve



Figura 9: Rio Keve



Figura 10: Represa

2.8. Actividades relacionadas com reabilitações e construções

2.8.1. Infraestruturas existentes

As infraestruturas existentes na fazenda são:

- 2 Residências para o pessoal de 90 m² cada uma;
- 1 Escritório de 63 m²;
- 1 Pivots para 50 hectares.



Figura 11: Residências para os trabalhadores efectivos

Os investimentos em Infraestrutura serão:

- Construção de um armazém de 500 m²

Um problema importante é a secagem, armazenamento do milho e feijão da primeira época, pois quando a colheita demorar e a chuva chegar rapidamente fica difícil secar os produtos. O ideal é que haja condições na unidade para que parte da produção seja reservada em boas condições para ser vendida em épocas de escassez a preços mais competitivos.

- Construção do Cribs para a secagem e armazenamento do milho em maçarocas

A construção de um Cribs está avaliada em 300 ml, que permitirá armazenar aproximadamente 800 Toneladas de milho maçarocas durante 4 a 6 meses em condições seguras. A vantagem do Cribs é o seu baixo custo (em comparação com silo ou armazém) e a possibilidade de acabar a secagem do milho depois da colheita, o que é crucial para as colheitas da primeira época.

Tratam-se de obras consideradas simples de construção de infraestruturas dentro da fazenda que não terão impacto negativo significativo sobre a vida das comunidades vizinhas ao projecto, ou seja, com as obras previstas no âmbito do subprojecto as comunidades vizinhas não serão privadas do acesso aos recursos hídricos e nem das suas actividades de produção. Na tabela 13, estão identificados e avaliados os potenciais impactos ambientais e sociais da actividade de construção de infraestruturas na fazenda.

Os Impactes ambientais e sociais negativos dos subprojectos prendem-se fundamentalmente na poluição ambiental (emissões de poeiras e gases nomeadamente de monóxido de carbono, óxidos de enxofre, geração de resíduos e ainda derramamentos acidentais, contaminações e intoxicações), a segurança dos trabalhadores, das populações e bens. As acções susceptíveis de gerar impactes negativos mais significativos, prendem-se sobretudo com o ruído, a poluição atmosférica e a segurança. Os principais



impactes ambientais e sociais negativos identificados relacionam-se sobretudo com os projectos de reabilitação conforme a seguir se indica:

- Desmatamento e redução da cobertura vegetal devido a eventual recorrência a construção;
- Poluição do meio ambiente com resíduos da obra;
- Poluição sonora devido a operações de camiões e máquinas;
- Poluição atmosférica, solos e águas superficiais ou subterrâneas;
- Frustrações derivadas de perspectivas criadas de emprego das populações locais;
- Risco de acidente (durante a construção);
- Interferências com a circulação rodoviária.

Os impactes ambientais e sociais positivos associados à execução das obras de construção prendem-se, fundamentalmente com:

- Facilidade de circulação de pessoas e bens;
- Incremento das actividades económicas;
- Criação de postos de trabalho e acesso ao emprego;
- Promoção do desenvolvimento as comunidades
- Reordenamento das parcelas principalmente dos mais vulneráveis;
- Acesso aos serviços sociais básicos.



2.9. Programação das campanhas agrícolas e aquisição dos insumos agrícolas

O proponente terá de planear em pormenores anualmente e/ou por época as diferentes campanhas agrícolas: repartição das culturas nas diferentes parcelas, datas previsionais das operações culturais, necessidades de insumos (sementes, adubos, químicos, combustível, entre outras)

2.9.1. Preparação das terras e início da sementeira/plantação

O proponente vai lidar com alta tecnologia durante todo ciclo de vida do projecto. De forma a garantir o aumento gradual de produtividade, e por uma questão de cautela, o primeiro ano começa com rendimentos mais baixos. Assim, o direccionamento será:

- Aposta em sementes de qualidade (certificada), com bons padrões de conservação e para o caso do milho o uso de híbridos, para o caso da soja o uso de inóculos;
- Análise dos solos e com base nos resultados adquiridos, fertilização, tanto de correcção como adubações de fundo e de cobertura,
- Uma boa preparação do solo, com profundidade adequada usando charrua e grades, de formas a permitir o desenvolvimento do sistema radicular bem como o bom arejamento dos solos.
- Uso de herbicidas pré-emergentes, no combate às ervas daninhas.
- Acção mecânica, no combate às ervas daninhas;
- Controlo eficiente e em tempo oportuno das pragas e doenças.
- Uso da técnica de plantio directo entre época 1, época 2 e época 3 (que será em regime de rega numa área inferior ao parcelamento da produção em sequeiro).

Com equipamento de rega poder-se-á fazer uma safra suplementar de feijão no cacimbo. Dada a topografia da fazenda, o 1º ano será precedido de estabelecimento de técnicas apropriadas para combater e evitar o desencadeamento de fenómenos erosivos.

As sementeiras serão realizadas com semeador adquirido no âmbito do Plano de Negócio. Todas sementes serão compradas localmente com variedades conhecidas, qualidade certificada e sem uso de OGM.

2.9.2. Instalação e Acompanhamento das operações de cultivo

As diferentes operações de cultivo serão realizadas com os seguintes objectivos:

Para adubação, aplicar os fertilizantes em tempo certo quando a cultura precisa e em quantidades que permitem manter/melhorar a fertilidade dos solos. A adubação de fundo será realizada no momento da sementeira e nas linhas de sementeira. As adubações de cobertura (particularmente de nitrogénio) serão realizadas com cuidado e o adubo deve ser enterrado próximo das plantas.

Para luta contra doenças e pragas, vai-se priorizar as técnicas de luta biológica para manter os ataques em níveis baixos. Sempre que se usar químicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas), será realizado nas datas e com doses certas, com produtos licenciados e comprados em Angola.

O risco para os trabalhadores da exposição a um pesticida é estimado por meio da avaliação de risco, que faz parte do processo para determinar se um produto atende aos padrões de segurança e pode ser registrado. Se o risco para os trabalhadores for considerado preocupante, as ferramentas de gestão de risco podem ser usadas para gerir esses riscos reduzindo a exposição. Desenvolver panfletos, posters ou outros materiais



para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente as principais disposições de EHS que devem adoptar nas suas actividades diárias.

2.9.3. Colheita, armazenamento e expedição da produção

O financiamento do PDAC é iniciativa da Fazenda Agro Waco, vai impulsionar o desenvolvimento económico da comunidade local cuja mão-de-obra permanente e eventual é proveniente da comunidade local e circunvizinhas. O sucesso da iniciativa da Fazenda Agro Waco vai permitir o pagamento de salários mensal aos trabalhadores cujos rendimentos são a principal fonte para manutenção do sustento das suas famílias.

Cerca de 90 % da mão-de-obra eventual, da fazenda, é do sexo feminino e maioritariamente jovem, isto devido ao rápido aprendizado que demonstram e aplicação do aprendizado com mais disciplina.

2.10. Análise de Mercado

A dimensão do mercado a que se destinam os produtos deste projecto é vasta. Nas actuais condições de crise financeira do País e do Mundo, agravada com as consequências do Covid 19, todas as regiões do país necessitam ter uma segurança alimentar cuja base reside também nos produtos projectados, a começar mesmo pelas províncias vizinhas.

O mercado agrícola nacional tem apresentado algum crescimento, tanto no âmbito empresariado privado-estatal como na cadeia dos pequenos agricultores, motivada pela actual política do executivo, no que refere à diversificação da economia.

As culturas propostas são de muita procura ao nível do mercado local e nacional sendo em determinados momentos escassas principalmente nos anos providos de estiagem. São necessárias para o consumo da população e constituem agora o objecto principal do projecto pelo facto de poderem gerar receitas para a fazenda, criar empregos à juventude local e cobrirem os défices que o mercado tem registado nestes últimos anos. A meta é atingir cifras consideráveis de maneiras a contribuímos para o alavancamento da produção da fazenda, para tal, necessita-se do financiamento para ser desenvolver o projecto.

O milho é a cultura com mais opções de mercado, desde o consumo *in natura*, a transformação em farinha e ração, produção de feno e ensilagem.

Para a soja: os preços variam de 300 a 450 Kz/kg. As demandas dos fabricantes de rações são muito elevadas. Da mesma forma para a batata, basta chegar no mercado 30. Uma batata de qualidade pode ser vendida mais de 200 Kz/kg a grosso.

O proponente tentará priorizar a qualidade dos seus produtos através de boas técnicas culturais, duma colheita em tempo oportuno e com humidade baixa (senão com uso de secador), triagem para eliminar os produtos de má qualidade e ensacamento em sacos novos de rafia (Para milho, e soja em sacos de 50 kg).

A nível do Cuanza Sul, no quadro das alianças produtivas organizadas pelo TSP do Corredor B, a empresa JMS esta disponível a receber 80% do milho para transformação, enquanto isso, a empresa Raj e Filhos é a via para o beneficiamento e ensacamento do feijão.

Ainda nesta província, propriamente no município de Libolo, aparece um novo integrante das alianças, a AGRO-CERESPEC (SU), limitada, mais direccionada ao processamento do feijão, e tem poucos



fornecedores para a matéria-prima, e esta interessada em adquirir a produção ainda no campo. Actualmente, está pendente a formalização dos acordos de compra e venda.

Os preços de venda dos produtos escolhidos nos cálculos económicos foram de:

- Milho: 200 Kzs/kg
- Batata: 180 Kzs/kg
- Soja: 400 Kzs/kg
- Feijão: 700 Kzs/kg

Estes preços foram propositadamente escolhidos abaixo dos preços actualmente praticados no mercado, sob forma a garantir alguma competitividade

2.11. Consumo de energia e a Água Potável

A área de implementação do subprojecto dispõe de fonte de energia alternativa (gerador), e a disponibilidade de água para o consumo humano é o Rio Keve de caudal alto e permanente o ano todo. A água para o consumo humano deverá ser colocada em reservatórios adequados e devidamente higienizados.

2.12. Estimativa de Produção dos Resíduos

Tabela 5: Principais resíduos produzidos na fazenda

Categorias	Massa (kg)	%
Matéria orgânica perecível	118	80
Plástico	18	12
Papel e papelão	4	2,5
Vidro	0.4	0.3
Metal ferroso	0.55	0.37
Material não ferroso	0,15	0,1
Madeira	0,04	0,03
Pano, trapo, couro e borracha	3	2
Contaminante químico	0.006	0
Pedra, terra cerâmica	0	2
Misto	2.51	1.7
Diversos	0.08	0.05
Total		



3. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL

3.1. Enquadramento Biofísico

3.1.1. Clima.

A região onde se enquadra a fazenda Agro Waco é quase integralmente do tipo mesotérmico, húmido, de estação seca no inverno. A estação das chuvas envolve um período de sete meses (outubro-abril), registando-se frequentemente precipitações no último decênio de setembro e no primeiro decênio de maio. A altura pluviométrica varia desde os 1000 mm nas altitudes mais baixas e os 1300-1400 nas superfícies mais altas, sendo março e novembro os meses mais chuvosos, e fevereiro o de menor precipitação, correspondendo-lhe em geral um curto período seco (pequeno cacimbo). O mês mais quente é abril, e junho o mais frio, sendo a amplitude térmica média anual inferior a 4° C. As oscilações térmicas diárias atingem valores máximos nos meses mais frios (junho e julho). A humidade relativa média anual oscila entre 70 e 80 %, estando os valores mais baixos em correspondência com as aplanções de cota mais elevada, registando-se os máximos em março-abril e os mínimos em junho-julho.

3.1.2. Vegetação

A grande extensão da fazenda é ocupada por um estrato herbáceo pouco denso pela dominado por hyperrenias, devido ao facto de os campos terem sido cultivados durante muitos anos.



Figura 12: hyperrenias

3.1.3. Áreas de conservação e protegidas

Na área de implementação do subprojecto, no município da Cela, província do Cuanza Sul não existem zonas de conservação e protegidas.

3.1.4. Solos

Os solos onde vai ser desenvolvido o PN enquadram-se na categoria de Solos Aluviais, inseridos num vastíssimo vale, profundos, de coloração parda, textura mediana com tendência para argilosa, profundos com boa drenagem, completamente planos com cobertura herbácea.

3.1.5. Hidrografia



O município da Cela é banhado por seis rios que são: rio Nhia, Cuvo, Vula, Cussoi, Canicha, Carimbe.

As necessidades hídricas das principais culturas do subprojecto, nomeadamente milho, feijão, soja e batata rena e serão feitas em sequeiro e irrigação. Existe uma fonte de água dentro da fazenda que é o Rio Keve.

3.2. Características socio económicas da Província do Cuanza Sul e no Município da Cela

Cuanza Sul é uma das 18 províncias de Angola, localizada na região central do país. Em 2014, contava com uma população de 1 881 873 habitantes, sendo a quinta província mais populosa de Angola. Possui uma área territorial de 55 660 km² e uma densidade populacional estimada de cerca de 33.81 habitantes/km².

A província é constituída por 12 municípios: Amboim, Cassongue, Cela, Conda, Ebo, Libolo, Mussende, Porto Amboim, Quilenda, Quibala, Seles e Sumbe.

O município da Cela, com uma área de 5 525 km² é constituído por três comunas: Waco Cungo, Quissanga Cungo e Sanga. Em 2014 tinha uma população de 226 220 habitantes (108 186 homens e 118 034 mulheres), projectando-se para 2021 cerca de 268 018 habitantes. Tal como em todo o país, pouco mais de metade dos habitantes são mulheres (51,86%).

3.3. Demografia

Segundo as projecções da população da Região 2014-2050 do INE (Edição de 2016), estima-se para o ano 2021 uma população de 268 018 habitantes (128 997 homens e 139 020 mulheres), o que representa um aumento de 84,40 % relativamente ao ano 2014 (226 220). Tal como se referiu, pouco mais de metade dos habitantes são mulheres. Caracteriza-se por ter uma população jovem, em que a média etária é de 16,0 anos (e na população rural é de 15,9). Cerca de 47,58% dos habitantes têm menos de 14 anos, 49,49% entre 15 e 64 anos e apenas 2,92% têm mais de 65 anos. Existe um grande equilíbrio entre a proporção de homens e mulheres nas faixas etárias mais jovens. A partir da faixa etária dos 30-34 anos a proporção de mulheres começa a aumentar, atingindo o máximo de 54,88% na faixa etária dos 40-44 anos e daí, começar a decrescer até a faixa etária dos 75-79 anos.

Os principais indicadores para a Região de Cuanza Sul, apontam para uma melhoria das condições de vida da população da província, entre 2014 e 2022, com um aumento ao nível da esperança média de vida (de 56,7 para 60,2 anos), e reduções significativas na taxa bruta de mortalidade (de 12,3% para 9,4%) e sobretudo de mortalidade infantil (de 85,1% para 60,8%, sendo mais expressiva nos homens). A projecção da natalidade, em 2021, mantém-se praticamente constante face a 2014. Sendo uma população com grande proporção de jovens, verifica-se uma taxa de dependência dos jovens elevada. O nível de fecundidade é bastante alto e que não há ainda nenhuma evidência de que a fecundidade esteja a diminuir. Em parte, este comportamento da fecundidade está relacionado aos seguintes factos: a prevalência do uso de métodos contraceptivos é ainda baixa, o início da actividade sexual, do nascimento do primeiro filho e do primeiro casamento ser precoces, e ainda existir desejo por maior número de filhos (INE, 2016).

De acordo com o Censo de 2014 verifica-se ainda uma tendência de migração interna para as áreas urbanas, sobretudo para a província de Luanda. Mais de meio milhão nos 5 anos anteriores aos Censos e cerca de 240 mil nos últimos 12 meses antes do Censo 2014. Em termos de projecção prevê-se que o padrão médio anual de migração interna se mantenha até 2024, exceptuando a província do Bengo.



3.4. Aspectos socioeconómico

De acordo com os Censos 2014, na província do Cuanza Sul a língua de comunicação geral é o português. Os dois grupos linguísticos dominantes são os ambundos a norte que falam o quimbundo e os ovimbundos na parte sul, que falam umbundo.

3.4.1. No que respeita à religião, 59,3% dos habitantes são católicos, 21,2% protestantes, menos de 0,5% são islâmicos e judaicos, 16% não tem religião e a restante percentagem pertence a outras religiões. Qualificação e escolaridade

Quanto à escolaridade, 22,99% da população da província (com mais de 18 anos) não tem nenhum nível de escolaridade concluído. No entanto, 57,01% da população (com mais de 15 anos) sabe ler e escrever. Esta proporção baixa para cerca de 20,0% na população rural.

3.4.2. Actividade e emprego

Em 2019, a população nacional empregada no setor formal com 15 anos ou mais anos de idade foi estimada em 9.976.235 pessoas sendo 4.943.284 homens e 5.032.951 mulheres. Em Angola a taxa de emprego dos homens (63,4%) é superior à das mulheres (59,2%). A diferença entre a taxa de emprego na área rural e na área urbana é bastante significativa, de acordo com o INE, 77,3% e 50,4% respectivamente apresentando uma diferença de 26,9% pontos percentuais, superior a cerca de 1,5 vezes, em favor da área rural. Cerca de 36,2% dos jovens, dos 15 aos 24 anos, estavam inseridos no mercado de trabalho, não havendo diferenças, estatisticamente significativas, entre homens (35,6%) e mulheres (36,8%).

Na província do Cuanza Sul, a maioria da população empregada (62%) tem a sua actividade no sector primário (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), 18% no sector terciário (Transportes, comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos) e 6% no sector secundário (Indústria, construção, energia e água), os restantes não têm actividade declarada. A taxa de desemprego foi de 21,8%, sendo para os homens superior à das mulheres (21,4% e 20,2% respectivamente). Em 68,6% dos agregados familiares (num total de 443 386) pratica uma actividade agropecuária (dos quais 88,9% cultivam cereais).

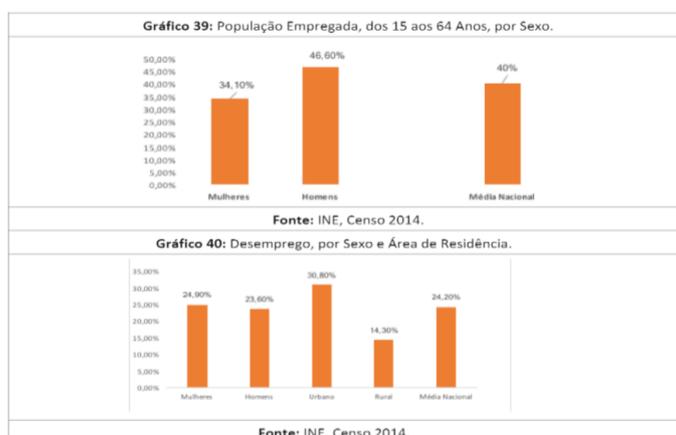


Figura 13: Gráfico de Desemprego por Género



A maioria das mulheres e jovens raparigas estão inseridas no mercado informal. Isso deve-se especialmente ao baixo nível de literacia e educação formal técnica que as relega para actividades comerciais e similares, que não exigem qualificações superiores. Assim sendo, elas não beneficiam dos direitos aplicáveis na legislação em vigor, tais como licença da maternidade, segurança social e salários dignos, para além de estarem vulneráveis à elevada instabilidade profissional. O aumento do nível de escolaridade e oportunidade de empreender dentro do sector agrícola poderá diminuir o desemprego a nível do género dentro do município da Cela

3.4.3. Agregado familiar e habitação

Os agregados familiares (num total de 443 386) são em média compostos por 4,4 pessoas (zona rural). Nestes agregados, em 59% dos casos, o chefe de família é um homem e nos restantes uma mulher.

Relativamente à habitação 72,6% dos casos a casa é própria, em 22,0% arrendada e em 7,3% ocupada ou cedida. A construção das casas convencionais é maioritariamente: parede de adobe (79,1%) face ao cimento ou blocos, cobertura de zinco (88,6%) face à telha e chão em terra batida (69,7%) face ao cimento.

3.4.4. Relativamente ao abastecimento de água e energia no Município

Acerca de 56,9% dos agregados familiares têm acesso a fontes apropriadas de água no município da Cela. As fontes de energia mais utilizadas pelas famílias são o gás, carvão e lenha (por ordem de prevalência); sendo nas zonas rurais mais utilizada a lenha, seguida do carvão e do gás. Apenas 38,8% dos agregados têm acesso a electricidade da rede pública, e nas áreas rurais este valor desce para 2,8%. Cerca de 9 em 10 agregados familiares das áreas rurais depositam o lixo ao ar livre por causa da inexistência de empresas publicas de saneamento básico a nível da província e/ou município.

3.5. Enquadramento Local

3.5.1. Actividades económica da população envolvente da fazenda

Existem 2 bairros vizinhos da fazenda que são: Bairro Capolo e Aldeia Café Cangombe. A principal actividade económica da população é a agricultura de subsistência para suprir as necessidades com a alimentação e outras necessidades. Também participam da renda familiar a criação de pequenos animais como galinhas, porcos e cabritos. Há disponibilidade de água com uma fonte permanente é Rio Keve

3.5.2. Problemas de doenças e de saneamento básico

As doenças mais comuns são a malária e dermatites. Seguem-se as doenças diarreicas agudas e algumas do fórum respiratório, muitas vezes associadas à má qualidade da água que consomem e da falta de estruturas sanitárias e de agentes da saúde que devem promover a educação e assistência sanitária.

3.5.3. Uso actual da terra na área do projecto

As terras em causa são na sua maior parte cultivadas com milho, feijão, batata rena e hortícolas em pequena escala. Com a adesão ao financiamento do PDAC, a projecção actual é de produzir em cada ano cultural 400 Ton/ano numa superfície 80 ha, 100 Ton/ano numa superfície de 40 ha, 120 Ton/ano numa extensão de 80 ha e 360 Ton/ano numa superfície de 12 ha, em regime de sequeiro.

Os espaços não cultivados dentro da área do projecto são as terras altas, cobertas por savana aberta (mata de panda), composta predominantemente por Isoberlinia, Brachystegia e Julbernadia arbóreas e arbustivas e



ainda vegetação herbácea. De acordo com a informação disponibilizada não existem espécies com relevância para a conservação.



4. ENQUADRAMENTO LEGAL

O PGAS da Fazenda Agro Waco foi concebido para ser implementado segundo as normas legislativas ambientais e sociais da República de Angola e alinhadas às Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial aplicáveis ao PDAC.

4.1. Constituição da República de Angola de 2010

Os aspectos relativos aos direitos, liberdades, deveres e garantias sobre o meio ambiente são largamente abordados na Constituição de Angola (artigo 39 da CRA) e na legislação angolana pós-independência. O Artigo 39 da CRA consagra o direito ao ambiente e declara o direito dos cidadãos a viver em ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. O mesmo Artigo, igualmente exige ao Estado que adopte as medidas necessárias à protecção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, à manutenção do equilíbrio ecológico, à correcta localização das actividades económicas e à exploração e utilização racional de todos os recursos naturais, no quadro de um desenvolvimento sustentável e do respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies. Igualmente exige a punição dos actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do ambiente.

4.2. Legislação Ambiental

Tabela 6: Legislação Ambiental

<p>Lei nº 5/98 de 19 de junho</p> <p>Lei de Bases do Ambiente</p>	<p>Esta Lei serve de quadro básico de toda a legislação e regulamentos ambientais em Angola integrando definições de conceitos relevantes, tais como os da protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e uso sustentável dos recursos naturais.</p>
<p>Lei n.º 6/17</p> <p>Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem</p>	<p>Estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e, ainda, as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas. Revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, nomeadamente os artigos 16.º, 17.º e 18.º da Lei n.º 15/05, de 7 de dezembro, Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário, os Decretos n.º 40040, de 9 de fevereiro de 1955, 44531, de 21 de Agosto de 1962 (Regulamento Florestal) e o Diploma Legislativo n.º 2873, de 11 de Dezembro de 1957 (Regulamento de Caça)</p>
<p>Lei nº 6 / 02, de 21 de junho</p> <p>Lei das Águas</p>	<p>A lei prevê a posse do governo dos recursos hídricos do país, e a responsabilidade do Estado para o desenvolvimento, controle e preservação dos recursos hídricos. Regulamentos ainda não foram promulgados</p>
<p>Lei nº 09/04, de 9 de novembro</p> <p>Lei de Terra</p>	<p>A Lei de Terras de Angola reafirma o posicionamento constitucional de que o governo possui e exerce autoridade final sobre toda a terra e os recursos naturais. A mesma Lei engloba toda a terra rural e urbana para o qual o Estado pode conferir direitos transferíveis. A Lei inclui uma disposição que obriga as pessoas que ocupam propriedade sem registo para que registem a terra dentro de um prazo estabelecido pela Lei.</p>
<p>Decretos Presidenciais</p>	



<p align="center">Decreto Presidencial Nº 117/20 de 22 de abril</p> <p align="center">Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental</p>	<p>Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental das actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e social significativo. Este diploma revoga o Decreto Nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto Nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental.</p>
<p align="center">Decreto Presidencial n.º 190/12, de 24 de agosto</p> <p align="center">Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos</p>	<p>O presente Diploma tem por objecto estabelecer as regras gerais relativas à produção, depósito no solo e no subsolo, ao lançamento para água ou para atmosfera, ao tratamento, recolha, armazenamento e transportação de quaisquer resíduos, excepto os de natureza radioactiva ou sujeito à regulamentação específica, de modo a prevenir ou minimizar os seus impactes negativos sobre a saúde das pessoas e no ambiente, sem prejuízo do estabelecimento de regras que visem a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos.</p>
<p align="center">Decreto Presidencial n.º 196/12, de 30 de agosto</p> <p align="center">Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)</p>	<p>O Presente plano estabelece uma nova filosofia para a gestão de resíduos em Angola, constituindo um suporte essencial ao processo de desenvolvimento sustentável que a sociedade e a economia do País têm vindo a percorrer.</p>
<p align="center">Decreto Presidencial nº 194/11, de 07 de julho</p> <p align="center">Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.</p>	<p>O presente diploma tem por objecto estabelecer a responsabilidade pelo risco e degradação do ambiente baseado no princípio do «poluidor-pagador», para prevenir e reparar danos ambientais.</p>
<p align="center">Decreto Presidencial nº 261/11 de 6 de outubro</p> <p align="center">Sobre a Qualidade da Água</p>	<p>Este diploma estabelece critérios de qualidade de água com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.</p>
<p align="center">Decreto Presidencial n.º 82/14 de 21 de abril</p> <p align="center">Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos</p>	<p>O presente Diploma define o regime de utilização geral dos recursos hídricos, incluindo os mecanismos de planeamento, gestão e de retribuição económica e financeira no artigo 2 (Âmbito de aplicação), o presente Diploma é aplicável às águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente os cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras, zonas estuarinas e outros corpos de água, sem prejuízo dos respectivos leitos, margens e adjacências</p>
Decreto Executivo	
<p align="center">Decreto Executivo n.º 92/12 de 1 de março</p> <p align="center">Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais</p>	<p>O diploma tem como objecto estabelecer as diretrizes orientadores para a elaboração dos Estudos de Impactes Ambientais necessários para análise de viabilidade ambiental dos projectos sujeitos a avaliação de impacte ambiental. O Estudo de Impacte Ambiental deve ser elaborado nos termos da legislação sobre a Avaliação de Impacte Ambiental, e cumprir rigorosamente com os Termos de Referência aprovados pelo Ministério do Ambiente, que orienta a elaboração dos mesmos de acordo com a especificidade de cada projecto</p>
<p align="center">Decreto Executivo n.º 17/13 de 22 de janeiro</p> <p align="center">Gestão de resíduos de demolição e construção</p>	<p>O presente diploma estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD, compreendendo</p>



	a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem,, tratamento, valorização.
--	--

4.3. Legislação Social

Tabela 7: Legislação Social

<p>Lei n° 7/04, de 15 de outubro Lei de Bases da Protecção Social</p>	<p>A protecção social obrigatória concretiza-se através dos regimes dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria, mediante prestações garantidas como direitos. É garantida a conservação dos direitos adquiridos e a possibilidade de concretizar os direitos em formação.</p>
<p>Lei n° 7/15, de 15 de junho Lei Geral do Trabalho</p>	<p>A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.</p>
<p>Lei n° 25/11 de 14 de julho Violência Doméstica</p>	<p>Estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas.</p>
<p>Lei n.º 1/21 de 7 de janeiro Lei das Expropriações</p>	<p>A Lei da Expropriação por Utilidade Pública prevê as situações que podem originar uma reversão dos bens expropriados, designadamente nos casos em que as autoridades não conseguem implementar o projeto que motivou a expropriação nos prazos legalmente devidos e/ou nas situações em que cessem as finalidades da expropriação. O exercício do direito de reversão está sujeito a um prazo de caducidade e fica dependente da devolução, pelos expropriados, do montante anteriormente recebido a título de indemnização.</p>
<p>Lei n° 25/12 de 22 de agosto Protecção e Desenvolvimento Integral Da Criança</p>	<p>A presente lei tem como finalidade estender e promover os direitos da criança, tal como se encontram definidos na Constituição da República de Angola, na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Carta Africana sob os Direitos e o Bem Estar da Criança e em demais Legislação Aplicável.</p>
<p>Lei n.º 22/11, de 17 de junho Lei da Protecção de Dados Pessoais</p>	<p>A lei prevê a protecção dos dados pessoais, da confidencialidade e da reserva da vida privada, assume uma relevância fundamental no contexto da salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos, reconhecidos pela Declaração Universal do Homem e pela Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos</p>
<p>Decretos</p>	
<p>Decreto 31/95 de 5 novembro Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.</p>	<p>O presente decreto estabelece os princípios que visam a promoção da segurança, higiene no trabalho, nos termos do preceituado n° 2 do artigo 46° da Lei Constitucional 23/92</p>
<p>Decreto n° 43/03 de 4 de julho</p>	<p>A infecção pelo vírus de Imunodeficiência Humana (VIH) e o desenvolvimento do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida</p>



Regulamento sobre o VIH/ SIDA, Emprego e Formação Profissional	(SIDA) constituem, na actualidade, uns dos maiores problemas de saúde que a sociedade enfrenta relativamente à implementação dos direitos sociais legalmente protegidos, nomeadamente o direito ao emprego, ao trabalho e à formação profissional.
Decreto n.º 53/05 de 15 de agosto Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais	Havendo necessidade de se regular as condições objectivas que permitam estabelecer um quadro de protecção social dos trabalhadores e suas famílias contra os riscos profissionais, em observância aos princípios consignados na Convenção n.º 102 da OIT, Organização Internacional do Trabalho;
Decreto Presidencial 222/13 de 24 de Dezembro Política Nacional para a Igualdade e Equidade de género e a respectiva Estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitoria da política	Considerando que a igualdade é um princípio consagrado na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação

4.4. Políticas ambientais e sociais do Banco Mundial accionadas pelo Projecto

O Banco Mundial definiu 7 Políticas ambientais e Sociais seguidas na elaboração do PGAS:

Tabela 8: Políticas ambientais do BM

OP 4.01 Avaliação Ambiental	A OP 4.01 assegura que todos os projectos do BM sejam sólidos e sustentáveis ambientalmente, informando à partida sobre os riscos ambientais aos dirigentes através de uma análise apropriada das acções e dos seus prováveis impactos.	A política de avaliação ambiental é accionada neste projecto para o levantamento dos impactos ambientais e medidas de mitigação dos impactos.
OP 4.04 Habitat Natural	A OP 4.04 assenta na protecção, manutenção e reabilitação de habitats naturais nas áreas de influência dos projectos, por ele financiado ou cofinanciados	Não foram identificados no projecto algum potencial de conversão ou degradação crítica significativa de habitats naturais e, portanto, as OP & BP 4.04 não são accionadas.
O.P. 4.37 Segurança de barragens/represas	A política de segurança de barragens/represas é accionada em projectos que envolvam barragens existentes e Represas em Construção, bem como a responsabilidade da segurança da obra pelo proponente.	Esta política não é accionada no âmbito do projecto da Fazenda Agro Waco, uma vez que não estão previstos a construção e/ou reabilitação de barragens ou represas.
OP 4.09 Gestão de Pragas	A política operacional de controlo de pragas é accionada para auxiliar a mitigar os potenciais riscos a saúde humana e ao meio ambiente com a preparação de um Plano de Gestão de Pragas de carácter obrigatório	O projecto requer o uso de pesticidas, portanto esta política é accionada.
OP 4.11 Recursos físicos e culturais	Esta política é accionada em projectos que envolvam projectos de infraestruturas que exijam grandes movimentos de terra em áreas susceptíveis e considerados recursos culturais físicos pelas comunidades que habitam no local do projecto	Os projectos de infraestruturas são de pequena dimensão com potenciais impactos sobre recursos físicos e culturais considerados baixos.
OP 4.12 Reassentamento Involuntário	A política de reassentamento involuntário do BM auxilia os beneficiários do projecto a lidar com problemas de aquisição de terra resultante em compensação e/ou o deslocamento físico de pessoas. aplica-se a aquisição de terras e todas as alterações no acesso a recursos (económicos, rodoviários, culturais e étnicos) resultante da implementação de um projecto e subprojecto.	Não reside ninguém no interior do espaço da fazenda, embora existem 6 bairros próximos a fazenda não existe conflito com a população local



OP 4.36 Recursos Florestais	Os projectos financiados pelo BM não poderão ter impactos negativos directos e indirectos para a saúde e qualidade das florestas, neste âmbito, o BM visa reduzir a desmatção e aumentar a contribuição ambiental de áreas florestais, promover reforestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento económico.	O projecto Fazenda Agro Waco não prevê na sua área de influência qualquer impacto sobre recursos florestais, logo esta política operacional não é accionada.
------------------------------------	---	--

O processo de atribuição do titulo de conceção de terras foi encaminhada para o Governo Provincial do Cuanza Sul e aguarda pela assinatura do Governador. Este processo não envolveu qualquer tipo de conflitos com as autoridades locais ou comunidades vizinhas.

4.5. Avaliação das lacunas da legislação e recomendações

A avaliação das lacunas legislativas é necessária para verificar se a estrutura legislativa existente no país é adequada para a gestão social e ambiental eficaz e se a estrutura legislativa apoia as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. Com base na comparação das políticas do Banco Mundial accionadas pelo projecto, é claro que a legislação em Angola fornece base suficiente para gerir os aspectos ambientais e sociais das actividades propostas no âmbito do projecto. O regulamento de Avaliação de Impacto lista claramente as actividades agrícolas que requerem um EIA. É também evidente que as instituições relevantes estão no local para garantir a efectiva implementação e monitorização das medidas ambientais necessárias, em conformidade com a legislação nacional e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. O Banco Mundial exige que todos os projectos cumpram com a legislação nacional, mas onde há discrepâncias ou lacunas, as políticas do Banco Mundial têm precedência, excepto nos casos em que normas nacionais são mais rigorosas ou equivalente. (Ver tabela na página a seguir)

Tabela 9: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial

Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
O EIA é necessário para actividades de infraestruturas proposta	O Decreto Presidencial Nº 117/20 de 22 de abril sobre o Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental. Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental. Este diploma revoga o Decreto Nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto Nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental.	A PO 4.01 exige EIA completo para todos os projectos classificados como sendo de Categoria A. Para projectos de Categoria B, alguma forma de avaliação ambiental é necessária, geralmente menos rigoroso do que um EIA completo e muitas vezes tomando a forma de um Plano de Gestão Ambiental (PGA).	Sem lacunas assinaláveis
Gestão de Pragas	Angola tem um regulamento para a produção, importação, comércio e utilização de pesticidas aprovados 1965 durante a era colonial. Através deste regulamento, o Ministério da Agricultura tem um mandato para gerir pesticidas no país.	A política de Gestão de Pragas do Banco Mundial (PO 4.09) promove o uso de técnicas Gestão Integrada de Pragas que visam minimizar o uso de pesticidas sintéticos. Ela promove o uso seguro, manuseamento, armazenagem e eliminação de pesticidas químicos aprovado	O regulamento Angolano de gestão de pesticidas é antigo e pode não ser capaz de lidar com as necessidades da agricultura comercial em vigor. Pelo que se recomenda a aplicação dos padrões do Banco Mundial.



Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
Reassentamento involuntário	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A Constituição da República de Angola –o n.º do artigo 15 - reconhece às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei sem prejuízo da possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei.</i> • <i>Lei de Terras, a Lei n. 9/04 - O Estado só pode expropriar terras se for utilizado para uma finalidade pública.</i> • <i>Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo, a Lei n. 3/04, artigo 20</i> • <i>Direito Ambiental, Lei n.º. 5/98 – Assume que o desenvolvimento de qualquer infraestrutura que tem um impacto ambiental ou social deve incluir uma consulta prévia com a população afectada.</i> 	PO 4.12 requer o desenvolvimento de Plano de Reassentamento para abordar os impactos económicos e sociais resultantes de investimentos assistidos pelo Banco e que resultam da tomada involuntária de terras, resultando em (i) mudança ou perda de abrigo; (ii) perda de bens ou acesso a bens; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de subsistência, independentemente se as pessoas afectadas devem ou não mudar para outro local; ou (B) a restrição involuntária de acesso a parques e áreas designadas legalmente protegidos, resultando em impactos adversos sobre meios de subsistência das pessoas deslocadas.	Embora peças de legislação angolana abordem assuntos relacionados ao reassentamento, não foi identificada uma regulamentação específica sobre o reassentamento como resultado das actividades económicas. A política do Banco Mundial e Padrão de Desempenho GBM deve ser aplicada em caso de necessidade de reassentamento. O QPR fornece mais orientações sobre este assunto.
Saúde e Segurança no Trabalho	• <i>Lei Geral do Trabalho (Lei 7/15) – A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.</i>	O BM elaborou Manuais de Procedimentos de Revisão Ambiental e Social (ESRP) que definem as tarefas aprovadas pela administração da GBM para alcançar a conformidade do cliente com as Normas de Política e Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social, Política de Acesso à Informação e Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (EHS).	Pouco rigor na observância das normas sobre a SST (implementação e controlo quase inexistente; existência de poucos profissionais de SST e SST percebido como impedimento).
Consultas Publicas	Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de abril) Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são obrigatoriamente sujeitos a consultas públicas promovidas pelo departamento ministerial do ambiente.	O processo de consulta deverá envolver :(i) consultas a grupos de interesse que exigem atenção especial (grupos focais), agencias nacionais, ONGs i (ii) reuniões abertas ao público nos municípios. As consultas deverão acontecer na fase de selecção do local do projecto, triagem do projecto, elaboração de documentos (PGAS).	Na legislação nacional as consultas públicas são feitas após a elaboração e análise do EIA, convocadas pelo órgão ministerial e organizadas pelo proponente. Os projectos que passam pela consulta pública são projectos industriais e de obras porque têm maior impacto O BM existe consulta pública para todos os subprojectos e são realizados pelo consultores e promovidos pela UIP do PDAC.
Ficha de triagem ambiental e social	Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento	Banco Mundial realiza triagem ambiental de cada subprojecto	Na legislação nacional não são feitas a triagem ambiental e social apenas a elaboração e



Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
	<p>(Decreto Presidencial 117/20 de 22 de abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são sujeitos a triagem ambiental no portal de registo dos projectos SIA (Serviço Integrado de Avaliação) do Ministério do Ambiente (MINAMB)</p>	<p>proposto para determinar a extensão apropriada e</p> <p>tipo de avaliação ambiental exigido. A OP 4.01 do Banco sobre avaliação ambiental classifica o projecto</p> <p>proposto em uma das quatro categorias A, B, C e D, dependendo do tipo, localização, sensibilidade escala do projecto e da natureza e magnitude dos impactos ambientais previstos.</p>	<p>análise do EIA, convocadas pelo órgão ministerial</p> <p>O BM exige uma ficha de triagem ambiental e social que prevê a pré avaliação ambiental e social do subprojecto antes da elaboração do PGAS e das consultas públicas.</p>



5. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Neste capítulo são apresentados a metodologia e os critérios utilizados para determinar os potenciais impactos ambientais e sociais ligados à implementação do projecto. A avaliação ambiental e social fornece um procedimento formal para avaliar a importância dos impactos. Isto é feito tendo em conta as actividades do projecto e os elementos no meio receptor. O objectivo da análise de avaliação de impacto é identificar as interacções significativas que exigem medidas de mitigação possíveis para reduzir os impactos a níveis aceitáveis e em conformidade com as normas de desempenho ambiental e social.

A avaliação dos impactos ambientais e sociais envolveu as seguintes etapas:

- Descrição das actividades ao longo do projecto (construção e exploração);
- Descrição de atributos ambientais e sociais;
- Identificação de interacções ambientais e sociais do projecto;
- Previsão dos efeitos ambientais e sociais; e
- Descrição dos efeitos ambientais e sociais.

5.1. Impacto socioeconómico do Plano de Negócio

O sucesso da iniciativa vai permitir o pagamento de salários mensal aos trabalhadores cujos rendimentos são a principal fonte para manutenção do sustento das suas famílias. Socialmente a comunidade vai melhorar o seu bem-estar e os jovens contratados como eventuais terão estímulo para permanecer nas aldeias, vivendo com dignidade e impedindo o êxodo rural.

Assim para as culturas de eleição, as necessidades anuais de mão-de-obra eventual em número de homens por dia, podem ser avaliadas de forma a seguir:

Tabela 10: Relação entre a necessidade de mão-de-obra eventual e área por cultura.

Padrões técnicos	Épocas	Soja		Milho		Feijão		Batata rena	
		Área (ha)	MO eventual/há	Área (ha)	MO eventual/ha	Área (ha)	MO eventual/ha	Área (ha)	MO eventual/ha
Alta Tecnologia	1ª época 2022/23	80	118	20	132	20	125	0	194
	2ª época 2022/23	0	0	100	132	0	125	15	194
	3ª época 2022/23	0	0	0	132	50	125	0	194
Alta Tecnologia	1ª época 2023/24 Em Diante	80	118	20	132	20	125	0	194
	2ª época 2023/24 Em Diante	0	0	100	132	0	125	15	194
	3ª época 2023/24 Em Diante	0	0	0	132	50	125	0	194



Desta feita, a Fazenda vai recorrer anualmente a 36940 serviços de 246 habitantes das comunidades laterais a propriedade, distribuindo-se ao longo do ciclo cultural da soja, milho, feijão e batata-rena, conforme a tabela abaixo.

Tabela 11: Necessidade anual de mão-de-obra eventual.

		Soja	Milho	Feijão	Batata Rena	Total	Equivalente trabalhador eventual	Mulheres trabalhadores eventuais
ano 1; de Set 22 á Ago 23	1ª época 2022/23	9 440,0	2 640,0	2 500,0	0,0	14 580,0	97	78
	2ª época 2022/23	0,0	13 200,0	0,0	2 910,0	16 110,0	107	86
	3ª época 2022/23	0,0	0,0	6 250,0	0,0	6 250,0	42	33
Total 1º ano		9 440,0	15 840,0	8 750,0	2 910	36 940,0	246	197
ano 2; de Set 23 á Ago 24	1ª época 2023/24	9 440,0	2 640,0	2 500,0	0,0	14 580,0	97	78
	2ª época 2023/24	0,0	13 200,0	0,0	2 910,0	16 110,0	107	86
	3ª época 2023/24	0,0	0,0	6 250,0	0,0	6 250,0	42	33
Total 2º ano Em Diante		9 440,0	15 840,0	8 750,0	2 910	36 940,0	246	197

5.2. Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais

Definição dos impactos: “Um impacto é qualquer mudança ambiental, para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água, na biodiversidade e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas.” – Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de abril.

A metodologia utilizada foi a **matriz de inteiração** que consiste em uma listagem de controle bidimensional onde são relacionados os aspectos e impactos ambientais. A eficiência desse método está na identificação dos impactos directos, ou seja, na alteração do meio que está directamente em contacto com a acção transformadora, visto a inteiração entre os factores ambientais e sociais e os elementos do projecto. Com isso, é possível conhecer os aspectos que proporcionam maior impacto e aqueles que afectam os factores ambientais e sociais mais relevantes.

5.3. Critérios utilizados para determinar a consequência do impacto

Os impactos podem ser de natureza positiva ou negativa. É negativo quando ocorre uma alteração indesejável no ambiente e positivo quando ocorre uma alteração desejável, ou seja, quando ocorre uma melhoria no ambiente. A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacte venha a ocorrer. Os critérios usados para determinar a consequência do impacto são apresentados na tabela seguinte:

Tabela 12: Critérios usados para determinar a consequência do impacto

Critério	Descrição
Natureza do impacto	Os impactos são classificados como positivos , quando resultar em melhoria da qualidade ambiental e negativo , quando resultar em danos ou perturbação em algum componente ambiental;
Âmbito (A)	Os impactos são classificados como locais , quando incidem sobre o local do projecto; regionais quando incidem num raio de 1- 5 km do local do projecto, ou inter-regionais , num raio entre 5 km- 10 km da área do projecto.
Magnitude (M)	Indica a intensidade do impacto em face de um determinado factor ambiental ou área de ocorrência, foi classificada como reduzida , moderada e elevada .



Probabilidade (P)	Indica a possibilidade de o evento ocorrer, foram determinados com base no conhecimento das características de cada uma das acções e de cada factor ambiental, permitindo classificar cada um dos impactos como baixa probabilidade , média probabilidade e alta probabilidade .
Duração D)	Os impactos são considerados temporários no caso de se verificarem apenas durante um período curto (menos de 6 meses), média (entre 6 meses a 2 anos) e permanentes (períodos acima de 2 anos)
Reversibilidade (R)	Quando a alteração causada ao meio ambiente pode ser reversível por acções/intervenção, ou irreversível quando a alteração causada ao meio não pode ser revertida por acções/intervenção.
Significância (S)	A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacto venha a ocorrer.
Hierarquização (H)	Corresponde a prioridade de acção dos prováveis impactos do projecto e está directamente relacionada ao <i>grau de impacto</i> , para o grau de impacto fraco foi estabelecido como impacto de prioridade 1 , para o grau de impacto moderado, impacto de prioridade 2 e para o grau de impacto forte, impacto de prioridade 3 .

5.4. Classificação dos impactos

Segue na tabela abaixo a classificação dos impactos ambientais e sociais utilizadas na elaboração do presente PGAS.

Tabela 13: Classificação dos impactos

Classificação	Definição de Classificação	Pontuação
Local	Confinado à área do projecto ou do estudo ou a uma parte dessa área	1
Regional	As consequências do impacto atingem um raio de 1-5 km do local do projecto	2
Inter-regional	As consequências do impacto atingem um raio de 5-10 km do local do projecto	3
Intensidade		
Baixa	As funções e processos naturais e/ou sociais são alterados de forma ínfima.	1
Média	As funções e processos naturais e/ou sociais continuam, embora de forma alterada	2
Elevada	As funções e processos naturais e/ou sociais são gravemente alterados.	3
Duração		
Curto prazo	Até 6 meses.	1
Médio prazo	6 meses a 2 anos.	2
Longo prazo	Mais de 2 anos.	3
Probabilidade		
Baixa	<40% de probabilidade de ocorrer	1
Média	Entre 40% - 70% de probabilidade de ocorrer	2
Alta	>70% -90% de probabilidade de ocorrer	3
Reversibilidade		
Reversível	As medidas de mitigação são capazes de reverter as acções dos impactos	1
Irreversível	As medidas de mitigação não são capazes de reverter as acções dos impactos	2
Significância (D+R+M+A)		
Pouco significativo	Quando as consequências do impacto são pouco significativas	4-14
Significativo	Quando as consequências do impacto são significativas	15-28
Muito significativo	Quando as consequências do impacto são muito significativas	29-42
Grau de impacto (S x P)		
Fraco	Quando o impacto tem baixa probabilidade de ocorrência e é pouco significativo	4-14
Moderado	Quando o impacto tem média probabilidade de ocorrência e é significativo	15-28
Forte	Quando o impacto tem alta probabilidade de ocorrência e muito significativo	29-42
Hierarquização		
Prioridade 1	As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 1	4-14
Prioridade 2	As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 2	15-28
Prioridade 3	As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 3	29-42



Os impactos resultantes das actividades na fazenda Agro Waco são de-Natureza negativa de âmbito regional e local, com magnitude reduzida e moderada, têm uma probabilidade média baixa de duração média, reversível com significativo numa escala de 4-14 com o grau de moderado e de prioridade 2



5.4.1. Fase de Construção

Tabela 14: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais fase de construção

Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Gestão de resíduos	Construção	Má gestão de resíduos perigosos (resíduos de construção, os recipientes dos pesticidas, pesticidas obsoletos e as respectivas embalagens, produtos de limpeza. Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas. Manutenção das máquinas	Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem Compactação do solo, supressão de vegetação, e risco de erosão	Negativa	Local	Reduzida	Baixa	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Ruido	Construção	Geração de ruídos devido o funcionamento dos equipamentos, quer para o cultivo da terra ou para o processamento Construção de infra- estruturas físicas	Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros; - Qualidade de vida degradada nas zonas circunvizinhas aos projecto	Negativa	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Qualidade do ar	Construção	As emissões de poeira resultante da preparação de terras de agricultura durante a época seca. Emissões de (CO ₂ , SO ₂ , NO _x e PM) resultantes da queima de combustível fóssil nos equipamentos; Emissões de gases de combustão provenientes dos fumos dos geradores de energia a diesel	Emissão de gases e poeiras que poderão causar doenças respiratórias nas zonas circunvizinhas aos projectos. O seu uso sequencial poderá dar origem à doenças oftalmológicas como a conjuntivite as comunidades mais próximas .	Negativo	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Pouco	Moderado	Prioridade 2



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Qualidade da água	Construção	Má gestão de recursos hídricos Afectar a qualidade dos recursos hídricos Contaminação de corrente de derrames acidentais associados à manutenção de máquinas/equipamento Cargas de resíduos não controladas produzidos durante a obra e por gestão inadequada de resíduos. Arrastamento de sedimentos pelas chuvas devido à movimentação de máquinas e equipamentos, Contaminação decorrente de derrames acidentais associados à manutenção de máquinas/equipamento e de cargas de resíduos não controladas produzidos durante a obra e por gestão inadequada de resíduos	Stress sobre os recursos hídricos Contaminação da fonte d'água A irrigação pode reduzir a capacidade de armazenamento e escoamento do fluxo dos lagos e reservatórios Degradação da qualidade da água	Negativo	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Pouco	Moderado	Prioridade 2
Habitat e vida selvagem terrestre	Construção	Supressão da vegetação por causa da preparação das parcelas agrícolas Geração de ruídos e poeiras devido o funcionamento dos equipamentos sem manutenção, quer para o cultivo da terra ou para o processamento	Pressão sobre os recursos hídricos Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros; Qualidade de vida degradada nas zonas circunvizinhas aos projectos	Negativo	Local	Moderado	Baixo	Temporário	Reversível	Pouco	Moderado	Prioridade 2
Qualidade do solo	Construção	Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas. Preparação das parcelas agrícolas e Compactação do solo Manutenção de máquinas	Compactação do solo, supressão de vegetação, e risco de erosão Reduz a qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo. Contaminação dos solos	Negativa	Local	Reduzida	Baixo	Temporário	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Saúde e segurança Ocupacional	Construção	Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas	Riscos de acidentes no local de trabalho durante as obras como quedas de pessoas e objectos cortantes.	Negativa	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 1



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho	Construção	Desigualdade e falta de equidade no tratamento da questão de género	Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género um dos grandes motivos é o ciúme, muitos maridos não permitem que as mulheres trabalhem por causa de terminarem o trabalho no fim do dia.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Saúde e Segurança Pública	Construção	Propagação do vírus da Covid 19 Assalto a fazenda	Aumento da incidência da doença com o não observância das medidas de boi segurança. Perca de bens materiais e humanos	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Trabalho infantil	Construção	Trabalho infantil, ganancia do fazendeiro por lucro	Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação Aumento do numero de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida.	Negativo	Local	Moderado	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho	Construção	Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho devido as razões culturais, falta de acesso à informação, priorização de um género nas oportunidades, riscos de baixar a produtividade quando empegar o sexo feminino	Desigualdade de oportunidades entre géneros; Marginalização da mulher e pagamentos baixos e pagamentos baixos ao género feminino.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Conflitos culturais	Construção	O assédio sexual, transmissão de doenças sexuais devido ao envolvimento sexual entre trabalhadores contratados que vivem longe de suas famílias e membros da comunidade local	Alta taxa de doenças de transmissão sexual Conflitos culturais com os trabalhadores expatriados ou trabalhadores vindos de outras partes do país Degradação dos valores morais locais Danos psicológicos (e físicos) na vítima. aumento de casos de DTS, gravidezes indesejadas	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
EAS/AS	Construção	Trabalhadores contratados que vivem em campos perto das comunidades por longos períodos Trabalhadores rurais que vivem longe de suas famílias	Alta taxa de doenças de transmissão sexual Degradação dos valores morais locais	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Contratação da Mão de Obra	Construção	Cargas horárias excessivas Salários baixos ou insuficientes Cargas horárias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil) Contratação de mão de obra permanente	Fadiga do trabalhador, provocando maior número de lesões e doenças Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil) Falta de protecção social dentro da fazenda	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Trabalho Forçado	Construção	Inexistência de condições adequadas de alimentação, abrigo, educação e saúde Pobreza extrema Salários precários e sem contrato de trabalho	Humilhação, dependência dos outros e ter de aceitar rispidez, insultos e indiferença no trabalho Degradação dos valores morais locais Aumento de taxa de doenças Redução de expectativa de vida	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Trabalho Precário	Construção	trabalhadores sem contrato, incumprindo com a Lei Geral de Trabalho	Conflitos entre trabalhadores e empregador, bem como uma baixa produtividade da fazenda.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Construção de infraestruturas	Construção	Construção de infraestruturas	Intrusão visual resultante do acúmulo de resíduos de construção civil Geração de resíduos e efluentes Perigos de saúde e segurança ocupacionais	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Condições de habitabilidade	Construção	A falta de condições mínimas uma cama e um espaço condigno para os trabalhadores se acomodar Colocação de portas e janelas nas residências sem redes anti mosquito Construção de residências sem separação para homens e mulheres	Riscos de trazer problemas ergonómicos como dores lombares Malária Assédio sexual nas acomodações	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Significativo	Prioridade 2

Legenda: N-Natureza; A-Âmbito; M-Magnitude; P-Probabilidade; D-Duração; R-Reversibilidade; S-Significância; GI-Grau de Impacto; H-Hierarquização

5.4.2. Fase de Operação

Tabela 15: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais fase de operação

Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Qualidade do solo	Operação	Uso excessivo de herbicidas / pesticidas Manutenção de máquinas Preparação das parcelas agrícolas	Redução e/ou eliminação da biodiversidade; Poluição atmosférica Compactação do solo Degradação da qualidade do solo	Negativa	Regional	Moderada	Média	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Qualidade da água	Operação	Má gestão de recursos hídricos Emissões de poeira durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca; Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais; Técnicas de cultivo inapropriadas.	Stress sobre os recursos hídricos Contaminação da água A irrigação pode reduzir a capacidade de armazenamento e escoamento do fluxo dos lagos e reservatórios Poluição das águas superficiais e subterrâneas derivadas do azoto proveniente de fertilizantes, estrumes, pesticidas e emissões de poeiras; Assoreamento de cursos de água devido a sedimentos soltos em terras cultivadas	Negativa	Regional	Moderada	Média	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Habitat e vida selvagem terrestre	Operação	Supressão da vegetação por causa da preparação das parcelas agrícolas Geração de ruídos e poeiras devido o funcionamento dos equipamentos sem manutenção, quer para o cultivo da terra ou para o processamento	Pressão sobre os recursos hídricos Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros; Qualidade de vida degradada nas zonas circunvizinhas aos projectos	Negativa	Regional	Moderada	Média	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Gestão de Resíduos	Operação	Manutenção de máquinas Deficiente gestão de Resíduos agrícolas Má gestão de resíduos perigosos como recipientes de pesticidas produtos de limpeza.	Poluição atmosférica Exposição a produtos tóxicos Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem	Negativa	Local	Reduzida	Média	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Ruído	Operação	Geração de ruídos devido o funcionamento dos equipamentos sem manutenção, quer para o cultivo da terra ou para o processamento	Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros Qualidade do ar trazendo doenças respiratórias nas zonas circunvizinhas aos projectos.	Negativa	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Qualidade do ar	Operação	Manutenção de máquinas As emissões de poeira resultante da preparação de terras de agricultura durante a época seca. Emissões de (CO2, SO2, NOx e PM) resultantes da queima de combustível fóssil nos equipamentos; Emissões de gases de combustão provenientes dos fumos dos geradores de energia a diesel	Geração de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) trazem um cheiro forte que pode causar incomodo aos trabalhadores O uso de equipamentos em manutenção pode dar origem à degradação da do ar causando fumo	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporário	Reversível	Pouco	Moderado	Prioridade 2
Saúde e segurança Ocupacional	Operação	Perigos operacionais em local de trabalho Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas	Pode causar entorses, luxações e fracturas Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, alergias aos insecticida entre outros	Negativo	Local	Moderado	Baixo	Temporário	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade
Elevado fluxo de pessoas em áreas do projecto	Operação	Aumento de trabalhadores eventuais na fazenda	Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DST's) incluindo o vírus da imunodeficiência humana (VIH) e síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA) Aumento da criminalidade (com incidências aos casos de violência); Degradação das condições de abastecimento de água e saneamento básico; Aumento da caça ilegal.	Negativa	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Saúde e Segurança Pública	Operação	Propagação do vírus da Covid 19	Aumento da incidência da doença a falta do cumprimento das medidas de bio segurança.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Trabalho infantil	Operação	Trabalho infantil, ganancia do fazendeiro por lucro	Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação	Negativo	Local	Moderado	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho	Operação	Desigualdade e falta de equidade no tratamento da questão de género Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho devido as: <ul style="list-style-type: none"> Razões culturais Falta de acesso à informação Priorização de um género nas oportunidades Riscos de baixar a produtividade quando empegar o sexo feminino 	Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género no momento da sacha em que o trabalho é efectuado por mulheres na sua maioria e este termina muitas vezes ao calar do dia. Desigualdade de oportunidades entre géneros; Marginalização da mulher e pagamentos baixos e pagamentos baixos ao género feminino.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Assédio sexual, transmissão de doenças sexuais	Operação	Assédio sexual, transmissão de doenças sexuais devido a trabalhadores contratados que vivem em casas perto das comunidades por longos períodos Exploração e abuso social Trabalhadores rurais que vivem longe das suas famílias	Alta taxa de doenças de transmissão sexual Conflitos culturais com os trabalhadores expatriados ou trabalhadores vindos de outras partes do país Degradação dos valores morais locais,	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Contratação da Mão de Obra	Operação	Cargas horárias excessivas Salários baixos ou insuficientes Cargas horárias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil) Contratação de mão de obra permanente Contratação de mulheres com crianças ao colo	Fadiga do trabalhador, provocando maior número de lesões e doenças Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil) Falta de protecção social dentro da fazenda As mães são obrigadas a levar outras filhos para cuidar dos mais pequenos	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Trabalho Forçado	Operação	Inexistência de condições adequadas de alimentação, abrigo, educação e saúde Pobreza extrema Salários precários e sem contrato de trabalho	Humilhação, dependência dos outros e ter de aceitar rispidez, insultos e indiferença no trabalho Degradação dos valores morais locais Aumento de taxa de doenças Redução de expectativa de vida	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Trabalho Precário	Operação	Trabalhadores sem contrato, incumprindo com a Lei Geral de Trabalho	Conflitos entre trabalhadores e empregador, bem como uma baixa produtividade da fazenda.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Condições de habitabilidade	Operação	<p>A falta de condições mínimas uma cama e um espaço condigno para os trabalhadores se acomodar</p> <p>Colocação de portas e janelas nas residências sem redes anti mosquito</p> <p>Construção de residências sem separação para homens e mulheres</p>	<p>Riscos de trazer problemas ergonómicos como dores lombares</p> <p>Malária</p> <p>Assédio sexual nas acomodações</p>	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Significativo	Prioridade 2

Legenda: N-Natureza; A-Âmbito; M-Magnitude; P-Probabilidade; D-Duração; R-Reversibilidade; S-Significância; GI-Grau de Impacto; H-Hierarquização



6. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PROPOSTA

Na tabela a seguir são enumeradas algumas medidas de mitigação para os principais impactos identificados, bem como as responsabilidades do proponente e do TSP.

Tabela 16: Medidas de mitigação propostas

Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
Qualidade do solo	<p>Uso incorreto de produtos químicos agrícolas; Gestão incorreta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado; Emissões de poeiras durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca. Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas. Técnicas de cultivo inapropriadas. e podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais. Compactação do solo</p>	<p>Acompanhamento do plano integrado de controle de pragas ou controle biológico; Redução dos níveis de adubos; Adubos verdes (sideração); capacitação dos trabalhadores para o uso adequado de defensivos agrícolas; Uso de equipamentos apropriados para protecção das condições meteorológicas (vento e chuvas). Escolher o tempo certo para aplicação de fertilizantes para maximizar a absorção e minimizar o escoamento de nutrientes ou volatilização.</p>	Proponente com apoio técnico do TSP
Qualidade da água	<p>Uso incorreto de produtos químicos agrícolas; Gestão incorreta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado; Emissões de poeiras durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca. Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais. Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas. Técnicas de cultivo inapropriadas. e podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais.</p>	<p>Evitar a irrigação excessiva porque pode resultar na lixiviação de nutrientes e contaminantes. Assegurar a humidade do solo apropriado por um controlo activo da humidade do solo Plantar produtos certos na época certa</p> <p>Implementar a irrigação por gotejamento Reduzir a evaporação evitando a irrigação durante os períodos em que a evaporação é elevada (em períodos de temperaturas mais altas, humidade reduzida ou ventos fortes); Certificar que são a ser aplicados os herbicidas na época apropriada do ano para controlar de forma mais eficaz a vegetação indesejável e reduzir o consumo de água; Correcta gestão de substâncias perigosas e acompanhamento das Diretrizes Gerais de SSMA do IFC. Adoptar técnicas de conservação de água, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rotação de culturas • Adubação verde 	Proponente com apoio técnico do TSP



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
		<ul style="list-style-type: none"> • Plantio direto • Plantio em níveis • Período de pousio <p>Os pesticidas devem ser geridos de modo a evitar a sua migração para ambientes terrestres ou aquáticos fora do local, estabelecendo a sua utilização como parte de uma estratégia de Gestão Integrada de Pragas (MIP) e como documentado num Plano de Gestão de Pesticidas (PMP);</p> <p>A aplicação de pesticidas for justificada, devem ser seguidas medidas de prevenção e controlo de derrames consistentes com as recomendações aplicáveis a pesticidas e outros materiais potencialmente perigosos, tal como referido na Directriz Geral EHS</p>	
Qualidade do ar	<p>Redução e/ou eliminação da biodiversidade</p> <p>Exposição a produtos tóxicos¹</p> <p>Poluição atmosférica</p>	<p>Aplicar técnicas sustentáveis de cultivo que favoreçam a matéria orgânica (rotação, sementeira directa)</p> <p>Aplicar técnicas sustentáveis de cultivo que favoreçam a matéria orgânica (rotação, sementeira directa)</p> <p>Realizar formações/capacitações dos trabalhadores sobre o uso de fertilizantes no solo.</p> <p>Acções de reutilização e redução de resíduos (conforme o plano de gestão de resíduos).</p> <p>Manuseamento adequado de resíduos e embalagens (de pesticidas, fertilizantes, plásticos e outros) não deverão ser queimados, estes devem ser armazenados em locais apropriados e devidamente descartados. (acções de capacitação).</p> <p>Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos</p> <p>Evitar a selecção de áreas com elevados valores de biodiversidade, tais como habitats críticos ou naturais, zonas com altos valores de conservação.</p>	Proponente com apoio técnico do TSP

¹Fonte: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_policy_ehs_annual_crop_production



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
		Capacitação do uso de equipamentos apropriados para protecção das condições meteorológicas (vento e chuvas). Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos Manuseamento adequado de resíduos e embalagens (de pesticidas, fertilizantes, plásticos e outros) não deverão ser queimados, estes devem ser armazenados em locais apropriados e devidamente descartados. (acções de capacitação).	
Degradação da paisagem	Má disposição de resíduos na fazenda Uso excessivo de pesticidas Retirada excessiva de solo para as obras Geração de resíduos sólidos (resíduos não perigosos, e resíduos perigosos)	Seguir minuciosamente o plano integrado de controle de pragas ou controle biológico; Redução dos níveis de adubos; Adubos verdes (sideração); capacitação dos trabalhadores sobre o uso adequado de defensivos agrícolas;	Proponente com o técnico do TSP
Habitat e vida terrestre	Supressão de vegetação, e risco de erosão e assoreamento de corpos d'água próximos ao site Erosão e assoreamento de corpos de água locais	Estabelecer e respeitar recessos e zonas-tampão em áreas ribeirinhas	Proponente
Gestão de resíduos	Geração de resíduos sólidos (resíduos não perigosos, e resíduos perigosos)	Assegurar que todas as embalagens de pesticidas e herbicidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenados até o descarte final; - Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos; - Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem (conforme o plano de gestão de resíduos).	Proponente
Saúde e Segurança ocupacional	Acidentes de trabalho; Riscos operacionais e no local de trabalho Risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do projecto Mães trabalhadoras levam consigo crianças pequenas, para evitar a exposição prolongada ao Sol desidratação da criança e o contacto com substancias que possam ser prejudiciais para a saúde dessas	Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; - Manter no local material para prestar os primeiros socorros (incluindo, por exemplo, soro antiveneno) e pessoal treinado deve estar disponível, assim como procedimentos para a evacuação de emergência (conforme os planos em anexo) Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST); Garantir o abastecimento de água adequado para responder aos consumos efectivos dos trabalhadores Construção na fazenda de locais para acomodação das crianças e contratação de um funcionário para levar pelos cuidados básicos.	Proponente
Elevado fluxo de pessoas em áreas do subprojecto	Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DST's) incluindo o vírus da imunodeficiência humana (VIH) e síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA)	Priorizar os trabalhadores locais nas oportunidades de emprego existentes; Programas de consciencialização de prevenção contra todo tipo de violência, conservação da fauna e da flora, e prevenção das DTS e DT.	proponente



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
	Aumento da criminalidade (com incidências aos casos de violência); Degradação das condições de abastecimento de água e saneamento básico; Aumento da caça e queimadas ilegais		
Assédio sexual, transmissão de doenças sexuais	Risco de desemprego no seio dos trabalhadores eventuais Riscos de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género dentro da fazenda; Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DST's), incluindo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA),	Sensibilizar os trabalhadores e as comunidades a melhorar os sistemas tradicionais de agricultura com agricultura melhor adaptada ao clima e solo e mais produtiva, com sistemas de irrigação eficiente Construção de pequenos espaços separados (homens e mulheres) com material local e com mínima comodidade, para albergar os trabalhadores durante os períodos de descanso. Sensibilização dos trabalhadores sobre os hábitos culturais locais, os valores morais e doenças transmissíveis sexualmente; assédio sexual; Sensibilização sobre as medidas disciplinares claras para situações de assédio sexual	Proponente, Administração Local com o apoio da BRLI-Sirius Proponente e TSP da BRLI-SIRIUS
Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho	Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género. Exploração e Abuso Sexual e Abuso Sexual	Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos; - Mesmos salários e benefícios para trabalho e posição semelhante; - Igualdade de oportunidade no acesso ao trabalho; Supervisão dos contratos das pessoas que trabalham na fazenda de forma a garantir o cumprimento das normas trabalhistas estabelecidas na lei geral de trabalho e nas normas de OIT (Organização Internacional de Trabalho) e previstos no plano de Negócio. Divulgação de um MSGR com abordagens sensíveis aos casos de EAS/AS junto dos trabalhadores e outras partes afectadas pelo projecto; Acções de formação e sensibilização de combate a EAS/AS e VBG; Subscrição do Código de Conduta do PDAC por todos os colaboradores como uma das medidas de mitigação de riscos sociais e casos EAS/AS; A implementação do MSGR desenvolvido pelo PDAC, disponível internamente para os trabalhadores e para as comunidades envolvidas como medida mitigadora de vários riscos mencionados; A implementação do MSGR deve ser acompanhada de reuniões informativas (junto dos trabalhadores e nas comunidades) sobre boas práticas na conduta dos trabalhadores e na relação com as comunidades e sobre a disponibilidade do MSGR com protocolo específico para o encaminhamento de casos EAS/AS.	Proponente
Contratação da mão de obra	Contratação de mães com crianças ao colo Trabalho e Exploração infantil e evasão escolar	Sensibilização a aderência a escola	proponente



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
	Perigo de contaminação química	Existência de local de acomodação e de descanso para as crianças poderem ficar Sensibilização a não levar as crianças aos campos de cultivo abordar durante as formações/palestras com os trabalhadores: bem-estar das crianças, cuidados básicos a ter com as crianças nos períodos laborais (ex.: protegê-las do sol e de riscos específicos nos locais de trabalho, no contacto com animais, etc.) e assegurar o uso de água potável com as crianças durante o horário de trabalho A celebração de contratos de trabalho por escrito Pagamento do salário mínimo ao trabalhador Inscrição dos trabalhadores na Segurança Social	
Condições de habitabilidade	A falta de condições mínimas uma cama e um espaço condigno para os trabalhadores se acomodar pode trazer problemas ergonómicos como dores lombares As portas e janelas deverão ter redes anti mosquito para evitar a propagação da malária Assédio sexual nas acomodações	As acomodações devem ter portas e janelas, um colchão e um tecto sem infiltração A colocação de redes nas janelas evita a propagação de doenças como a malária As acomodações devem ser separadas por género da mesma forma as casas de banho	Proponente

Os relatórios de visitas de constatação devem indicar o cumprimento das normas ambientais e especificações no subprojecto a ser supervisionado pelos TSP e a UIP, juntamente com as penalidades para que se evite o não cumprimento por parte dos proponentes, empreiteiros ou trabalhadores. A supervisão ambiental e social requer o cumprimento das especificações deste PGAS por parte do proponente ou do seu supervisor ambiental designado. Os empreiteiros também são obrigados a cumprir com os regulamentos nacionais e municipais que regem o meio ambiente, saúde e segurança pública.



7. PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Esta secção inclui os programas de gestão definidos para o presente subprojecto, nomeadamente:

- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional;
- Plano de atendimento as emergências;
- Plano de Gestão de Pragas;
- Plano de prevenção da COVID-19;
- Plano de Formação Ambiental e Social
- Plano de Prevenção de EAS/AS;
- Plano de Implementação do MSGR
- Plano de Consulta Pública.

7.1. Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes

Os principais resíduos produzidos na fazenda são:

- Resíduos Orgânicos (restos de culturas, restos de comida);
- Resíduos Agroquímicos (fertilizantes);
- Resíduos de Construção e demolição;
- Plásticos (sacos plásticos, garrafas pet);
- Metais (latas de tintas e refrigerantes).

O proponente deve separar os resíduos perigosos dos não perigosos, acondicionando-os e armazenando-os em função da sua natureza.

Tabela 17: Resíduos gerados na fazenda Agro Waco

Actividade	Resíduos gerados	Estado	Forma de acondicionamento	Classificação
Produção Agrícola: Milho, feijão, soja, batata rena	Palha, folhas, troncos, poda, matéria orgânica;	Sólido	Containers	Não perigosos
	Embalagens de fertilizantes, sacos plásticos ou de nylon			Perigosos
	Embalagens de agrotóxicos (herbicidas)			
	Equipamentos de Protecção Individual usados			
Administrativo (Escritório e residências)	Resto de alimentos e frutas	Sólido	Containers	Não perigoso
	Papel A4			

Actividade	Resíduos gerados	Estado	Forma de acondicionamento	Classificação
	Plásticos e Embalagens			
Áreas de serviço (cozinha e banheiros)	Restos de alimentos e fruta	Sólido	Compostagem	Não Perigosos
	Plásticos/Embalagens		Containers	Não Inertes
	Papel higiênico, Papel toalha		Containers	Não Perigosos
Máquinas e veículos agrícolas	Fusível	Sólido	Containers	Perigosos
	Pneus		Caçambas	
	Óleo usado e lubrificantes	Líquido	Tambores	
Depósito (Armazém)	Fertilizantes e produtos químicos em uso	Líquido	Containers	Perigosos
	Sobra de Material de construção: tintas, solventes		Caçambas	
	Embalagens vazias como nylon, sacos plásticos e agrotóxicos;	Sólido	Containers	
	Lâmpadas, pilhas e baterias		Bombonas	
	Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) usados		Containers	
Resíduos de construção e demolição	Metais	Sólido	Containeres	Perigosos
	Sobra de Material de construção: tintas, solventes	Efluente Líquido	tambores	

7.1.1. Implementação do PGR

- **Redução na fonte geradora**

A redução consiste em diminuir os insumos utilizados na fazenda e tem como objectivo eliminar a maior quantidade possível de resíduos ainda na fonte de geração. Para tal, o proponente deverá realizar campanhas de sensibilização aos trabalhadores sobre redução do consumo de embalagens, bem como do reaproveitamento dos resíduos gerados. Esta sensibilização deverá ser feita pelo proponente com o apoio do especialista ambiental e social do TSP.

- **Uso de cartazes para sensibilização**

Usar recipientes grandes e / ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de recipientes de resíduos; reutilizar os resíduos orgânicos no processo produtivo, incorporando os restos vegetais no solo.

- **Acondicionamento**



Esta etapa tem início logo após a geração dos resíduos sólidos e tem como propósito prepará-los de forma correcta para a recolha e transporte interno. O acondicionamento reduz o risco à exposição aos resíduos, facilita a recolha e transporte interno, minimiza o impacto visual, minimiza o odor que possa ser gerado e evita a proliferação de vectores de doenças.

Os acondicionamentos dos resíduos deverão ser acondicionados em baias, que permitem a separação dos mesmos dentro da fazenda. As baias são uma espécie de cômodos que acomodam os resíduos, identificando-os por suas tipologias (. O fazendeiro deve organizar na sua propriedade rural baias para depósito temporário de resíduos, antes de destinar para reciclagem ou destinação final. Os recipientes utilizados para facilitar o manuseio dos resíduos nestes locais de acomodação são tambores, baldes, pequenos contentores. As baias de acondicionamento devem ter acesso facilitado, para que a recolha e transporte de resíduos sejam realizados. Outras práticas são a sinalização dos seus tipos de resíduos, distribuição dos locais de acomodação pela exploração, manutenção e troca dos sacos e outros recipientes.

- **Recolha e transporte interno**

É a operação de recolha dos resíduos lá onde são gerados e acondicionados, seguida o transporte até um local de armazenamento temporário. Recomenda que sejam observados alguns aspectos como: frequência da recolha, período e distância de transporte da área de armazenamento e quantidade de resíduos a recolher por dia. Por envolver processos manuais destaca-se a importância do uso de EPI's (Equipamento de protecção individual), o treinamento e capacitação dos colaboradores que irão realizar a actividade e as boas condições das ferramentas e equipamentos de transporte.

- **Armazenamento interno**

Consiste em armazenar os resíduos transportados internamente para locais próprios e adequados, de fácil acesso e em pontos estratégicos para conservar os resíduos até o momento da recolha e transporte externo para a destinação final, sem que se altere suas classificações e de forma que sejam minimizados os riscos de danos ambientais. Nesta etapa de armazenamento temporária podem ser exploradas inúmeras acções, trazendo benefícios tanto financeiro quanto de impacto ambiental, reduzindo volume de resíduo gerado para o aterro sanitário. Como a exemplo de implementação de controle nos resíduos de construção civil, implementação de contentores para acomodar resíduos de vidro.

- **Tratamento e disposição final**

Existem tratamentos de resíduos sólidos que servem para reduzir o volume, diminuir o potencial poluidor e transformar os resíduos em novos produtos como a compostagem. O ideal é que sejam dispostos nos aterros sanitários somente os rejeitados, ou seja, resíduos em que todas as possibilidades de tratamento já foram esgotadas.

7.1.2. Descartes de resíduos na fazenda

- **Descarte de Pneus**

Deve-se definir um local adequado para a reciclagem ou direccioná-lo para pontos de recolha. O local deverá ser coberto e bem identificado.

- **Descarte de óleo lubrificante queimado**



Todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá, obrigatoriamente, ser recolhido e terá um destino adequado, de forma a não afectar negativamente o meio ambiente. Todo produto que esteja contaminado com óleo queimado deve ter uma destinação correcta.

Outras acções que o proponente deve levar a cabo na gestão de resíduos são:

- Recolher todas as embalagens de pesticidas e herbicidas do campo após o seu uso, e armazenar devidamente até o descarte final;
- Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos;
- Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem;
- Gerir os resíduos sólidos de acordo com as Diretrizes Gerais de SSMA do IFC ou legislação local aplicável.
- Sempre que possível usar recipientes a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos resultantes de recipientes ou embalagens.
- Gerir pesticidas expirados e indesejados como resíduos perigosos seguindo as Diretrizes Gerais de SSMA da FAO para a gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e obsoletos.

7.1.3. Procedimentos para a gestão de resíduos e efluentes

As actividades agrícolas geram resíduos que pela sua natureza devem ser tratados e encaminhados ao destino final, uma vez que, a gestão inadequada destes resíduos pode causar danos ao meio ambiente e as comunidades, bem como afectar a qualidade ambiental da região onde o projecto será implementado. Assim, a implementação de um Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes garantirá que estes resíduos não serão descartados de forma inadequada.

7.1.3.1. Segregação Dos Resíduos

A segregação é a etapa da gestão dos resíduos mais importante, porque garante a organização e a segurança durante o manuseio e o armazenamento dos resíduos, bem como o seu destino de forma correcta e optimizada.

A separação consiste em separar os resíduos essencialmente de acordo com a sua característica e classe. A separação para este caso tem que ser feita entre os seguintes resíduos:

- Perigosos e não - perigosos;
- Sólidos (como papéis, plásticos ou panos sujos),
- Líquidos (como solventes sujos, óleos queimados ou soluções de fonte usadas)

Recomenda-se que a separação do resíduo seja feita no local onde é gerado. Cada sector deverá separar os seus resíduos para facilitar os colaboradores da limpeza evitando assim a contaminação ou mistura dos mesmos.

O acondicionamento deverá ser feito em recipientes devidamente identificados de acordo com a sua natureza. Para tal, poderão ser feitas pilhas próximas aos locais de origem para posterior ser transportadas

para seu acondicionamento. Recomenda-se que essa segregação seja feita ao término de um serviço específico, preferencialmente por quem realizou o serviço, com o intuito de assegurar a qualidade do resíduo (sem contaminações) potencializando a sua reutilização ou reciclagem. Para facilitar o processo de segregação de resíduos pode-se utilizar o código de cores.



Figura 14: segregação de resíduos

A segregação adequada evita mistura de resíduos incompatíveis e reacções químicas indesejadas, aumentando a possibilidade de reutilização, reciclagem e segurança no manuseio dos resíduos. Esta prática contribuirá para evitar que os resíduos e alguns materiais se espalhem, gerando contaminação promovendo a desorganização, odores desagradáveis e poluição visual.

A fazenda deverá fazer a segregação dos resíduos conforme a tabela abaixo:

Tabela 18: Segregação de Resíduos

Resíduos	Locais de geração	Manuseio
Papel ou cartão; Plástico; Vidro; Metal; Entulho;	Local da Obra	Separação por tipo em Containers
Águas contaminadas com óleos lubrificantes, combustíveis e aditivos	Estacionamento e Oficinas de Veículos	Separação primária por sistema de separação óleo/água; Óleo encaminhar para reciclagem.
Resíduos orgânicos e Restos de alimentos	Refeitório e dormitórios	Armazenar em local adequado; Encaminhar para empresa licenciada para recolha de resíduos.

7.1.3.2. Identificação e Acondicionamento

O acondicionamento inicia após a geração dos resíduos que consiste na preparação dos resíduos sólidos para a recolha, de forma adequada com o tipo e a quantidade de resíduos. A importância do acondicionamento adequado está em:

- Evitar acidentes;

- Evitar a proliferação de vectores;
- Minimizar o impacto visual e olfactivo;
- Reduzir a heterogeneidade dos resíduos;
- Facilitar o processo de recolha.

A escolha do recipiente dependerá das características dos resíduos, das quantidades geradas, periodicidade e tipo de transporte, necessidade ou não de tratamento e da forma de disposição a ser adoptada. Desta forma em função dos resíduos gerados, os recipientes devem observar os seguintes critérios mínimos:

- Ser construído com material compatível com os resíduos;
- Serem herméticos, para evitar derramamento ou exposição dos resíduos;
- Apresentar resistência física a pequenos choques que possam ocorrer durante o manuseio;
- Ser durável;
- Ser compatível com o equipamento de transporte, em termos de forma, volume e peso;
- Serem económicos, de maneira que possam ser adquiridos com facilidade;
- Não produzir ruídos excessivos ao serem manuseados.

Existe uma gama variada de recipientes para o acondicionamento de resíduos sólidos. Normalmente são utilizados sacos plásticos, latas ou baldes, caixas e contenteres.

Para este caso poderão ser usados dois tipos de recipientes: os de pequena capacidade, instalados próximo aos pontos de geração e os de grande capacidade, instalados na área de armazenamento de resíduos da obra e deverão ter as seguintes características:

- Tambor de plástico de 200 litros para resíduos sólidos sem características corrosivas;
- Big Bags plásticos, que são sacos de polipropileno trançado, de grande capacidade de armazenamento, quase sempre superior a 1 m³;
- Contenteres de plástico, padronizado nos volumes de 1.100 ou 1.600 litros, para resíduos que permitem o retorno da embalagem;



Figura 15: Recipiente de pequeno/médio porte para acondicionamento dos resíduos.



Os recipientes usados para acondicionamento dos resíduos deverão estar devidamente identificados por cores ou símbolos, para uma gestão eficaz dos mesmos. Para tal, deve-se adoptar os seguintes adesivos com símbolos informativos com referência dos resíduos a serem depositados por contentor.

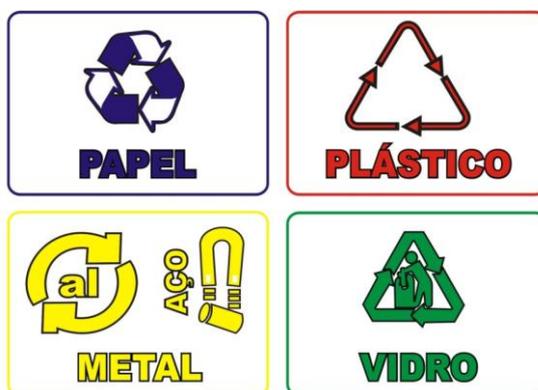


Figura 16: Adesivo para a identificação de Resíduos

7.1.3.3. Armazenamento De Resíduos

O armazenamento de resíduos é entendido como a permanência temporária de resíduos em área autorizada e identificada a espera de reciclagem, recuperação, tratamento final. Os locais destinados para armazenamento dos resíduos devem ser instalados a uma distância mínima de duzentos metros dos cursos de água.

Na escolha da área onde o resíduo vai ser depositado temporariamente, devem ser observados os seguintes itens:

- O local deve ser projectado para que o risco de contaminação ambiental seja mínimo;
- Deve ser de fácil acesso para os equipamentos de transporte;
- Deve ter acesso limitado e sinalização;
- Os resíduos devem estar devidamente identificados e dispostos em áreas separadas;
- Os resíduos de diferentes classificações não devem ser armazenados próximos;
- O local deve ser coberto, dependendo do tipo de resíduo armazenado;
- O local deve ser ligeiramente afastado de áreas administrativas;
- Deverá ser controlada a direcção predominante dos ventos para evitar problemas de odor;
- A instalação deverá possuir equipamentos de segurança e protecção individual compatíveis com os resíduos e com as possíveis emergências.

Ainda sobre a selecção do local de armazenamento, devem ser considerados os seguintes factores:

- Uso do solo;



- Topografia;
- Geologia;
- Recursos hídricos;
- Acesso;
- Área disponível;
- Meteorologia.

Mesmo se adoptando técnicas adequadas, os locais de armazenamento de resíduos estão sujeitos a diversos tipos de acidentes. Os acidentes mais frequentes são os incêndios, derrames e fugas. Em virtude da possibilidade destes acidentes com resíduos, a fazenda deve desenvolver um Plano de Emergência, definido como um conjunto de instruções e acções pré-estabelecidas a serem imediatamente adoptadas em caso de acidentes. A correcta identificação de cada container ou recipiente de resíduos é fundamental para uma gestão adequada.

7.1.3.4.Recolha e Transporte de Resíduos

De acordo com o art.º 20 e 21 do Decreto Presidencial n.º 190/12, qualquer resíduo gerado no decurso ou em consequência das actividades realizadas, tem de ser recolhido, manuseado e transferido de forma segura e de acordo com os requisitos legais e orientações praticáveis.

Os resíduos devem ser transportados por um transporte externo, onde resíduos serão recolhidos e transferidos:

- Apenas por pessoas ou entidades devidamente autorizadas pelo órgão responsável (MINAMBMINAMB);
- De uma forma que garanta que os materiais são adequadamente acondicionados para o transporte e que todos os contentores de resíduos são adequadamente rotulados para fins de armazenamento e transporte;
- O resíduo durante o transporte deve estar protegido de intempéries, assim como deve estar devidamente acondicionado para evitar que se espalhe na via pública;
- Utilizando um sistema de Notas ou Fichas para Transporte e Deposição de Resíduos assinadas para documentar os detalhes de cada carregamento de resíduos. Cada nota fornecerá uma descrição do carregamento de resíduos, que permitirá ao seu receptor eliminá-lo ou tratá-lo em segurança;
- Manter registos de todos os resíduos transferidos.

Para uma recolha eficiente, cada contentor de resíduos que saia de um local do subprojecto deverá:

- Estar rotulado de forma clara com a descrição do resíduo que contém. Quaisquer rótulos ou marcas antigas deverão ser completamente removidos ou totalmente tapados para evitar confusão quanto ao seu conteúdo;
- Estar em boas condições e sem fugas (adequadamente selado com uma tampa);



- Ser o mais indicado para os resíduos que contém;
- Não emitir quaisquer gases nocivos ou gerar calor.

Os resíduos devem ser colocados de forma correcta nos veículos que fazem o transporte para a unidade de armazenamento, tratamento e destino final de forma a manter a carga íntegra e evitar derrame durante o trajecto.

De forma a confirmar o transporte e a transferência adequada de cada carregamento a partir do local de origem até ao destino final em instalações autorizadas, deverá ser adoptado um sistema de notas de consignação para o transporte e deposição de resíduos. Cada vez que os resíduos passam de um agente autorizado para outro, o receptor terá de assinar o formulário para acusar a recepção dos mesmos em segurança, ficando uma cópia com a pessoa que entrega os resíduos. No ponto de tratamento ou eliminação final o formulário será assinado por uma pessoa autorizada nas instalações licenciadas e uma cópia do formulário será devolvida ao local de origem como prova da recepção em segurança da consignação no local de destino.

Somente as entidades contratadas para o tratamento de resíduos que consigam apresentar a autorização necessária do Ministério do Ambiente (MINAMB) para o transporte do tipo particular de resíduos deverão ser consideradas para o transporte dos mesmos.

Não havendo empresas de recolhas de resíduos em toda e extensão da província do Cuanza Sul, o proponente é responsável pela retirada, tratamento e reutilização dos resíduos gerados na fazenda.

7.1.3.5. Regras de Transporte de Resíduos

O manuseamento dos resíduos e dos contentores requerem que os seus operadores sejam bem orientados e adoptem cuidados mais exigentes quanto ao grau de perigosidade dos resíduos. Em grande parte dos casos de contacto directo com o resíduo justifica-se a utilização de luvas e mascaras.

Embalagens com resíduos líquidos e pastosos devem ser manuseadas, transportadas e armazenadas com a tampa virada para cima. Deve-se ter atenção a todos os equipamentos depositados como resíduos em contentores, que sejam susceptíveis de conter líquidos, uma vez que estes devem ser previamente drenados para bidões específicos.

7.1.3.6. Tratamento e Destino Final dos Resíduos

Os resíduos que não se reutilizam nem se reciclam têm de ser eliminados de forma adequada para minimizar qualquer impacto potencial sobre a saúde humana e sobre o ambiente.

É de responsabilidade do gerador o destino dos resíduos produzidos na sua fazenda, isto é, o gerador tem a obrigação de contratar uma empresa certificada pela Agência Nacional dos Resíduos que se encontra sob tutela do Ministério do Ambiente.

Consoante a tipologia identificada de resíduos, o melhor destino para o empreendimento seria a reutilização, a reciclagem bem como aterro sanitário.

Tabela 19: Metodologia de destino final para resíduos

Código/cor	Categoria do resíduo	Tipo de resíduos	Tratamento
-------------------	-----------------------------	-------------------------	-------------------



RSNP	Resíduos Sólidos Não Perigosos	Papel, cartão	Deposição em aterro de resíduos não perigosos
RMNP	Resíduos Metálicos Não Perigosos	Pedaços de tubos e outros resíduos metálicos	Reciclagem
RNP	Resíduos Não Perigosos – Plástico	Garrafa de água de plástico, e outros plásticos	Reciclagem e/ou Deposição em aterro de resíduos não perigosos

7.1.3.7. Descarte de Fertilizantes e pesticidas

O descarte é feito em cinco passos abaixo garantem que o descarte das embalagens de agrotóxicos seja feito da forma correta:

- **Lavagem das embalagens**

É necessário, primeiro, esvaziar completamente as embalagens no tanque do pulverizador. Depois, deve-se adicionar água limpa em até um quarto do volume do frasco, tampe e agite por 30 segundos. Esta água também deve ser jogada no tanque do pulverizador. Repita a operação três vezes. Ela é chamada de tríplice lavagem.

- **Tornar inutilizáveis ou vender**

Após passarem pelo processo da tríplice lavagem, todas as embalagens devem ser inutilizadas (danificadas para que não sejam usadas como recipiente novamente). Para isso, corte o fundo da embalagem ou faça furos no fundo, atentando para ter a certeza de que ela não terá mais utilidade ou ainda os recipientes poderão ser revendidos para as indústrias recicladoras.

7.1.3.8. Procedimento para Gestão de Efluentes

A grande diversidade das actividades ocasiona durante o processo produtivo, a geração de efluentes, os quais podem contaminar o solo e a água.

- As águas residuais das instalações sanitárias não devem ser escoadas para os cursos de água locais;
- Em caso de água contaminada com óleos e/ou combustíveis ou outros poluentes não poderão ser descarregadas para o sistema de drenagem nem no solo.

7.1.4. Cronograma de Acções e Responsabilidades na Gestão de Resíduos

Tabela 20: Cronograma de Acção e Responsabilidades na Gestão de Resíduos

Acções	Descrição das acções	Responsabilidades	Cronograma
Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local	Compostagem (e espalhamento).	Proponente	Fim do ciclo de cada cultura
Prevenção e controle de potenciais impactos resíduos não agrícolas ou resíduos perigosos dos sistemas de produção (por exemplo, recipientes de	Recolher do campo após o uso, todas as embalagens de pesticidas e herbicidas e armazenar devidamente até a disposição final.	Proponente com apoio do TSP BRLi-Sirius	Início da instalação das culturas



<p>pesticidas, resíduos, pesticidas e embalagens</p>	<p>Não queimar embalagens, plásticos ou outros resíduos sólidos;</p> <p>Fazer a gestão dos resíduos sólidos de acordo com as Directrizes EHS;</p> <p>Utilizar grandes recipientes e/ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos recipientes</p> <p>Examinar formulações e embalagens alternativas de produtos (por exemplo, material biodegradável).</p> <p>Gerir os pesticidas vencidos e indesejados como resíduos perigosos de acordo com Directrizes EHS e da FAO a Gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e Obsoletos.</p>		
<p>Formação</p>	<p>treinamento do pessoal</p>	<p>Proponente com o apoio do TSP BRLi-Sirius</p>	<p>Início das culturas e acompanhamento</p>

7.2. Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional

Os agricultores desenvolvem diariamente diversos trabalhos de preparação das parcelas agrícolas, manuseamento de produtos fitofarmacêuticos, de armazenamento e de manutenção de equipamento. Simultaneamente, desenvolvem também operações culturais (sementeiras, sachas manuais, mecânicas e químicas, amontoas, colheitas, rega), que se concretizam com condução de veículos e máquinas agrícolas, manuseio de animais, movimentação manual de cargas, manuseamento de substâncias perigosas e produtos tóxicos, permanente exposição às condições climáticas por se realizar ao ar livre e força muscular considerável.

Como resultado do trabalho desenvolvido nesta actividade, existem riscos de atropelamento, de esmagamento, de quedas, de lesões dorso-lombares, de intoxicações, ferimentos e outros perigos tais riscos de incêndios.

7.2.1. Principais causas de acidente no campo

- Falta de treinamento para lidar com máquinas agrícolas e agrotóxicos;
- Inexistência de equipamentos de protecção individual e coletiva;
- O excesso de horas de trabalho e trabalho forçado;
- Manuseio e contenção de animais;
- Exposição ao sol; etc.



É comum verificarmos em áreas cultivadas, trabalhadores rurais aplicando produtos de várias classes toxicológicas sem camisas, de shorts, descalços ou com simples sandálias de dedo.

O presente PHSST prevê as seguintes acções:

- Identificação/Mapeamento dos riscos;
- Levantamento e aquisição dos EPI necessários;
- Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores;
- Padronização das actividades previstas no processo produtivo;
- Criar um sistema de Registo e Documentação dos acidentes ocorridos na fazenda;
- Definição de equipas de trabalho;
- Registo de acidentes ocupacionais,
- Acções preventivas e correctivas (anexo VI. Ficha de Registo de acidentes e não conformidades)

7.2.2. Identificação e Mapeamento dos riscos

É importante que o fazendeiro faça um mapeamento dos riscos da decorrentes da actividade da sua fazenda, para que todos eles sejam contemplados no plano de higiene, saúde e segurança ocupacional.

No caso desta fazenda agrícola são identificados os riscos físicos, risco de incêndio e os riscos biológicos e riscos químicos.

Os riscos físicos compreendem os operacionais e no local de trabalho e as máquinas e veículos. Os primeiros (operacionais e no local de trabalho) compreendem os seguintes:

- Entorses, luxações e fracturas;
- Dor lombar ou quadril e dor no joelho, gastrointestinal;
- Excesso de exposição ao ruído, vibração e condições climáticas extremas ou adversas pode causar problemas nas mãos ou braços, ou perda de audição.

Para que estes riscos sejam minimizados ou amenizados o fazendeiro deve implementar as seguintes acções:

De acordo com das orientações gerais EHS Os trabalhos com máquinas, tractores e veículos expõe os operadores a vários riscos, dos quais se destacam:

- Capotamento;
- Quedas de pessoas;
- Entalamento/esmagamento;
- Cortes;



- Ruído e vibrações;
- Colisão com outras máquinas;
- Problemas respiratórios devido a trabalhos em ambientes com muito pó.

Acções que devem ser implementadas:

- Seleccionar o equipamento em boas condições de trabalho;
- Identificação clara de equipamento em condições inapropriadas de utilização;
- Elaborar listas diárias de verificação e inspeção dos equipamentos antes de usar;
- Exigir formação profissional ou capacitar os operadores;
- Adquirir e exigir o uso obrigatório de estruturas de protecção de segurança (arco, quadro ou cabinas);
- Verificar se a máquina/tractor dispõe de extintor;
- Fazer manutenção regular, apenas com a máquina totalmente desligada e imobilizada;
- Utilizar vestuário e calçado adequado;
- Avaliar correctamente as condições do terreno;
- Evitar a proximidade de valas ou bermas de declives;
- Não fazer manobras bruscas;
- Não transportar pessoas em máquinas não adequadas para essa finalidade;
- Não beber bebidas alcoólicas;
- Cuidado no engate e desengate de alfaías;
- Não estar na proximidade de órgãos animados de movimento;
- Se a máquina produz muito ruído, usar auriculares/protectores de ouvidos;
- Impedir a circulação de terceiros na zona de trabalho.

7.2.3. Levantamento e aquisição dos EPI's

Ao fazer o mapeamento das actividades dos processos, o empresário agrícola deve fazer o levantamento dos EPI's que devem ser utilizados em cada situação pontual. A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores de forma gratuita o EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Responsabilidade do empregador:



- Adquirir o EPI adequado ao risco da actividade;
- Exigir o seu uso;
- Orientar e treinar o trabalhador quanto a seu uso, guarda e conservação;
- Substituir imediatamente quando extraviado ou danificado;
- Responsabilizar-se por sua manutenção e higienização.

Responsabilidade do trabalhador:

- Usar apenas para a finalidade a que se destina;
- Responsabilizar-se por sua guarda e conservação;
- Comunicar qualquer alteração que o torne impróprio para uso;
- Cumprir as determinações do empregador sobre seu uso adequado.

Os tipos de EPI a serem adquiridos e utilizados:

- **Protecção da cabeça (para operadores de máquinas e equipamentos)**
 - Capacete: Protecção do crânio contra impactos, choques eléctricos e no combate a incêndios.
 - Capuz: Protecção do crânio contra riscos de origem térmica, respingos de produtos químicos e contacto com partes móveis de máquinas.
- **Protecção dos olhos e face**
 - Óculos: Protecção contra partículas, luz intensa, radiação, respingos de produtos químicos;
 - Protector facial: Protecção do rosto
- **Protecção dos membros superiores**
 - **Luvas de protecção, Mangas e Dedeiras:** Protecção de mãos, dedos e braços de riscos mecânicos, térmicos e químicos
- **Protecção dos membros inferiores**
 - Calçados de segurança- Botas e botinas.
 - Protecção de pés, dedos dos pés e pernas contra riscos de origem térmica, humidade, produtos químicos, quedas.
- **Protecção respiratória**
 - Protecção do sistema respiratório contra gases, vapores, névoas, poeiras.
 - Máscaras de protecção respiratória.



7.2.4. Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores

Os treinamentos são importantes para que os trabalhadores saibam como agir em cada situação. Com o apoio dos especialistas ambientais e sociais do TSP, o promotor Deve realizar cursos, palestras e workshops de forma periódica, para qualificar os trabalhadores e colaboradores sobre higiene, saúde e segurança no trabalho.

Deverão ser debatidos nestas formações temas como a prevenção de acidentes e doenças, a importância do uso de EPI's e protecção colectiva, a qualidade de vida na fazenda, cuidados na utilização de agrotóxicos.

7.2.5. Condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores

Os serviços de acomodação devem ser fornecidos aos trabalhadores que se enquadram no escopo de Padrão de Desempenho, o proponente adoptará e implantará políticas sobre qualidade e gestão das acomodações e sobre o fornecimento de serviços básicos. Os serviços de acomodação serão fornecidos de forma condizente com os princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidades. Os acordos de acomodação de trabalhadores não devem restringir a liberdade de trânsito ou de associação dos trabalhadores.

NO10.2. As informações fornecidas aos trabalhadores no início do emprego são normalmente abrangidas por disposições relevantes da legislação nacional. Documentos e contratos incluem informações sobre a provisão de alojamento e acomodação e o pagamento requerido.

7.2.6. Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO

Tabela 21: Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO

Acções	Responsabilidades	Período de execução
Estabelecer medidas de prevenção de riscos e acidentes:	Proponente com apoio do TSP BRLI-SIRIUS	No início do ciclo cultural e sempre que a situação o exigir
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar, instruir educar e sensibilizar os trabalhadores para o uso correcto do EPI no manuseio de substâncias perigosas; • Garantir que as condições de trabalho e habitabilidade dos trabalhadores são salvaguardadas (mulheres e homens separados); • Garantir ambiente sadio e condições de trabalho e habitabilidade adequadas para as mulheres; • identificar e implementar continuamente alternativas de minimização de riscos e ocorrência de acidentes de trabalho; • Inspeccionar e documentar o uso de EPI' e os acidentes registados; • Registrar periodicamente do nº de acidentes e outras situações de perigo da vida humana; Capacitação dos trabalhadores para identificação dos perigos e pronto atendimento a emergências;		As acções de saúde e segurança ocupacional devem ser realizadas mensalmente com palestras de sensibilização e capacitação: Deve-se inspeccionar diariamente o uso de EPI's; Manter um registro de acidentes ocupacionais na fazenda. E solicitar análise da causa raiz desses acidentes para identificar acções correctivas destinadas a evitar a recorrência. incluindo a causa raiz dos acidentes e as acções de correcção e correctivas aplicadas para evitar a recorrência dos acidentes.

7.3. Plano de atendimento às emergências para fazenda



A emergência é uma grande ameaça ao bem-estar do meio ambiente ou à saúde pública devido à libertação de alguma substância nociva ou perigosa ou, ainda, devido a um desastre natural ou acidente de trabalho. A preservação da integridade do meio ambiente e dos trabalhadores é possível por meio da antecipação, conhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de acidentes, existentes ou que venham existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a protecção do meio ambiente e dos recursos naturais.

O Plano de Atendimento à Emergências tem como objectivo identificar cenários emergenciais e definir acções que devem ser seguidas no caso do desencadeamento de processos emergenciais na fazenda. Ajuda a preservar vidas e a reduzir possíveis danos diante das situações emergenciais.

O Plano de Atendimento à Emergência estabelece as estratégias e os procedimentos que devem ser adoptados para o controle de situações emergenciais que, por ventura, aconteçam no decorrer das actividades da fazenda, de modo a preservar vidas, bem como reduzir os possíveis danos, proteger a comunidade, minimizar impactos ambientais e perdas patrimoniais.

7.3.1. Objectivos

Objectivo Geral

Definir procedimentos para o atendimento de emergências, que por ventura possam ocorrer durante a execução das actividades da unidade de produção agrícola.

Objectivos específicos

- Estabelecer procedimentos formais a serem adoptados em situações emergenciais e que estes sejam seguidos pelos trabalhadores da fazenda;
- Conscientizar os trabalhadores da fazenda para que tenham conhecimento dos danos ambientais e acidentes de trabalho que as suas tarefas possam desencadear;
- Prevenir danos materiais e, principalmente, danos ambientais.

7.3.2. Directrizes gerais

São apresentadas algumas situações emergenciais do Plano de Emergências:

- **Acidente Ambiental ou de trabalho**

Há uma série de acidentes que podem gerar danos ambientais, alguns deles são:

- Incêndios;
- Explosões;
- Derrames de produtos químicos e resíduos perigosos;
- Fenômenos naturais: raios fulminantes, chuvas acompanhadas de ventos fortes e granizo;
- Acidentes com máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, intoxicações, entre outros.



Estes acidentes podem causar consequências como:

- Poluição do ar;
- Contaminação do solo e dos recursos hídricos;
- Danos à fauna e flora;
- Destruição de ecossistemas;
- Danos à saúde humana;
- Prejuízos económicos.

7.3.3. Consciencialização ambiental

É necessário que sejam disseminadas gradualmente na fazenda acções que visem à sustentabilidade ambiental na execução das diversas actividades agrícolas.

Devem ser incentivadas a adopção de boas práticas de gestão de resíduos conforme descrito a seguir:

- Uso de contentores específicos para recolha seletiva de resíduos, de modo a não misturar e facilitar a reciclagem futura;
- Ministração de palestras sobre educação ambiental e gestão de resíduos sólidos;
- Reutilização de materiais e manutenção adequada dos locais internos armazenamento de resíduos;
- Colaboração com os trabalhadores para que ocorra a disseminação do conhecimento de “como a poluição atmosférica pode afectar o bem-estar e a saúde dos trabalhadores”.

7.3.4. Procedimentos de Emergência

Tendo em consideração a identificação e avaliação dos impactes ambientais do subprojecto, são definidos os modos de gestão, associados aos aspectos ambientais e sociais das emergências (ex. derrames acidentais de hidrocarbonetos, focos de incêndio, etc.).

Os procedimentos de emergência ambientais são semelhantes aos definidos no PSS, uma vez que os acidentes que conduzem a danos ambientais e sociais significativos são na maioria dos casos coincidentes, pelo que devem ser aplicados os procedimentos do PSS. As situações identificadas sem detrimentos de outras que se venham a identificar, durante a execução do Projecto, são:

- Incêndios;
- Derrames acidentais e derrames de substâncias tóxicas;
- Acidentes com veículos e equipamentos;
- Desabamentos / deslizamentos de terras.

Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários. Estes contactos devem ser inscritos em Português e Quimbundo. Após a ocorrência de qualquer acidente deverá ser elaborado um relatório específico, no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos procedimentos de segurança já estabelecidos para evitar a ocorrência



de situações semelhantes. O tratamento e remediação de áreas afectadas por situações de emergência deverão ser realizadas e suportadas pela proponente.

7.3.4.1. Meios de Prevenção e Intervenção em Caso de Emergência

- **Incêndio**

Todas as viaturas devem ser munidas de extintores. Os extintores de pó químico ABC e CO₂, que se encontram devidamente identificados e distribuídos.

- **Primeiros Socorros**

Deve haver caixas de primeiros socorros contendo utensílios devidamente identificados, nos escritórios da fazenda. Todos os produtos da mala devem estar dentro do seu prazo de validade ficando esta verificação periódica sob a responsabilidade proponente.

- **Meios Humanos**

Dada a natureza dos trabalhos, em cada equipa de trabalho fará parte integrante um trabalhador com formação capaz de actuar sobre eventuais ocorrências de emergência, até se verificar a chegada dos meios externos de intervenção, e de coordenar, caso necessário, a evacuação das pessoas.

7.3.4.2. Procedimentos no caso de emergência

Os meios de comunicação existentes são telemóveis (proponente, gerente) e rádios móveis (chefes de equipa). Quando o sinistro for detectado por um trabalhador, este deve dar o alerta verbal ao gerente ou chefe da equipa. Os telefones de emergência deverão ser afixados na placa informativa ao longo da fazenda, assim como em cada veículo que estiver na frente da lavoura deverá ter uma cópia. Salienta-se ainda que cada veículo mencionado deverá possuir uma caixa de primeiros socorros e um extintor ABC.

NOTA: No caso de não ser possível seguir o normal desencadeamento das acções de emergência, deverá-se comunicar directamente aos meios exteriores.

Tabela 22: Procedimentos de emergência

Situação de Emergência/Acidente	Ações Preventivas	Medidas a Implementar
Derrame de Combustíveis	Formação dos trabalhadores relativamente aos procedimentos para lidar com derrames acidentais de hidrocarbonetos e a limpeza dos espaços. Armazenar com segurança os combustíveis. Adoptar a solução de contenção mais adequada tendo em atenção os seguintes factores: de coesão do terreno, o nível do lençol freático e as solicitações acidentais previsíveis Assegurar que os materiais e equipamentos necessários para lidar com os derrames e vazamentos estão disponíveis nos locais e em todos os momentos. Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários. Prestar informações aos trabalhadores sobre a organização do estaleiro, afixando as suas regras na vitrina de segurança. Zelar pelo cumprimento das regras de fazenda impostas a todos os frequentadores do mesmo.	Estancar ou eliminar o derrame utilizando barreiras de areia, sacos de areia, material de serradura, absorvente e / ou outros materiais aprovados pelo RE, tomando sempre as devidas precauções de segurança, incluindo EPI. Absorver e recolher o derrame para um recipiente próprio de modo a proceder à sua eliminação. Notificar as autoridades competentes, informando acerca do local exacto da ocorrência e qual produto derramado. Esperar pela actuação das autoridades, não abandonando o local e adoptando uma atitude preventiva no que diz respeito aos efeitos que o derrame poderá provocar. Preencher o registo da ocorrência. Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências,



		correção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes.
Incêndio/explosões	<p>Formação dos trabalhadores reactivamente aos procedimentos para lidar com incêndios.</p> <p>Assegurar que os equipamentos necessários para combater os incêndios estão disponíveis nos locais e em todos os momentos. Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários. Manter a fazenda devidamente organizado. Recolher os resíduos e escombros e evacua-los para os devidos locais de recolha.</p> <p>É expressamente proibido queimar qualquer tipo de resíduos na zona de estaleiro.</p> <p>As vias de circulação destinadas a veículos devem ser implantadas com uma distância suficiente em relação às portas, portões, passagem para peões, corredores e escadas, ou locais de trabalho, ou dispor de meios de protecção adequados.</p> <p>Instalar sinalização de segurança provisória ou definitiva que identifique claramente os riscos, as obrigações e as proibições nos diversos locais do estaleiro</p>	<p>Combater o incêndio com o extintor mais próximo</p> <p>Accionar socorros externos: bombeiros</p> <p>Criar mecanismos e treinos de evacuação dos trabalhadores</p> <p>Afixar a sinalização de Ponto de Encontro no estaleiro, para casos de emergência.</p>
Acidentes com veículos e equipamentos	<p>Guardar distâncias de segurança entre as vias ou zonas de circulação de veículos e os postos de trabalho ou zonas de deslocação de peões.</p> <p>Guardar distâncias de segurança na movimentação de veículos e equipamentos, e destes em relação às movimentações de materiais.</p> <p>Instalar sinalização de segurança provisória ou definitiva que identifique claramente os riscos, as obrigações e as proibições nos diversos locais do estaleiro.</p> <p>Prestar informações aos trabalhadores sobre a organização do estaleiro, afixando as suas regras.</p> <p>Zelar pelo cumprimento das regras de estaleiro impostas a todos os frequentadores do mesmo.</p> <p>As vias de circulação destinadas a veículos devem ser implantadas com uma distância suficiente em relação às portas, portões, passagem para peões, corredores e escadas, ou locais de trabalho, ou dispor de meios de protecção adequados.</p> <p>Todo o equipamento deverá ser revisto periodicamente, em especial os órgãos de accionamento pneumático;</p> <p>Todos os veículos deverão ter afixado, em local visível, a especificação da “tara” e “carga máxima”.</p> <p>É proibido o transporte de pessoas fora das cabines.</p> <p>Os trabalhadores deverão ser transportados apenas em viaturas homologadas para o efeito.</p> <p>Todos os veículos terão de estar dotados de sinalizador sonoro automático de marcha atrás.</p> <p>Dotar os equipamentos com extintores adequados.</p>	<p>No caso de Acidentes de Veículos:</p> <p>Isolar a área e sinalizar adequadamente o local do acidente</p> <p>Verificar o tipo do acidente (carro, motocicleta, colisão, atropelamento etc.), a gravidade aparente do acidente, o número aproximado de vítimas envolvidas</p> <p>Verificar se há derrame de combustível ou produtos químicos</p> <p>Proceder a limpeza do local</p> <p>Preencher o registo da ocorrência</p> <p>Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes</p> <p>Em caso de incêndio: Isolar a área.</p>
Desabamentos/deslizamento de terras	<p>Antes do início dos trabalhos, verificar o terreno, a fim de detectar possíveis fendas ou instabilidade no solo. Evitar sobrecargas no bordo da escavação (terras ou materiais). Organizar o trânsito dos veículos de carga, de forma a diminuir os efeitos das sobrecargas e vibrações por eles originados.</p> <p>As escavações a realizar devem ser defendidas de infiltrações de água. Caso exista acumulação de água</p>	<p>Comunicar imediatamente a entidade.</p> <p>Proibir a realização de trabalhos no local.</p> <p>Delimitação do local.</p> <p>Remoção do material solto.</p> <p>Preencher o registo da ocorrência.</p> <p>Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise</p>



	dentro da vala, esta deverá ser removida constantemente.	e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes
--	--	---

7.3.5. Cronograma de execução do plano de emergências

Tabela 23: Cronograma de execução do plano de emergências

Acções	Responsabilidades	Cronograma
<p>Identificação das principais actividades que possam provocar acidentes</p> <p>Aquisição de equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos: kits de contenção de produtos químicos, rede de hidrantes e extintores</p> <p>Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais;</p> <p>Comunicação e registo de emergência;</p> <p>Colocação de sinalização de emergência em locais críticos e alarmes</p> <p>Treinamento de pessoal</p>	<p>Proponente com apoio das autoridades locais de saúde, serviços de protecção civil e acompanhamento do TSP</p>	<p>No início da campanha agrícola e sempre que forem enquadrados novos trabalhadores</p>

7.4. Plano de Gestão de Pragas

O objectivo principal do manuseio de pragas não deve ser erradicar todos os organismos, mas sim manusear “pragas”, incluindo pragas de insetos, doenças e ervas daninhas que podem afectar negativamente as culturas anuais para que elas permaneçam em níveis abaixo de um limiar economicamente prejudicial. As pragas devem ser maneadas através de um processo de manuseio integrado de pragas (MIP) que combina abordagens químicas e não químicas para minimizar ao mesmo tempo que minimiza o impacto de tais medidas no meio ambiente.

Os pesticidas devem ser usados apenas na medida necessária sob uma abordagem MIP e manuseio integrado de vetores (MIV) e somente depois que outras práticas de manuseio de pragas falharam ou se mostraram ineficientes. Os passos a seguir devem ser considerados e documentados em um plano de manuseio integrado de pragas/vetores:

- Identificar as principais pragas que afectam as lavouras da região, avaliar os riscos para a operação e determinar se existe uma estratégia e capacidade para controlá-los.
- Sempre que possível, aplicar mecanismos de alerta precoce para pragas e doenças (ou seja, pragas e doenças técnicas de previsão);
- Selecionar variedades resistentes e usar o controle cultural e biológico de pragas, doenças e ervas daninhas para minimizar a dependência de opções de controle de pesticidas (químicos). Um regime de MIP eficaz deve:



- Identificar e avaliar pragas, níveis de limiar e opções de controle (incluindo as listadas abaixo), bem como os riscos associados a essas opções de controle;
- Faça a rotação de culturas para reduzir a presença de insetos, doenças ou ervas daninhas no solo ou na cultura;
- Apoiar organismos de bio controle e benéficos - como insectos, pássaros, ácaros e micróbios agentes - para realizar o controle biológico de pragas (por exemplo, proporcionando um habitat favorável, como arbustos para locais de nidificação e outra vegetação original que pode abrigar predadores de pragas e parasitas).
- Favorecer o controle manual, mecânico de ervas daninhas e/ou capinas selectivas.
- Considerar o uso de controles mecânicos - como armadilhas, barreiras, luz e som - para matar, realocar ou repelir pragas;
- Usar pesticidas para complementar essas abordagens, não para substituí-las;
- Antes de adquirir qualquer pesticida, avalie a natureza e o grau dos riscos associados e eficácia, levando em consideração o uso proposto e os usuários pretendidos.

7.4.1. Uso e Manuseio de Pesticidas

Um PMP que inclui procedimentos para a seleção, aquisição, armazenamento, manuseio e destruição final de todos os estoques desatualizados devem ser preparados de acordo com as diretrizes FAO.

O PMP prescreve o tipo de agrotóxico a ser utilizado, bem como a finalidade de seu uso e descreve as melhores práticas para a aquisição e armazenamento de todos os pesticidas. O pessoal deve ter treinamento apropriado, incluindo certificação, quando relevante para manusear e aplicar pesticidas com segurança. Em especial:

- Garantir que quaisquer pesticidas usados sejam fabricados, formulados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, descartados e aplicados de acordo com o Código Internacional de Conduta da FAO sobre Manuseio de Pesticidas;
- Não comprar, armazenar, usar ou negociar pesticidas que se enquadrem nas normas da OMS Classificação Recomendada de Pesticidas por Classes de Perigo 1a (extremamente perigoso) e 1b (altamente perigoso);
- Não usar pesticidas listados na Classe de Perigo II da OMS (moderadamente perigoso).

7.4.2. Armazenamento

As práticas recomendadas de armazenamento de pesticidas incluem:

- Armazenar todos os pesticidas em um recipiente fechado e ou armazenar em local com espaço suficiente para controlar qualquer derramamento sem contaminar o meio ambiente. Os locais devem estar longe de fontes água, áreas residenciais e construídas, bem como áreas de armazenamento de alimentos e confinamento de gado;



- Adquirir kits de derramamento e instituir medidas de controle adequadas em caso de derramamento acidental;
- Armazenar todos os pesticidas em seus recipientes originais e rotulados e certificar-se de que as instruções de armazenamento estão a ser seguidas;
- Manter um registo de todos os pesticidas adquiridos, registrando quando foram recebidos, a quantidade utilizada, o valor restante na loja e sua localização;
- Os armazéns devem ter ventilação adequada, contenção secundária e chuveiros e Kits de emergência.

7.4.3. Manipulação

- Os operadores devem ler, entender e seguir as instruções do rótulo do produto para uma mistura segura, aplicação e descarte; use pessoal treinado para operações críticas (por exemplo, mistura, transferências, tanques de enchimento e aplicativo);
- Insistir para que o EPI correcto (por exemplo, luvas, macacão, proteção para os olhos) deve ser usado sempre ao manusear e aplicar pesticidas;
- Obrigar que qualquer mistura e enchimento de tanques de pesticidas ocorram em uma área de enchimento designada;
- Este deve ser colocado longe de cursos de água e drenos;
- Se em concreto, a água deve ser recolhida em um reservatório separado e descartada como resíduos perigosos;
- Certifique-se de que os derramamentos sejam limpos imediatamente usando kits de derramamento apropriados;
- Os derrames não devem ser levados para cursos d'água ou drenos.

7.4.4. Aplicação

- Dar preferência ao método de aplicação com o menor risco EHS e certificar-se de que os organismos não são afectados;
- Selecionar tecnologias e práticas de aplicação de pesticidas projetadas para minimizar o movimento fora do local;
- Assegurar que todos os equipamentos estejam em boas condições e devidamente calibrados para aplicar a dosagem correta;
- Insistir para que as aplicações ocorram em condições climáticas adequadas; evitar tempo húmido e condições de vento.



7.4.5. Disposição

Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura juntamente com água de enxague e pesticidas desactualizados ou não aprovados - devem ser descartados como resíduo perigoso, conforme Diretrizes da FAO. Os recipientes de pesticidas vazios, selos de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes.

7.4.6. Fertilizantes

- Armazene os fertilizantes em sua embalagem original e em um local dedicado que possa ser trancado e devidamente identificados com sinais, cujo acesso é limitado a pessoas autorizadas;
- Garantir que o SDS e os estoques estejam disponíveis nas instalações de armazenamento de fertilizantes e disponíveis para os primeiros respondedores quando necessário;
- Compre e armazene apenas os requisitos mínimos de fertilizantes e use primeiro os fertilizantes mais antigos;
- Mantenha os estoques de fertilizantes separados de pesticidas e maquinário (por exemplo, combustíveis, ignição ou fontes);
- Conhecer e compreender as necessidades de fertilizantes de cada cultura e aplicar apenas o necessário, quando é necessária, para minimizar as perdas ao meio ambiente;
- Implementar um programa de treinamento adequado para o pessoal que está transportando, manuseando, carregando, armazenamento e aplicação de fertilizantes.

7.4.7. Gestão integrado de pragas

O plano de manuseio de pragas da fazenda Agro Waco teve como base o plano de gestão de pragas elaborado pelo PDAC e serve para orientar, identificar as principais pragas que afectam as culturas na região, avaliar os riscos para a operação, determinar uma estratégia para controlá-los;

- Aplicar mecanismos de alerta precoce para pragas e doenças;
- Escolher variedades resistentes e usar o controlo cultural e biológico de pragas, doenças e ervas daninhas.

O MIP é uma abordagem eficaz e ambientalmente sensível para controlo de pragas. O uso de pesticidas vem crescendo a nível mundial, devido aos riscos ambientais e de saúde, o uso de predadores naturais, plantas resistentes a pragas e outros métodos para preservar um ambiente saudável, representam um esforço para diminuir a dependência de pesticidas nocivos e melhor a abordagem para combater as pragas. O uso de controlo químico por si só não proporcionará um controlo de pragas a longo prazo. A dependência de técnicas de controlo único resulta em degradação ambiental, contaminação de produtos alimentares, problemas de resíduos e resistência em espécies alvo, prejudicando seriamente a sustentabilidade no sector agrícola.²

² Base das orientações do PGP elaborado pelo PDAC

Tabela 24: Tipo de culturas e de pragas

Nome comum	Nome Científico da praga ou vector	Cultura
Anthraxose	Colletotrichum lindemuthianum Colletotrichum gloeosporoides pv manihoti	Feijao vulgar & Feijão Macunde Mandioca
Seca apical	Phoma exigua pv.exigua	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Ferrugem	Uromyces manihotis	Mandioca
Manchas de Cercospora	Cercospora cruenta	Feijao vulgar & Feijão
Manchas por Septoria	Septoria vignae	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Mancha foliar comum	Cercospora vignicola	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Mancha foliar branca	Erysiphe polygoni	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Manchas foliares de esclerotinia	Sclerotinia sclerotiorum	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Esclerotia do caule	Sclerotium rolfsii	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Podridão radicular	Fusarium solani Pythium myriotyllum	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Fusariose amarela	Fusarium oxysporum sp. phaseoli	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Cancro da haste e vagens	Diapotre phaseolorum	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Verrugose (Scab)	Xanthomonas campestris pv. Phaseoli	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Murcha bacteriana comum	Pseudomonas savastanoi pv. Phaseolicola	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Murcha bacteriana aureolada	Syringae pv. Phaseolicola	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Virus Mosaico amarelo do feijão (BYMV)	Potyvirus spp	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Ferrugem do trigo	Puccinia polysora, Puccinia sorghi	Milho
Mancha foliar clara	Helminthosporium turcicum	Milho
Mancha foliar por phaeospheria	Phyllosticta mayis	Milho
Anthraxose no milho	Colletotrichum graminicola	Milho
Podridão negra	Bipolaris zeicola = Helminthosporium carbonum	Milho
Podridão seca	Stenocarpella macrospora = Diplodia macrospora	Milho
Queda do colmo	Stenocarpella maydis = Diplodia zeae	Milho
Virus das estrias de milho	Milho streak gemini virus (MSV)	Milho

Tabela 25: Pesticidas/ Inseticidas usados nas cultura do milho

Praga	Inseticida
Prostephanus truncatus sitotroge cerelella	Target ctelli super dust
Afídeos jacidestripese e percevejos	Agror
Brocas do colmo (bussiola fusca) sp, lagarta americana (heliiothis armígera), roscas	Endoagran
Afídeos, brocas, tripes e gafanhotos	Sumigran 50 cpe
Lagarta americana, (heliiothis armígera), broca do milho (bussiola fusca)	Bulldock 5% ec
Termites	Confidor 20% sl; 70% wg e 35% SC
Brocas, gorgulhos, traças, tribolium, trogodermasetc.	Actelli lp
Lagarta do colmo e roscas	Karate 5 ec
Afídeos, jassides e percevejos	Agror 20 cpe
Brocas do colmo, spodoptera	Larvin 37,5%
Chilo partellus, bussiola fusca, lagarta americana e lagarta invasora	Decis forte 10% ec
Lagarta americana, broca do colmo	Politrin
Lagartas roedoras das folhas, Insêctos do solo, Pírale	FIPRORIUS 0,3G
Pírales do arroz, mosca destruidora de arroz, Tripes, Furador branco, insecto (flatidae) do arroz	FIPRORIUS 0,3G
Osina da fruta	Desirius
Lagartas desfolhantes, lagarta das espigas	Chlorius
Insecto do solo	Bofirius
Oscinella	Mesurool 80 % wp
Lagarta americana (heliiothis amigera),broca de milho,	Bulldock 5% Ec
Brocas do Colmo, Spodoptera	Larvin 37,5% SC
Alfídeos, brocas e tripes	Sumigran 50 CPE
Lagarta do Colmo e Roscas	Duduthrin 5% EC
Broca do colmo e Lagarta das folhas	Duduthrin 5% EC



Brocas do colmo (Busseola fusca, Sesamia sp), Lagarta americana (Heliiothis armígera)	Endoagran 35 EC
Lagarta Americana e lagarta rosada	Endoagran 35 EC
Mosca, thrips, pulgão, aleurode, falena, traça, cigarra, entre outros, em diferentes estados de desenvolvimento (ovos, larvas, adultos)	Tudo bem
Sesamia monagrioides	Moran 150 EC
Ácaros e alguns insectos	Matacarius
Broca do colmo	Karate 5 EC
Contra lagartas e térmitas	FIXE 50 EC
Combate de insectos Picadores, coleópteros, hemípteros, alguns dípteros, lepidópteros e alguns insectos trituradores em estado larvar, nomeadamente doryphore	Bastião 3G
Broca do colmo, Lagarta do solo, Lagarta das folhas, Lagarta americana, lagarta espinhosa, percevejo verde, gorgulho do feijoeiro, escaravelhos, bemisia, afídios, trips e cochonilhas	Eforia 045 ZC
Afinete e scutigerella	Carbofurão Sapec
Larva alfinete, Diabrotica speciosa, P0ao- da – galinha	Regent 800 WG
Brocas	Lagapri
Alfinetes e miriápodes, mololonta, noctuas	Furanpri 5GR

Tabela 26: Inseticidas usadas na cultura do feijão

Praga/Doença	Inseticida/Fungicidas
Broca do colmo, Lagarta do solo, Lagarta das folhas, Lagarta americana, lagarta espinhosa, percevejo verde, gorgulho do feijoeiro, escaravelhos, bemisia, afídios, trips e cochonilhas	Eforia 045 ZC
Lagarta Americana	Thiodan 35% EC e Politrin
Prostephanus truncantus, acantoscélides obtectus, rhizoperthus dominica sitrotoge cerelella	Target actellic super
Afídeos, ácaros, mosca branca e trips	Agror 40
Piolho negro	Delta gran
Roscas	Endoagran
Afídeos, gorgulho, lagartas e trips	Sumigran
Lagarta americana (heliiothis armiger)	Buldock 5 ec
Brocas, gorgulho, traças, tribólios trogodermas	Actellic 1 p
Afídeos, acaro, mosca branca, pulgão e roscas	Actellic 50
Lagarta do solo, lagarta americana, escaravelhos e trips	Politrin 440 ec
Lagarta americana, plúsia	Larvin 37,5 %sc
Afídeos, mosca branca, lagarta americana, tricopsia, trips	Thunder 14,5% O- Teq
Afídeos, joaninhas, lagartas, mosca branca, tripes rosca	Malaton 50-s
Tricoplusia, maruca	Biorius
Alfídeos, gorgulho, lagartas (Plutella spp e Heliiothis ssp) e tripes	Sumigran 50 CPE
Piolho negro	Decis 2,5 EC, Delta gran 2,5 EC
Afídios, Mosca branca, Lagarta Americana, Tricoplusia, Tripes	Thunder 14,5% O-TEQ
Mosca, thrips, pulgão, aleurode, falena, traça, cigarra, entre outros, em diferentes estados de desenvolvimento (ovos, larvas, adultos)	Tudo bem
Lagarta americana, lagarta do solo, lagarta das folhas, afídios, thrips e escaravelhos	Karate 5 EC
Afídios, ácaros, joaninha, dos melões lagartas, mosca branca, mosca do melão, pulgão, tripes e roscas ou nóctuas	Actellic 50 EC
Especialmente larvas de Lepidopterae	Inseticida 5 EC
Mosca	Furanpri 5 GR
Antracnose e ferrugem	Bravo 720 SC
Ferrugem	Score 250 ec
Oídio	Calixin, Bayfidan 25% dc
Ferrugem	Manzine
Ferrugem (uromyces andiculatus)	Folicur 25% ew
Ferrugem (uramyces apendice)	Baycor 30% dc

7.4.7.1. Riscos ambientais e a saúde no uso de pesticidas

Os riscos de uso de pesticidas estão associados ao armazenamento, manuseio, transporte e descarte de embalagens vazias e pesticidas obsoletos. O uso de agroquímicos, especialmente os pesticidas, se não forem devidamente geridos, podem levar a sérias consequências para a Saúde Ambiental, Profissional e Pública. Os riscos ambientais e de saúde pública associados ao uso de agroquímicos são:



- Poluição de recursos hídricos e vida aquática;
- Acondicionamento impróprio e disposição de pesticidas por agricultores e auxiliares nos campos de produção nas lavras dos produtores;
- Impacto nas perdas pós-colheita devido a pragas;
- Saúde e segurança geral dos agricultores (culturas e segurança pública);
- A modificação da flora microbiana do solo e do teor de resíduos de pesticidas no solo que podem causar poluição;
- Poluição do ar;
- Intoxicação e mortalidade da fauna, extinção ou proliferação de espécies ou grupos de espécies, quebra da cadeia alimentar e perda de biodiversidade.

Tabela 27: Impactos ambientais e sociais e medidas de mitigação no uso combate as pragas

Impactos negativos no uso de pesticidas no combate as pragas	Causas	Medidas de mitigação	Ferramentas de implementação	Resultados esperados	Indicadores de monitoria
Envenenamento da fauna flor e humano	Eliminação inadequada de recipientes de pesticidas e dos pesticidas obsoletos apos o seu uso	Eliminar e destruir os recipientes de pesticidas após o uso Educação e treinamento Os agricultores adaptam Boas pratica agrícolas	Recipientes de pesticidas limpos, e plano de recolha disponível Adição de técnicas/ Abordagem PMP	Plano de limpeza e descarte de recipientes de pesticidas desenvolvido e implementados Agricultores treinados Em técnicas de PMP e Boas praticas	Numero de agricultores Treinados, Registo de treinamentos realizados
Uso improprio de pesticidas pelos agricultores e seus auxiliares	Pessoal não treinado em técnicas de aplicação de pesticidas Uso de ETP inadequado	Controlo e supervisão do uso de pesticidas nas propriedades agrícolas	Adoção de abordagens técnicas MP Procedimentos de amostragem aleatória Para culturas é estabelecido o limite de armazenamento de produtos químicos	Agricultores treinados em técnicas MP Resíduos de pesticidas em culturas aceitáveis	Numero de agricultores treinados, Registo de treinamentos realizados Níveis e tendências de resíduos de pesticidas em culturas aceitáveis
Saúde e segurança dos agricultores Para culturas/danos ambientais	Necessidade de treinamento	Educar os agricultores para que adoptem com base nas técnicas de MP, e não usem pesticidas químicos a menos que seja recomendado pelos técnicos autorizados	Técnicas de MP com enfase em controlo cultural e biológico no controlo de pragas	Conformidade com politica nacional de MIP e politica do BM sobre pragas/gestão de pesticidas	agricultores treinados, em técnicas de MP, numero de agricultores que implementa m MP



7.4.7.2. Cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e de doenças

Tabela 28: Cronograma de supervisão

Acções	Responsabilidade	Cronograma
Identificação e compreensão da espécie de pragas e tipos de doenças que ocorrem na região	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo da cultura e semanalmente quando se justificar
Planeamento das acções de combate as pragas	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo da cultura e semanalmente quando se justificar
Preparação do local e dos meios preventivos e biológicos	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Implementação e avaliação do métodos de controle (priorizando os físicos e biológicos)	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo da cultura e semanalmente quando se justificar
Avaliação e monitoramento do Manuseio Integrado de Pragas (Registo)	Engenheiro agrónomo e proponente	Devem ser emitidos trimestralmente, reportando resultados obtidos

7.4.7.3. Calendário de aplicação e monitoria

Tabela 29: Calendário de implementação e avaliação

Responsável	Frequência	Tipo de avaliação / Monitoria
Proponente com auxílio do TSP da BRLi- Sirius.	Mensalmente ou conforme necessidade	Monitoria de conformidade /semelhante à inspecção in loco de acordo com as regras do PMP.
TSP	Trimestral	Implementação das medidas de mitigação ambientais identificadas durante a aprovação do programa.
TSP	Anual	Avaliação global do desempenho dos projectos, incluindo a implementação do PMP.

7.4.1.1. Relatórios sobre o manuseio de pragas

Será elaborado um relatório anual sobre o manuseio de pragas e pesticidas, indicando os casos de pragas identificadas e controladas usando abordagens MIP, a localização de pragas, o nível de sucesso do tratamento, quantidade e tipo de pesticida utilizado, nível e tipo de associação de agricultores e outras informações relevantes (por exemplo, programas de treinamento organizados, número de demonstrações utilizando a abordagem escola de campo de agricultor realizadas etc.).

7.5. Plano de prevenção contra COVID-19

7.5.1. Plano de contingência

É importante que todos o empresário agrícola crie um plano de contingência para lidar com a pandemia da COVID 19. Esse plano orienta empresa e trabalhadores a identificarem riscos e determinarem a conduta adequada em cada situação. As orientações sobre esse assunto pretendem recomendar os protocolos. Cada



empresa poderá adaptar essas orientações para sua realidade local. Para preparar um ambiente de trabalho na fazenda e lidar com a pandemia da COVID 19 é necessário que se cumpram algumas recomendações que são apresentadas a seguir.

7.5.2. Medidas gerais de prevenção

Essas medidas são destinadas a todos os trabalhadores da fazenda:

- Comunicar as medidas de prevenção de infecção pela COVID 19;
- Lavar as mãos com água e sabão, por pelo menos 20 segundos, ou usar álcool em gel com frequência;
- Cobrir o nariz e boca ao espirrar ou tossir;
- Evitar aglomerações;
- Manter ambientes bem ventilados;
- Não compartilhe objectos pessoais;
- Preparar o ambiente de trabalho para estimular a higiene frequente das mãos dos trabalhadores, clientes e visitantes, prioritariamente mediante lavagem com água e sabão;
- Desestimular o compartilhamento de objectos que são tocados por mão e boca como telemóveis, copo, talheres, bebedouro, etc.;
- Estimular a higienização frequente de objectos que precisam ser compartilhados no trabalho como ferramentas e equipamentos;
- Estimular medidas de etiqueta respiratória como cobrir tosses e espirros com os cotovelos;

Definir políticas e práticas no trabalho com menor aproximação e contato humano, por exemplo:

- Redução de reuniões presenciais;
- Restrição de acesso ao público externo;
- Diferentes turnos de refeição
- Aumentar o rigor na higienização do local de trabalho, com desinfecção de superfícies de equipamentos e mobiliário;
- Obrigar os trabalhadores a aderirem as campanhas de vacinação contra COVID19.

7.5.3. Política e procedimentos internos para identificação e isolamento de pessoas doentes

- Criar um fluxo para rápida identificação e isolamento dos casos suspeitos de COVID19;



- Estimular que trabalhadores informem prontamente sua condição de saúde e se auto monitorem nesse sentido;
- Criar procedimentos ágeis para que trabalhadores informem quando estão doentes ou com sintomas da COVID 19;
- Quando apropriado, a empresa deve criar procedimentos para isolamento imediato de casos suspeitos e treinar seus trabalhadores para implementar esses procedimentos;
- Quando possível, prover máscaras cirúrgicas descartáveis e orientações de como usá-las e descartá-las apenas para os casos suspeitos. A medida visa criar uma barreira de contacto com as secreções respiratórias;
- Restringir o número de pessoas com acesso a áreas de isolamento, quando houver;
- Proteger os trabalhadores que precisam ter contacto prolongado com suspeitos com medidas adicionais de segurança e de equipamentos de proteção individual;
- Classificar trabalhadores por perfil de risco (baixo, médio, alto, muito alto) para endereçar medidas apropriadas de proteção em cada caso.

7.5.4. Práticas de trabalho seguro

Essas práticas incluem procedimentos para reduzir o tempo, frequência e intensidade de exposição ao risco, como:

- Disponibilizar acesso a material para higiene pessoal e dos equipamentos de trabalho: álcool em gel, latrinas, equipamentos pessoais sem necessidade de compartilhamento;
- Fixar em vários locais do ambiente laboral lembretes sobre as medidas de higiene e etiqueta respiratória;
- Criar protocolos de higienização sistemática;
- Uso de máscaras por pessoas com sintomatologia da doença ou casos confirmados, com substituição conforme manual do fabricante, visando criar uma barreira contra os respingos respiratórios.

7.5.5. Cronograma de implementação do plano

Um plano de supervisão ambiental adequado será desenvolvido com o objectivo de garantir o sucesso da implementação da PGAS. A seguir é apresentado um cronograma com os principais intervenientes e os respectivos papéis e responsabilidades

Tabela 30: Cronograma de implementação do plano prevenção a Covid 19

Ações	Descrição	Responsabilidade	Cronograma
Promover a lavagem regular e completa das mãos dos trabalhadores e visitantes	Colocar reservatórios de água para higienizar as mãos em locais destacados no trabalho;	Proponente	Diariamente



	Assegurar-se de que os trabalhadores tenham acesso a locais onde possam lavar as mãos com água e sabão Exibir cartazes promovendo a lavagem das mãos		
Promover uma boa higiene respiratória no local de trabalho	Utilizar cartazes sobre higiene respiratória e combinar essa acção com medidas de comunicação incluindo a orientação de funcionários de saúde e segurança ocupacional, instruções em reuniões e Fornecer máscaras faciais e ou lenços àqueles que tenham secreção ou tosse, além de caixas fechadas para descarte higiénico desses elementos.	Proponente/Autoridades locais da saúde	Diariamente
Desenvolva um plano de contingência e continuidade das operações da fazenda	Os temas do plano devem incluir como manter a actividade da empresa; Compartilhar o plano com todos os trabalhadores e verificar que eles saibam o que fazer com base nas diretrizes.	Proponente/Autoridades locais da saúde	Mensalmente

De acordo com as Diretrizes da OIT de 2001 sobre sistemas de segurança e saúde no trabalho (§3.10.3.) as medidas de prevenção, preparação e resposta de emergência devem ser tomadas de acordo com a dimensão e natureza da actividade da organização. Devem ser estabelecidas em cooperação com os serviços de saúde e outros organismos a informação necessária, a comunicação interna e a coordenação para proteger todas as pessoas em caso de emergência no local de trabalho, fornecer informações e comunicar com as autoridades competentes e os serviços envolventes, integrar os primeiros socorros e assistência médica e a evacuação de todas as pessoas no local de trabalho e fornecer informações pertinentes e formação a todos os elementos da organização, em todos os níveis, incluindo sobre exercícios regulares de avaliação de procedimentos de prevenção a contra a Covid 19.

7.6. Plano de formação e capacitação dos trabalhadores

O objectivo deste plano é apresentar os principais temas e conteúdos programáticos, planeamento, para formação dos trabalhadores sobre Ambiente e Social, de forma a assegurar a sustentabilidade das acções de construção e operação, bem como salvaguardar a saúde e integridade física dos trabalhadores e colaboradores e outras áreas do projecto a serem de intervencionadas.

Os treinamentos são importantes para que os trabalhadores saibam como agir em cada situação. Com o apoio dos especialistas ambientais e sociais do TSP, o promotor Deve realizar cursos, palestras e workshops de forma periódica, para qualificar os trabalhadores e colaboradores sobre higiene, saúde e segurança no trabalho.

Deverão ser debatidos nestas formações conteúdos principais como:

- Regras gerais de segurança;
- Uso de equipamentos de protecção colectiva e individual;
- Primeiros socorros;
- Planos de emergência;
- Combate a incêndios;
- Técnicas de investigação de incidentes;
- Legislação sobre Higiene e Segurança no Trabalho;
- Sinalização de Segurança;



- Segurança rodoviária;
- Plano de emergência;
- Prevenção de violência baseada no género;
- Mecanismo de sugestões e gestão de reclamações do PDAC (MSGR).

Tabela 31: Formação ambiental e social

Formação para Área Ambiental					
Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
1	Sensibilização sobre as regras de preservação e conservação do ambiente	Regras gerais básicas de preservação e conservação do ambiente (em obra e áreas circundantes)	Todos os trabalhadores	Especialista ambiental da BRLi-Sirius	Trimestralmente Quando tiver novo trabalhador
2	Prevenção e controlo da poluição.	Importância da limpeza do ambiente de trabalho Prevenção e controlo da erosão dos solos Actividades/acções com risco de poluição da água e dos solos Gestão de resíduos sólidos: geração, acondicionamento, transporte e deposição final.	Todos os trabalhadores	Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLi-Sirius	Trimestralmente
3	Prevenção e controlo do risco de substâncias perigosas, e acidentes ambientais.	Regras de manuseamento e armazenamento de combustíveis, óleos e outras substâncias perigosas Procedimentos de prevenção e actuação em caso de derrame de substâncias perigosas; Procedimentos em caso de ocorrência de acidente ambiental.	Todos os trabalhadores.	Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLi-Sirius	Trimestralmente
Formação para Área social					
Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
4	Prevenção da violência baseada no género.	Conceito de violência baseada no género, exploração e abuso/assédio sexual Funções e responsabilidades das partes interessadas Mecanismo de reclamação de incidentes de violência com base no género Procedimentos de reclamações	População ao redor da fazenda. Todos os trabalhadores da fazenda.	Especialista ambiental e social da BRLi-Sirius	Trimestralmente

Formação para Área social					
Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
		para membros da comunidade			
5	MSGR	<p>Objectivos e benefícios dos mecanismos de reclamação;</p> <p>Tipo e fluxo de apresentação e resolução de reclamações</p> <p>Principais responsabilidades do pessoal-chave</p> <p>Requisitos para ser ponto focal de recebimento de reclamações.</p>	<p>População ao redor da fazenda.</p> <p>Trabalhadores.</p>	Especialista ambiental e social da BRLi-Sirius	Trimestralmente

Tabela 32: Formação na área de Segurança e emergência

Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
6	Acolhimento /sensibilização sobre as regras de segurança e higiene.	<p>Regras de segurança e potenciais riscos por actividade</p> <p>Equipamentos de protecção colectiva (EPC) e individual (EPI)</p> <p>Procedimento em casos de emergência.</p>	Todos os trabalhadores da obra.	Especialista da BRLi-Sirius	Trimestralmente
7	Álcool: efeitos e consequências.	<p>Risco e consequências do uso de álcool durante o trabalho</p> <p>Norma interna de despistagem do consumo de álcool e respectivas sanções.</p>	Todos os trabalhadores da obra.	Especialista da BRLi-Sirius	Trimestralmente
8	Prevenção e controlo de doenças.	<p>Regras e meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (VIH/SIDA, sífilis, gonorreia)</p> <p>Regras de prevenção de doenças de veiculação hídrica (malária, diarreia, cólera)</p> <p>Medidas de prevenção e controlada COVID-19.</p>	Todos os trabalhadores	Especialista da BRLi-Sirius	Trimestralmente
9	Postura de trabalho e manipulação de cargas.	<p>Factores de riscos associados à manipulação de cargas.</p> <p>Lesões associadas à movimentação manual/mecânica de cargas</p> <p>Regras de segurança na condução de máquinas</p> <p>Medidas preventivas para minimizar riscos associados à manipulação de cargas</p>	<p>Todos os trabalhadores</p> <p>Sessão específica para motoristas e operadores de máquinas.</p>	Especialista da BRLi-Sirius	Quando tiver trabalhador novo. Trimestralmente



Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
10	Sinalização de Segurança.	Sinais de obrigatoriedade Sinais de proibição Sinais de aviso Sinalização de obstáculos e locais perigosos, e produtos químicos	Todos os trabalhadores da obra.	Especialista da BRLi-Sirius	Quando tiver trabalhador novo. Trimestralmente
11	Segurança rodoviária	Procedimentos gerais de segurança rodoviária Limite de velocidade Condução defensiva Importância do estado mecânico das viaturas e máquinas para prevenção de acidentes Procedimentos de comunicação em caso de acidente	Condutores de viaturas e máquinas.	Especialista da BRLi-Sirius	Quando tiver trabalhador novo. Trimestralmente
12	Plano de emergência.	Procedimentos de evacuação Prevenção e extinção de incêndio Primeiros socorros	Todos os trabalhadores.	Especialista da BRLi-Sirius	Quando tiver trabalhador novo. Trimestralmente

7.7. Plano de Prevenção de EAS/AS

Os princípios que regem este plano são:

- Promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;
- Igualdade de direitos entre homens e mulheres;
- O direito das mulheres e dos homens de viver sem violência.
- A defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- O reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade, harmonia individual e social;
- Edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos;
- Promoção do progresso económico e social que favorece a equidade e igualdade do género.

O Plano define duas áreas estratégicas de intervenção, a partir das quais são organizados objectivos e resultados, bem como acções, a saber:

Área Estratégica: Prevenção, Consciencialização e Educação

O objectivo é a redução dos níveis de aceitação da violência baseada no género que se expressa nos seguintes resultados:



- Aumentado nível de consciencialização e conhecimentos sobre a exploração e assédio sexual nos espaços público e privados como uma violação dos direitos humanos;
- Aumento do envolvimento de líderes comunitários e fazedores de opinião na educação pública para a prevenção da EAS/AS nos espaços privados e públicos;
- Homens e rapazes participando na prevenção e combate a EAS/AS;
- Expandida a utilização das tecnologias de comunicação e informação para a prevenção da EAS/AS;
- Introduzidos mecanismos de reeducação e controlo de agressores de violência;
- Reduzidos os índices da EAS/AS.

Área Estratégica II: Resposta à EAS

O objetivo é expandir e melhorar a resposta à violência, orientando-se para os seguintes resultados:

- Consolidado o atendimento integrado para vítimas da violência através da área social das entidades locais onde são encaminhadas as denúncias que não são resolvidas internamente;
- Expandida a protecção e segurança das vítimas da violência pela Polícia Nacional;
- Assegurada a autonomia económica das vítimas de violência;
- Assegurada a formação e acesso ao emprego das mulheres vítimas de violência.

Este deverá ser executado semestralmente ou quando necessário.

7.8 Plano de Implementação do MSGR previsto pelo PDAC

O Mecanismo de sugestão e Reclamação já se encontra disponível e a funcionar.

Estão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações. Os canais de recepção de sugestões/ reclamações específicas do PDAC, são:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes – Serão disponibilizadas nas administrações municipais e comunais onde os subprojectos do PDAC serão implementados. Este método de reclamação exige que o reclamante saiba escrever, mas também permite que se mantenha em anonimato, caso seja a sua vontade;
- Linhas telefónicas gratuitas – O PDAC irá disponibilizar números de telefone gratuitos, que serão divulgados amplamente nas áreas de implementação dos subprojectos do PDAC. Os utilizadores destas linhas verdes podem também manter-se em anonimato caso assim o desejem;
- Endereços de email e endereços postais – O PDAC irá fornecer os emails do projecto, dos Representantes Provinciais e dos especialistas ambientais e de riscos sociais e de género, bem como o endereço postal da UIP em Luanda. Os interessados poderão contactar o PDAC via email ou via correios para emitir as suas sugestões ou reclamações;
- website do PDAC (www.pdac.com) - Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões. As reclamações feitas através da janela do MSGR existente no website, são reencaminhadas para os emails dos especialistas de comunicação, ambiente e riscos sociais e género. Para aceder ao formulário de reclamações, o utilizador deverá usar o seguinte link: <https://pdac.ao>



O MSGR do PDAC considera acções, ajustes e canais específicos para lidar com reclamações relacionadas com Abuso e Exploração Sexual (AES) e Assédio Sexual (AS) que estão estruturados em 6 etapas, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1 – Identificação de canais de entrada confiáveis
- Etapa 2 – Avaliação dos recursos disponíveis
- Etapa 3 - Desenvolver procedimentos operacionais padronizados
- Etapa 4 – Demonstrar o compromisso da UIP
- Etapa 5 – Designar claramente tarefas relacionadas a reclamações e formar a equipe
- Etapa 6 – Comunicação sobre o MSGR

Nesta etapa se desenvolve canais de comunicação que facilitem a participação pública, tendo em conta aspectos culturais e limitações de acesso às tecnologias de informação. Estes canais deverão incluir, uma linha verde telefónica, caixas de recepção de reclamações (físicas), trabalhar nas comunidades para criar formas de manifestações culturais.

Existe disponibilidade do MSGR para os trabalhadores do projecto e as partes afectadas com procedimentos específicos para atender os casos de EAS/AS. Considerar a realização e formação de pontos focais para o registo e gestão de reclamações na fazenda com auxílio e orientação da UIP do PDAC.

O MSGR estará disponível não só para os trabalhadores e proprietários como para todas as partes que possam ser afectadas pelo mesmo e que inclui procedimentos específicos para atender casos de EAS/AS.

Os pontos de entrada para apresentar reclamações além de caixas e formulário, haverá Pontos Focais que serão devidamente selecionados e formados para o registo e encaminhamento de reclamações. Para tal deve-se solicitar formulário de recebimento de reclamações atualizado à equipa social do PDAC.

Será facilitado o acesso à possibilidade de qualquer pessoa reclamar (individual ou coletivamente; e em anonimato ou não).

7.8.2 Acções de divulgação do MSGR

O material de divulgação é elaborado por uma empresa especializada em comunicação com o apoio e colaboração dos especialistas de salvaguardas Sociais e Ambientais, comunicação, com o envolvimento do departamento de Aquisições e a coordenação do subprojecto. A empresa tem as seguintes responsabilidades:

- Produzir materiais de comunicação e divulgação para consciencializar os beneficiários dos Planos de Negócio e os diferentes actores envolvidos na construção de infraestruturas e implementação de projectos agrícolas, quanto à aplicação de conceitos de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento social.



- Produzir materiais de comunicação e divulgação para consciencializar as comunidades potencialmente afectadas pelos projectos, sobre conceitos de sustentabilidade ambiental e social.
- Produzir materiais para divulgar e promover a participação pública e a possibilidade/oportunidade de emitir opiniões ou reclamações relacionadas com as actividades do projecto.

7.8.2. Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR)

O principal propósito deste mecanismo é registar e resolver qualquer reclamação ou queixa que possa surgir durante as fases de desenho, implementação e operação dos subprojectos inscritos no PDAC.

Os níveis previstos são o nível comunitário (locais de implantação dos projectos), nível provincial (Representantes Provinciais), nível central (UIP) e judiciário.

Serão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações, a saber:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes (ver anexo);
- Linhas telefónicas gratuitas
- Endereços de email e endereços postais;
- O website do PDAC (www.pdac.com) - Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões.
- <https://pdac.ao/sugestoes-e-reclamacoes/>

As queixas e reclamações devem ser enviadas para os seguintes contactos:

E-mail:

- info@dpac.ao
- msgr@pdac.ao
- cuanzasul@pdac.ao
- ufcp@pdac.ao

contacto telefónico

- +244 935 834 494

7.8.3 Plano de Acção contra Abuso e Exploração Sexual ou Assédio Sexual

Este mecanismo dá um tratamento especial às questões relacionadas com a VBG, principalmente quando se trata de alegações/denúncias sobre Abuso e Exploração Sexual (AES) e Assédio Sexual (AS), que precisam ser tratadas de forma diferente de outros tipos de queixas.



7.9 Plano de Consultas Públicas

As consultas públicas devem ser feitas antes da elaboração do PGAS e ao longo da implementação do subprojecto para informar a comunidade sobre o projecto PDAC, o plano de negócio da fazenda e os impactos ambientais e sociais que podem advir na implementação do subprojecto.

As consultas públicas têm como objectivo:

- Identificar as principais partes interessadas afetadas e / ou capazes de influenciar o subprojecto e suas actividades;
- Desenvolver um processo de envolvimento de partes interessadas que dê aos interessados uma oportunidade de influenciar o planeamento do projecto;
- Estabelecer mecanismos formais de reclamação / resolução;
- Definir relatórios e formas de monitorização para garantir a eficácia da consulta pública e revisões periódicas com base nos resultados.
- adequar as reuniões ao perfil dos grupos mais vulneráveis de uma comunidade de forma a garantir a sua participação no projecto.

7.9.2 Resumo dos comentários e preocupações recebidos nas reuniões de consulta pública

Tabela 33: Comentários recebidos e respostas.

Comentários recebidos	Respostas a estes comentários	Âmbito de resolução
Atrasos nos desembolsos dos valores previstos para os Planos de Negócios	O financiamento de um Plano de Negócio obedece às várias etapas, a primeira das quais é a recolha de informações sobre o local de implementação do subprojecto, seguida da elaboração conjunta de um estudo de viabilidade e do plano de negócio. Depois da aprovação do plano de negócio pelo CTI é realizada a consulta pública cujo relatório é anexado ao PGAS. É importante referir que muitas das vezes os proponentes levam algum tempo para a entrega dos documentos exigidos como condição para aderir ao projecto. Depois de cumpridas estas etapas, o projecto estará em condições de ser aprovado, ou não, dependendo das decisões das estruturas financiadoras.	A ser resolvida no âmbito do PDAC
Preocupações com as queimadas anárquicas que se registam no município, na província e no país em geral e, na área de implementação do subprojecto em particular	As queimadas anárquicas constituem um problema nacional, isto é, não afecta apenas as áreas onde o subprojecto está a ser implementado. A legislação ambiental em vigor proíbe as queimadas anárquicas, tendo em conta os impactos negativos que estas práticas seculares provocam ao meio ambiente e não só. O problema é o cumprimento da lei.	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais
Problemas em relação aos trabalhadores efectivos quando há óbito na aldeia vizinha	Para contornar a problemática dos óbitos, o proponente dispensa o funcionário durante dois dias caso seja um familiar directo e caso contrário a dispensa será de 1 dia	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais
Sugerem a necessidade de se encontrar um lugar para a destino dos resíduos produzidos na fazenda, pelo facto do local de depósito dos resíduos definidos pela Administração estar distante.	O TSP ficou com incumbência de contactar com o proponente a Administração Municipal para dar seguimento à proposta.	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais

7.9.3 Cronograma de implementação

Acções	Descrição	Responsabilidade	Cronograma
--------	-----------	------------------	------------



Palestras de sensibilização na fazenda sobre o violência laboral	A violência no local de trabalho definida como situações em que os trabalhadores sofrem insultos, ameaças, agressão ou quando são sujeitos a outros comportamentos ofensivos nas circunstâncias relativas ao seu trabalho, provocada por pessoas que pertencem e por pessoas que não pertencem à organização.	Proponente	Mensal
Palestra de sensibilização sobre o trabalho infantil	É todo o trabalho realizado por crianças com idade inferior a 14 anos de idade e que as impede de frequentar a escola e de ter um desenvolvimento físico, mental espiritual, moral e social pleno.	Proponente/Autoridades locais de protecção a criança	Semestral
Divulgação do MSGR;	Dar a conhecer a população do mecanismo as populações vulneráveis e toda a população	Proponente/TSP BRLi-Sirius	Semestral
Palestras de sensibilização e prevenção EAS/AS e VBG	Sensibilizar a população no geral a fazer denuncia as autoridades locais ou pelo mecanismo do PDAC como forma de prevenção e combate a este tipo de violência	TSP BRLi-Sirius/Autoridades locais no ramo da reinserção social	Semestral
Palestra de prevenção a Covid 19 e as DST's	Formas de prevenção e tratamentos já existentes	TSP BRLi-Sirius/profissional da área da saúde local	Trimestral
Prevenção das queimadas não autorizadas	A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas.	Proponente/ autoridades locais e TSP BRLi-Sirius	Início e fim de época



8. ESTIMATIVAS DE CUSTOS

Tabela 34: Custos estimados do PGAS

Actividade	Custos (Kzs)	Responsabilidade
Formação dos governos locais, agricultores e extensionistas sobre as mudanças climáticas, conservação da água e solo, manuseio de pragas	50.000,00	Proponente
Capacitação sobre os mecanismos de reclamações para as comunidades e comitês de reclamações	50.000,00	TSP e Proponente
Implementação e monitoramento de PGAS e consultas públicas das salvaguarda relacionadas ao subprojecto	40.000,00	TSP e Proponente
Formação sobre a gestão dos resíduos sólidos gerados na fazenda processo de compostagens, na forma de adubação orgânica, em biodigestores para produção e outras técnicas.	30.000,00	TSP e Proponente
Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST).	30.000,00	Proponente
Sensibilização - A consciencialização ambiental e a importância de mitigação eficaz -As medidas de mitigação e técnicas de construção ambientalmente seguras -Conformidade com as normas internacionais sobre SST baseada em culturas anuais - Diretrizes de SST	50.000,00	TSP e Proponente
Criar casas e áreas de repouso específicas para homens e mulheres na fazenda com material local	700.000,00	Proponente
Sensibilização dos trabalhadores da fazenda sobre os direitos humanos, direitos da Criança, trabalho infantil, trabalho forçado e AS/EAS utilizando panfletos; Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos; Cumprimento da legislação trabalhista nacional que estabelece uma idade mínima para o trabalho.	50.000,00	Proponente
Capacitar, instruir educar e sensibilizar os trabalhadores para o uso correcto do EPI no manuseio de substâncias perigosas e manuseio dos resíduos.	-	Proponente
TOTAL		1.000.000,00 Kz



9. ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO SUBPROJECTO

Nas tabelas seguintes são apresentados os impactos ambientais e sociais do subprojecto, as medidas de mitigação, o responsável pela aplicação dessas medidas, os indicadores de verificação e a frequência de verificação dessas medidas.

9.1 Propósito

As acções de implementação das medidas de mitigação serão coordenadas pelo proponente cujas capacidades ser-lhe-ão administradas pelo Especialista Ambiental e Social da BRLi-Sirius. A equipa do TSP também terá a responsabilidade de realizar o acompanhamento do progresso da implementação das medidas de mitigação e salvaguardas ambientais e sociais durante a implementação do Plano de Negócio. Outros objectivos incluem:

- Determinar se o projecto está sendo realizado em conformidade com as salvaguardas ambientais e sociais e acordos legais;
- Identificar problemas que possam surgir durante a implementação e recomendar formas para resolvê-los;
- Recomendar alterações na concepção/design, conforme o caso, na medida em que o subprojecto evolui ou as circunstâncias mudam;
- Identificar os principais riscos para sustentabilidade do subprojecto e recomendar estratégias de gestão de riscos adequados ao Proponente.

9.2 Meios de verificação e indicadores de execução

Constituem os meios mensuráveis de medição. A sua tradução pode ser expressa em número, percentagem ou localização tangível de um determinado impacto. No presente PGAS foram definidos alguns indicadores, nomeadamente:

- Extensão da área limpa;
- % de área agrícola em pousio durante época 1/época 2;
- % da área agrícola explorado a seguir tecnologia de sementeira directa;
- % da área agrícola com produção de adubos verdes;
- Existência de Plano de resíduos sólidos;
- Locais de descarte de embalagens de agroquímicos;
- Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos;
- Indicadores de erosão:
 - Monitoria da presença/existência de sinais visíveis de erosão dos solos;
 - Percentagem de solos com sementeiras deficientes por causa de erosão;
 - Existência de obras/sistema anti erosiva funcional e avaliação da sua eficiência;



- Práticas conservacionistas (parcelamento em curvas de níveis, trabalho do solo e sementeiras a seguir curvas de níveis, cercamento das parcelas com vegetação perene, uso da sementeira direita, etc.
- Indicadores de baixa/melhoramento da fertilidade;
- Doses de cal aplicadas, frequência das aplicações e pH do solo;
- Existência e implementação dum plano de gestão da fertilidade dos solos da fazenda;
- Quantidades de adubo usado por cultura e avaliação das doses de fertilizantes aplicados por campanha/cultura;
- Sinais de baixa ou aumento da fertilidade dos solos (plantas indicadoras de fraca fertilidade, sinais de carências nas plantas, baixas de rendimentos etc.);
- Existência de equipamento de protecção individual;
- Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos;
- Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social;
- Disponibilidade de água potável para os trabalhadores;
- Relatórios de sessões de campanha contra Covid 19, VIH/SIDA, VBG, e outros assuntos;

9.3 Acompanhamento

- Relatórios de monitoria trimestrais e anuais partilhados pelo TSP BRLi-Sirius com a UIP ilustrando claramente o estágio de progresso, lições aprendidas e questões emergentes decorrentes da aplicação do plano de mitigação dos impactos adversos;
- Fotografias e mapas ilustrativos do progresso da aplicação das medidas de mitigação dos impactos negativos ambientais e sociais;
- Visitas de campo unilaterais e conjuntas realizadas pelo TSP BRLi-Sirius e UIP



Tabela 35: Plano de Monitoria de impactos ambientais e sociais

PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA MÉDIA 24

IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
Limpeza de terreno e erosão dos solos	Minimizar a exposição de solo com risco de erosão: A limpeza do terreno e vegetação deve ser mínima para reduzir a exposição do solo. A vegetação existente deve ser conservada quando possível. Em zonas não cobertas será plantada vegetação adicional para estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas); Minimizar as perturbações à flora e fauna: as zonas de vegetação sensível deverão ser vedadas; limpeza e organização do local, mantendo a área sempre limpa	Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação	Monitoria da presença/existência de sinais visíveis de erosão dos solos; Percentagem de solos com sementeiras deficientes por causa de erosão; Existência de obras/sistema anti erosiva funcional e avaliação da sua eficiência; Práticas conservacionistas (parcelamento em curvas de níveis, trabalho do solo e sementeiras a seguir curvas de níveis; Cercamento das parcelas com vegetação perene; Uso da sementeira direita, etc.	Anual
Fertilidade dos solos	Gerir/aumentar a fertilidade dos solos através de técnicas agrobiologias (adubos verdes, restituições dos resíduos, uso de compostagem, técnica de sementeira directa) como com o uso eficiente dos adubos químicos,	Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação	Doses de cal aplicadas, frequência das aplicações e Ph do solo; Existência e implementação dum plano de gestão da fertilidade dos solos da fazenda; Quantidades de adubo usado por cultura e avaliação das dosas de fertilizantes aplicados por campanha/cultura - Sinais de baixa ou aumento da fertilidade dos solos (plantas indicadoras de fraca fertilidade, sinais de carências nas plantas, baixas de rendimentos etc.)	1 vez por campanha
Contaminação por agroquímicos	Manusear e aplicar pesticidas seguindo as recomendações para o manuseamento de materiais perigosos apresentado nas Directrizes gerais de SSMA; Não usar pesticidas que se enquadram nas classes de perigo 1a (extremamente perigoso) 1b (altamente perigoso) da OMS; proporcionar treinamento adequado ao pessoal envolvido na pulverização de pesticidas; manter os armazéns de pesticidas separados dos fertilizantes e de produtos agrícolas	Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação	Locais de armazenamento de agrotóxicos separados de outros produtos e fechado a chave; Nº de trabalhadores equipados com material de protecção apropriado; Disponível no local o plano de gestão de resíduos; Conhecimentos das regras de emergência.	Por campanha agrícola ou depois de um incidente
Geração de resíduos perigosos (embalagens de agroquímicos e outros químicos de manutenção de maquinaria).	Assegurar que todas as embalagens de pesticidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenadas até o descarte final; Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos; Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem indicados pela autoridades locais ou iniciar a política reversa.	Proponente na implementação; BRLi/Sirius no acompanhamento e formação; PDAC na monitoria & avaliação	Locais de armazenamento e descarte final de embalagens e óleos e lubrificantes da maquinaria; Ausência de lixo espalhado para todos lados na fazenda; Conhecimento das regras de manejo de químicos pelos trabalhadores	Mensal



MINAGRIF/PDAC



PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA MÉDIA 24

IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
Contaminação por hidrocarbonetos (derrame de óleos e combustíveis)	Assegurar que todas as embalagens de pesticidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenadas até o descarte final; Utilização do kit de derrame existente na fazenda para conter os possíveis derrames; Promover formação sobre a prevenção de possíveis derrames	Proponente na implementação; BRLI/Sirius no acompanhamento e formação; PDAC na monitoria & avaliação	Locais de armazenamento e descarte final de embalagens e óleos e lubrificantes da maquinaria, derrame contido	Semestral
Geração de resíduos orgânicos	Aproveitar os resíduos sólidos gerados na zona rural e pode ser feito em compostagens, na forma de adubação orgânica, em biodigestores para produção e outras técnicas.	Proponente	Locais para a compostagem; áreas com vegetação incorporada no solo; Uso de composto biológico nas culturas	1 vez por época agrícola
Disputa sobre os recursos hídricos	Fornecer formação em gestão da água para os agricultores e fazer o controle do furo de água na fazenda assim como as represas	Proponente e TSP da BRLi-Sirius	Disponibilidade de água na produção das culturas e numero de reclamações	Trimestrale
Saúde e segurança Pública	Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSSO); Garantir o abastecimento de água, alimentação e local de repouso adequado para o bem estar do trabalhador; implementar orientações sobre práticas para a gestão de produtos potencialmente nocivos e seguir as directrizes gerais de SSMA; Não aplicar agroquímicos em mas condições metereológicas para evitar os impactos nas comunidades vizinhas por arrasto.	Proponente	Disponibilidade de Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional aprovado pela Autoridade Publica; Definição de regras de segurança; Existência duma kit de primeiros socorros; Existência de programa de sensibilização.	Semestral
Risco de desemprego no seio dos trabalhadores eventuais	Sensibilizar os trabalhadores e as comunidades a melhorar os sistemas de agricultura tradicionais para agricultura melhor adaptada ao clima e solo e obter mais produtividade, salvaguarda e os sistemas de irrigação existentes.	Proponentes com o apoio do TSP BRLi-Sirius	Número de trabalhadores que cultivam campos nas baixas e que adoptam melhoramentos tecnológicos	Anual
Riscos de EAS/AS ou outras formas de VBG dentro da fazenda	Construção de pequenos espaços separados (homens e mulheres) com material local e com mínima comodidade, para albergar os trabalhadores durante os períodos de descanso; construção se casas de banho por género; Implementação do Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR) na fazenda; e medidas disciplinares dentro da fazenda.	Proponente com apoio do TSP	Existência de espaços na fazenda: por género sinalizados; Existência de casas de banho separadas para os sexos	Anual
Violação dos direitos laborais	Acompanhar o proponente na gestão dos trabalhadores e no cumprimento das suas obrigações que constam na lei geral do trabalho; implementar o salário mínimo nacional; promoção da	Proponente com o apoio do TSP BRLI-SIRIUS	Declaração de todos os trabalhadores permanentes- Existência duma pasta para cada trabalhador – pagamento dos custos INSS para todos os trabalhadores - Número de	Semestral



PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA MÉDIA 24				
IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
	igualdade de género; aumentar as competências internas, mediante formações dos trabalhadores; Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos.		trabalhadores que capacitados e que demonstrem as suas habilidades	
Trabalho infantil	Sensibilização dos trabalhadores da fazenda sobre os direitos da criança utilizando panfletos; Cumprimento da legislação laboral nacional que estabelece uma idade mínima para o trabalho; Cumprir com a convenção da OIT e da sobre os direitos da Criança - Mesmos salários e benefícios para trabalho e posição semelhante	Proponente, Administração Local com o apoio da BRLi-Sirius	Pequenas brochuras e panfletos sobre direitos humanos e direitos da criança; duas sessões de sensibilização por ano	Semestralmente
Condições sanitárias das populações	Fornecer informação, educação e comunicação sobre uso seguro de água e comportamentos de higiene. – Implementar medidas de luta contra vectores de transmissão de doenças.	Proponente	Números de pontos de água potável existente; Números de casas de banho existente	Semestralmente

Com as recomendações e visitas que serão feitas pelos técnicos ambientais a fazenda de forma a ajudar a cumprir com as recomendações sugeridas (de forma a evitar não conformidades), o projecto prevê-se acções de formação e informações relevantes (como desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente e possam devem adoptar nas suas actividades diárias) para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do ambiente no local e na envolvente.



10 CONSULTA PÚBLICA

10.1 Resumo dos comentários e preocupações recebidos nas reuniões de consulta pública

A consulta pública foi realizada no dia 27 de setembro de 2022, por volta das 9 horas na sede da fazenda da Agro Waco, Município da Cela, Província do Cuanza Sul, em que foram apresentação dos temas agendados foi precedida de um momento de perguntas e respostas e teve o número de 24 participantes.

Comentários recebidos	Respostas a estes comentários	Âmbito de resolução
Atrasos nos desembolsos dos valores previstos para os Planos de Negócios	<p>O financiamento de um Plano de Negócio obedece às várias etapas, a primeira das quais é a recolha de informações sobre o local de implementação do subprojecto, seguida da elaboração conjunta de um estudo de viabilidade e do plano de negócio.</p> <p>Depois da aprovação do plano de negócio pelo CTI (Comité Técnico de Implementação) é realizada a consulta pública cujo relatório é anexado ao PGAS (Plano de Gestão Ambiental e Social). É importante referir que muitas das vezes os proponentes levam algum tempo para a entrega dos documentos exigidos como condição para aderir ao projecto. Depois de cumpridas estas etapas, o projecto estará em condições de ser aprovado, ou não, dependendo das decisões das estruturas financiadoras.</p>	A ser resolvida no âmbito do PDAC
Preocupações com as queimadas anárquicas que se registam no município, na província e no país em geral e, na área de implementação do subprojecto em particular;	As queimadas anárquicas constituem um problema nacional, isto é, não afecta apenas as áreas onde o subprojecto está a ser implementado. A legislação ambiental em vigor proíbe as queimadas anárquicas, tendo em conta os impactos negativos que estas práticas seculares provocam ao meio ambiente e não só. O problema é o cumprimento da lei. A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas. Esta actividade deverá ser permanente.	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais
Problemas em relação aos trabalhadores efectivos quando há óbito na aldeia vizinha	Para contornar a problemática dos óbitos, o proponente dispensa o funcionário durante dois dias caso seja um familiar directo e caso contrário a dispensa será de 1 dia	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais
Assaltos constantes, concorrentes com roubos, que se registam nos campos dos produtores agrícolas, por partes de indivíduos desconhecidos, sobretudo para as culturas de grãos	Para contornar a situação dos roubos o Plano de Negócio da fazenda Agro Waco prevê na rubrica Mão-de-obra, seguranças que serão pagas com recursos do projecto.	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais
Sugerem a necessidade de se encontrar um lugar para a destinação dos resíduos produzidos na fazenda, pelo facto de o local de depósito dos resíduos definidos pela Administração estar distante dos locais da fazenda.	O TSP ficou com incumbência de contactar com o proponente a Administração Municipal da Cela para dar seguimento à proposta.	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais
Sugerem a necessidade de se encontrar um lugar para o destino dos resíduos produzidos na fazenda	O depósito dos resíduos deverá ser definido pela Administração por não existir operadoras de recolha nem aterros sanitários	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais

Foram dados às preocupações apresentadas os seguintes encaminhamentos:



a.1. Quanto a questão dos resíduos gerados pela actividade agrícola, deve-se elaborar um plano de gestão resíduos sólidos, que permitirá a gestão e o acondicionamento correcto dos resíduos. Por exemplo, quanto aos resíduos orgânicos (restos de comida, folhas, etc.) pode ser reaproveitado para o processo de compostagem, que ajudará na qualidade do solo. As garrafas plásticas podem ser transformadas em vasos para colocar as plantas. Por outra, os óleos podem ser utilizados para lubrificação e manutenção de maquinas, devem ser acondicionados em tambores.

b.1. As queimadas anárquicas constituem um problema nacional, isto é, não afecta apenas as áreas onde o subprojecto está a ser implementado. A legislação ambiental em vigor proíbe as queimadas anárquicas, tendo em conta os impactos negativos que estas práticas seculares provocam ao meio ambiente e não só. O problema é o cumprimento da lei. A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas. Esta actividade deverá ser permanente.

c.1. Para contornar os efeitos da baixa dos preços dos grãos nos mercados, foram propostas duas saídas. A primeira é o armazenamento dos produtos para serem vendidos na altura de maior procura e preços atractivos. A outra seria, propor junto das autoridades administrativas locais, a venda dos grãos à Reserva Nacional Estratégica.

d.1. Para contornar a situação dos roubos o Plano de Negócio da fazenda Agro Waco prevê na rubrica Mão-de-obra, 4 seguranças que serão pagos com recursos do projecto.

e.1. O TSP ficou com incumbência de contactar com o proponente a Administração Municipal da Cella para dar seguimento à proposta.

As consultas públicas serão organizadas uma em cada ano agrícola, ao longo da implementação do projecto.

Serão identificados grupos que requerem uma abordagem específica para serem ouvidos e participarem nas reuniões e no projecto.

Há necessidade de se implementar abordagens inclusivas para facilitar a participação de grupos mais vulneráveis tais como idosos, pessoas com deficiência, mulheres e jovens.

O número de reuniões que serão realizadas em cada fase de auscultação, de acordo com o perfil das partes interessadas que devem participar e realizar contribuições sobre o projecto, dependerá das necessidades do projecto.

Será elaborado um guião orientador para explorar também possíveis impactos sociais e medidas de mitigação que vão sendo identificados ao longo do subprojecto.

11. OUTROS ASPECTOS

11.1. Padronização das actividades previstas no processo produtivo

A padronização das actividades do processo produtivo também faz parte do plano de higiene e segurança do trabalho. O fazendeiro deverá criar esquemas que mostrem quem é o responsável por uma determinada tarefa, bem como os passos para que ela seja cumprida de tal forma que, caso algo venha a falhar, será possível fazer a pronta identificação e tomar as medidas necessárias para que isso não volte a acontecer.

11.2. Reporting e Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatórios

Tabela 36: Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatório

Calendário de Implementação e Relatórios											
Actividade	ano 1										
	ago	set	época 1			época 2			cacimbo		
Medidas de mitigação											
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda (parcelas agrícolas, limite das parcelas, superfície de cada parcela, áreas preservadas, área de infraestruturas etc.) com eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras											
Elaboração do plano de parcelamento da fazenda											
Decisão sobre as medidas anti erosivas a implementar											
realização das medidas e obras de parcelamento e anti erosivas											
Viveiro de plantas para cercamento das parcelas											
Implementação de Programa de Gestão de uso de agroquímicos (Fertilizantes e agroquímicos)											
Planeamento da produção (rotação, sementeira por cultura, agenda de trabalho, dose e tempo de aplicação de fertilizantes, uso de agro químicos com produtos, dosas e datas de aplicação)											
compra dos agroquímicos											
Preparação dos equipamentos de tratamento (manutenção, ajustamento)											
Distribuição dos equipamentos de segurança e formação dos trabalhadores no uso dos pesticidas e medidas de segurança											
Elaboração dum manual técnico sobre o uso de agroquímicos, regras de segurança, etc.											
Formação treinamento dos trabalhadores da fazenda designados para tomar conta dos tratamentos											
Implementação do programa de uso de agroquímicos (fertilizantes e pesticidas) conforme planeado											
Preparação e implementação de um programa de HSST											
Elaboração do programa HSST											
Compra dos produtos e equipamentos incluídas no programa HSST											
Realização das obras de infraestruturas incluídas no programa HSST											
Elaboração dum regulamento interno sobre normas e procedimentos HSST											
Formação e treinamento dos trabalhadores da fazenda sobre regulamento interno e procedimentos HSST											
Implementação das medidas do programa HSST											
Promover campanhas de sensibilização do VIH/SIDA na fazenda e nas comunidades circunvizinhas											
Elaboração dum programa de sensibilização											
Formação do proponente pela experta social do PDAC sobre VIH/SIDA											
Realização duma sensibilização para os trabalhadores da fazenda											
Adoção de medidas de biossegurança, uso de máscaras no local de trabalho, lavagem das mãos com água e sabão, uso de álcool e gel e distanciamento social											
Elaboração dum programa de sensibilização											
Formação do proponente pela experta social do PDAC sobre VIH/SIDA											
Compra dos equipamentos mínima de proteção											
Elaboração dum regulamento mínimo sobre medidas de biossegurança											
Sensibilização dos trabalhadores permanentes e eventuais											
Monitorização (prevista a monitoria regular no primeiro ano, pois é quando arranca a implementação do PGAS) será feita uma visita bi mensal nos 6 primeiros meses para ser depois trimestral											
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda (parcelas agrícolas, limites de parcelas, superfícies de cada parcela, áreas preservadas, área das infraestruturas etc.) com eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras			X	X		X			X		X
Extensão da área limpa e extensão com calagem			X	X		X			X		X
Superfície e % de área sem culturas, nem coberta viva ou morta durante as épocas de cultivo			X	X		X			X		X

Existência de Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementação			X		X		X			X			X
Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme			X		X		X			X			X
Existência de equipamento de proteção e uso conforme			X		X		X			X			X
Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos, trabalhadores declarados			X		X		X			X			X
Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social e aplicação conforme			X		X		X			X			X
Disponibilidade de água potável			X		X		X			X			X
Disponibilidades de sanitas			X		X		X			X			X
Relatórios de sessões de sensibilização contra VIH/SIDA			X		X		X			X			X
Relatório de sessões de sensibilização contra Covid 19 e respeito das medidas governamentais dentro da fazenda			X		X		X			X			X
As visitas de monitoria a serão multidisciplinar tomando em conta a totalidade das medidas de mitigação do PGAS													
Fortalecimento institucional													
<i>Consulta Pública: A consulta publica é realizada antes do lançamento do Plano de Negocio e não entra nessa tabela</i>													
implementação do PGAS													
Monitorização e avaliação do PGAS			X		X		X			X			X
Treinamento e assistência técnica													
Treinamento do proponente sobre o PGAS e as diferentes medidas de mitigação													
Assistência técnica no plano de parcelamento da fazenda e medidas anti erosivas													
Assistência técnica na planeamento pormenorizada das produções e necessidades de insumos													
Formação sobre uso de químicos para o proponente e pessoal													
Outras Capacitação do Proponente													
Relatórios: Previsão de 2 relatórios anuais, o primeiro para avaliar a primeira campanha e medidas de mitigação implementadas (previsão de entregue em março) e a segunda para a segunda campanha e cacimbo e medidas de mitigação (previsão de entregue em setembro)													
Relatórios de Progresso										X			

Tabela 37: Monitorização a partir do 2º ano de implementação

Actividade	Ano 2				Ano 3				Ano 4				
	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	
Medidas de mitigação													
Durante os anos 2,3,4 a implementação das medidas de mitigação vai coincidir com a manutenção e melhoramento do que foi realizado no primeiro ano de arranque do projecto													
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda e implementação das medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras													
Extensão da área limpa e extensão com calagem													
Superfície e % de área sem culturas, nem coberta viva ou morta durante as épocas de cultivo	época 1		época 2										
Existência de Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementação													
Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme	época 1		época 2		época 1		época 2		época 1		época 2		
Existência de equipamento de proteção e uso conforme	época 1		época 2		época 1		época 2		época 1		época 2		
Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos, trabalhadores declarados													
Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social e aplicação conforme													
Disponibilidade de água potável													
Disponibilidades de sanitas													
Relatórios de sessões de sensibilização contra VIH/SIDA													
Relatório de sessões de sensibilização contra Covid 19 e respeito das medidas governamentais dentro da fazenda									?	?	?	?	
Monitorização (a partir do 2º ano será semestral, a 1ª em setembro para avaliar o planeamento realizado e campanha agrícola época 2 e cacimbo e a 2ª em fevereiro para avaliar a campanha agrícola 1)													
Plano de parcelamento geral da fazenda e implementação das medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras medidas melhoradas	X		X		X		X		X		X		
Extensão da área limpa e extensão com calagem	X		X		X		X		X		X		
Superfície e % de área sem culturas, nem coberta viva ou morta durante as épocas de cultivo	X		X		X		X		X		X		
Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementado conforme	X		X		X		X		X		X		
Protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme	X		X		X		X		X		X		
Existência de equipamento de proteção e uso conforme	X		X		X		X		X		X		



Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos, trabalhadores declarados	X	X	X	X	X	X	X
Plano de HSST aplicado conforme	X	X	X	X	X	X	X
Disponibilidade de água potável	X	X	X	X	X	X	X
Disponibilidades de sanitas	X	X	X	X	X	X	X
Relatórios de sessões de sensibilização contra VIH/SIDA	X	X	X	X	X	X	X
Adopção de medidas de biossegurança contra VIH/SIDA	X	X	X	X	X	X	X
Adopção de medidas de biossegurança contra Covid 19							
<i>As visitas de monitoria a serão multidisciplinares tomando em conta a totalidade das medidas de mitigação do PGAS</i>							
Fortalecimento institucional							
Consulta pública realizada antes do início do Plano de Negócio							
implementação do PGAS							
Monitorização e avaliação do PGAS	X	X	X	X	X	X	X
Treinamento							
Capacitação do proponente							
Relatórios: Previsão de 2 relatórios anuais para o seguimento do PGAS)							
Relatórios de Progresso	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 38: Periodicidade de entrega de relatórios

Tipo de relatórios	periodicidade de submissão
Monitorização da implementação do PGAS;	Trimestral
Reclamações e não conformidades recebidas, incluindo acções correctivas e consequências	quando for necessário
Monitorização das condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores, bem como das condições de saúde e segurança ocupacional	Trimestral
Sensibilização da prevenção da violência baseada no género e assédio sexual e conhecimento do MSGR	Trimestral
Sessões de Sensibilização contra o VIH/ SIDA e COVID 19 e respeito das medidas governamentais dentro da fazenda	Trimestral
Formação sobre riscos e acidentes e atendimento de emergências	Trimestral
Monitoramento de pragas	Fim de cada época
Gestão de resíduos (formação e monitoramento)	Semestral
Uso de EPI's e manuseio de substâncias perigosas (formação e monitoramento)	Semestral e quando for necessário
Avaliação ambiental e social de cada fazenda	Fim de cada época
Capacitação do proponente sobre a implementação do PGAS	Início de época
Implementação dos planos indicados	Trimestralmente



12. ANEXOS

12.1. Anexo I: Relatório da Consulta Pública

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA

No dia 27 de setembro de 2022, por volta das 09:05 minutos, o assistente para área de Salvaguarda Ambiental e Social, deslocou-se para a Fazenda Agro Waco, localizada no Município da Cela, para a realização duma reunião de Consulta Pública sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócio, do proponente Joaquim Augusto Martins. A reunião teve lugar na fazenda, contou com a presença de 24 membros da comunidade e trabalhadores da fazenda.

A referida reunião teve os seguintes objectivos:

Objectivo Geral:

Consulta Pública sobre o Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócios a ser implementado num dos municípios onde o PDAC está a ser implementado na província do Cuanza Sul.

Objectivos específicos:

- Apresentação pública do PGAS tendo como referência o documento da Fazenda AGRO WACO
- Permitir que as partes interessadas (promotores e público em geral) expressem as suas opiniões e preocupações relativamente às questões de salvaguardas ambientais e sociais e que estas sejam tidas em conta nos processos de tomada de decisão;
- Assegurar um tratamento especial aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres e meninas, que são potenciais vítimas de todo o tipo de discriminação e violência baseada no género.

Teve como agenda:

- Apresentação do subprojecto;
- Principais impactos ambientais e sociais;
- Apresentação do MSGR (Mecanismos de sugestões e Gestão de Reclamações)
- Apresentação das preocupações das partes interessadas e devidos esclarecimentos

O acto de abertura foi orientado pelo Eng.º Domingos Samy assistente para a Salvaguarda Ambiental e Social. O Eng.º falou de uma forma muito sucinta do principal objectivo do encontro, da legislação de impactos ambientais e sociais do sector agrário. Por outra, também abordou outras questões nomeadamente: Uso de equipamentos de segurança na agricultura por parte dos trabalhadores, importância da preservação do meio ambiente e da biodiversidade no manuseio de agroquímicos, gestão dos resíduos sólidos, manutenção das máquinas, dos óleos queimados e do mecanismo de reclamação e sugestão. Depois sucedeu espaço para intervenção dos participantes que resultaram em alguns aspectos importantes, a destacar:

- a) como reaproveitar ou reutilizar de forma correcta, os resíduos gerados pela a actividade agrária?
- b) As reclamações e sugestões feitas estarão no anonimato?

Após os participantes fazerem a exposição das suas preocupações houve uma sessão de esclarecimento das preocupações expostas:

Quanto a questão dos resíduos gerados pela actividades agrícola, deve-se elaborar um plano de gestão resíduos sólidos, que permitirá a gestão e o acondicionamento correcto dos resíduos. Por exemplo, quanto aos resíduos orgânicos (restos de comida, folhas, etc.) pode ser reaproveitado para o processo de compostagem, que ajudará na qualidade do solo. As garrafas plásticas podem ser transformadas em vasos para colocar as plantas. Por outra, os óleos podem ser utilizados para lubrificação e manutenção de maquinas, devem ser acondicionados em tambores.

Os trabalhadores têm queimado os resíduos, provocando consequências terríveis ao meio ambiente. Visto que o local não dispõe de um aterro sanitário nem um serviço de recolha de resíduos e tendo em conta a quantidade e o tipo de resíduos produzido pela actividade agrícola, deve-se acondicionar da melhor forma possível os resíduos, posteriormente quando o espaço estiver a ser levado para o aterro sanitário.

Em relação ao mecanismo de reclamação e sugestão ele salvaguarda a identidade do queixoso por causa de haver retalhação (se por exemplo a queixa for contra o empregador) e salvaguardar a própria vida

A reunião de consulta pública terminou por volta das 11 horas e 30 minutos, num clima de harmonia e satisfação dos participantes. No final tirou-se uma fotografia em família para registar o momento.

- **Fotografias:**



Figura 17: Momento da consulta pública



Figura 18: Fotografia em família



12.2. Anexo III. Título de Concessão de terra



REPÚBLICA DE ANGOLA

GOVERNO DA PROVINCIA DO CUANZA SUL

TÍTULO DE CONCESSÃO

DO DIREITO DE: SUPERFÍCIE

SOBRE TERRENO: RURAL

**PASSADO A FAVOR DE: AGRO WACO – SOCIEDADE AGRÍCOLA,
COMERCIAL E INDÚSTRIAL, S.A**

PROCESSO DE CONCESSÃO N.º 160 – CS/20

Fica o prédio a que se refere este título com o n.º 42/2021 na folha n.º 186, do compartimento n.º, secção, do cadastro e descrito no tombo geral da propriedade a que se refere a alínea a) do artigo 67º da Lei de terras (Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro).



I PARTE

CONTRATO DE CONCESSÃO

JOB PEDRO CASTELO CAPAPINHA, GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DO CUANZA SUL, FAÇO SABER QUE POR MEU DESPACHO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE, EXARADO NO PROCESSO N.º 160-CS/20, QUE SE ENCONTRA ARQUIVADO NO DEPARTAMENTO PROVINCIAL DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL DE ANGOLA AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 67.º DA LEI N.º 9/04, DE 9 DE NOVEMBRO E NOS TERMOS DOS ARTIGOS 59.º E 68.º DA MESMA LEI, CONCEDE POR CONTRATO ESPECIAL, À AGRO WACO - SOCIEDADE AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDÚSTRIAL, S.A. COM SEDE EM LUANDA, NA RUA COMANDANTE VALÓDIA N.º 204, RÊS-DO-CHÃO, REPRESENTADA PELO SENHOR JOAQUIM AUGUSTO MARTINS, CASADO, DE 67 ANOS DE IDADE, DE NACIONALIDADE ANGOLANA, FILHO DE PAULO EMÍLIO MARTINS E DE ADELINA TAVARES, NATURAL DE INGOMBOTA, PROVÍNCIA DE LUANDA, PORTADOR DO B.I N.º 000067449LA017, PASSADO PELO ARQUIVO DE IDENTIFICAÇÃO DE LUANDA, AOS 29 DE JANEIRO DE 2008, RESIDENTE NA RUA NDUNDUMA N.º 42, 4.º APT.º 46, BAIRRO PATRICE LUMUMBA, INGOMBATA, UMA PARCELA DE TERRENO RURAL, SITO NO LUGAR DENOMINADO BANZA MASSANGO, COMUNA SEDE, MUNICÍPIO DA CELA, PROVÍNCIA DO CUANZA SUL, COM A ÁREA DE 496,20 (QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS VIRGULA VINTE), HECTARES PARA FINS AGRO-PECUÁRIOS, COM AS SEGUINTE CONFRONTAÇÕES: A NORTE, COM O RIO QUEVE E UM RIACHO INOMINADO; A SUL, COM TERRENO CADASTRADO SOB O NÚMERO 159-CS/2020; A ESTE, COM TERRENO CADASTRADO SOB O NÚMERO 159-CS/2020; E A OESTE, COM O RIO QUEVE.

NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DA SUPRACITADA LEI E DO SEU REGULAMENTO GERAL DE CONCESSÃO DE TERRENOS, MANDEI PASSAR O PRESENTE TÍTULO QUE VAI POR MIM ASSINADO E AUTENTICADO COM O SELO BRANCO EM USO NESTE GOVERNO DA PROVÍNCIA.

PAGARÁ AOS COFRES DO ESTADO, A CONTAR DA DATA DA EMISSÃO DESTA TÍTULO, A TAXA DE 34.391,00 (TRINTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E NOVENTA E UM KWANZAS), CORRESPONDENTES A ÁREA MENCIONADA PELO USO E APROVEITAMENTO.

OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES INERENTES A ESTA CONCESSÃO SÃO OS PREVISTOS NOS ARTIGOS 39.º, 56.º DA LEI N.º 9/04, DE 9 DE NOVEMBRO - LEI DE TERRAS, ASSIM COMO AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO DIREITO DE SUPERFÍCIE PREVISTAS NO RESPECTIVO REGULAMENTO.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO CUANZA SUL EM SUMBE, AOS 29 DE ABRIL DE 2021.

O GOVERNADOR DA PROVÍNCIA

Job Pedro Castelo Capapinha
JOB PEDRO CASTELO CAPAPINHA

A SUPERFICIÁRIA

Joaquim Augusto Martins
AGRO WACO - SOCIEDADE AGRÍCOLA,
COMERCIAL E INDÚSTRIAL, S.A



Copies

II PARTE

DIAGRAMA PARA IDENTIFICAR A POSIÇÃO E CONTORNO PERÍMETRAL DO PRÉDIO

P O N T O S	LADOS		AZIMUTES DOS LADOS	COORDENADAS		
	P.E	L (M)		X	Y	Z
1	1-2	4.135		492187	8744360	
2	2-3	1.286		492587	8746821	
3	3-4	273		494694	8747099	
4	4-1	3.773		494925	8746956	
	Perímetro	10.507				
<p>SUPERFICE: 496,20 HECTARES P.E-PONTOS EXTREMOS L - COMPRIMENTO DOS LADOS</p>						

Grey





12.3. Anexo IV: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC

Tabela 39: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações do PDAC

Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações – PDAC		
1	Identificação (a pessoa pode optar por manter-se no anonimato)	Nome: Idade: Desejo manter-me anónimo: SimNão:..... A minha identidade não poderá ser divulgada sem o meu consentimento: sim..... Não.....
2	Contactos	Contacte-me por: Telefone.....email.....
3	Descrição da reclamação	O que aconteceu..... Aonde aconteceu..... Quando aconteceu.....
Assinatura: Enviado por: Data:		



12.4. Anexo V: Ficha de Registo de Não Conformidades da FAZENDA AGRO-WACO

Tabela 40: Relatório De Não Conformidades (RNC)

Nome do subprojecto: Fazenda Agro Waco		RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADES (RNC)		
Nome do Colaborador:		RNC nº:	Data:	
Origem da Não Conformidade				
Detalhes da Não Conformidade				
Descrição		Abrangência		
Acção de Correção (Acção Imediata)			Data Impl.	Responsável
Análise das Causa (Por que ocorreu a não conformidade?)				
1			Observação:	
2			Observação:	
3			Observação:	
Medidas Preventivas		Riscos/ Oportunidades	Data Limite	Responsável
1				
2				



3				
Medidas Correctivas		Riscos/ Oportunidades	Data Limite	Responsável
1				
2				
3				
Acompanhamento da Implementação			Responsável	Estado
1				
2				
3				
Verificação da Eficácia				
Responsável pela Verificação:		Data:	<input type="checkbox"/>	Eficaz
			<input type="checkbox"/>	Não Eficaz <input type="checkbox"/> Nova RNC:
				Revisão:
				Data:



12.5. Anexo VI: Código de Conduta do PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

CÓDIGO DE CONDUTA INDIVIDUAL

1. OBJETIVOS

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de Desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade, através de Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial intervém em zonas críticas que clamam por investimentos públicos, de modo a aumentar a oferta dos serviços sociais básicos e aliviar as carências a nível das comunidades.

O presente código de conduta tem como objectivo assegurar que todos os colaboradores envolvidos em Programas/Projectos implementados pelo PDAC assumam o compromisso de salvaguardar os valores, princípios éticos e normas de conduta adoptadas pela instituição, a serem preservados no seu relacionamento com as Administrações Municipais, empresas, prestadores de serviços, parceiros e a comunidade em geral, por via da observância de valores, princípios e práticas institucionais alicerçadas na: (i) aplicação das normas ambientais, sociais, de saúde e de segurança no trabalho (NASSS) do projecto e de saúde e segurança ocupacional (SSO); (ii) prevenção, reportagem e resposta a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC) no local de trabalho, nas comunidades circundantes imediatas e nos municípios, bairros/aldeias alvo da intervenção do PDAC.

As diretrizes deste Código permitem avaliar e minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre valores e princípios éticos, mas não detalham, necessariamente, todas as situações que possam surgir no dia-a-dia.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o seu incumprimento do código de conduta na sua generalidade e, em particular a participação em actos de Violência Baseada no Género (VBG) ou Violência Contra Crianças, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria sujeito à aplicação de sanções que podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

DEFINIÇÕES

No âmbito da aplicação do presente código de conduta tem-se em consideração as seguintes definições:

PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial: É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada para auxiliar proteger e contribuir na promoção de condições de



desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres ou em condições de vulnerabilidade, através Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

Normas de Ambientais, Sociais, Saúde e Segurança (NASSS): É um termo que abrange questões relacionadas com o impacto do projecto no ambiente, nas comunidades e nos trabalhadores.

Saúde e Segurança Ocupacional (SSO): A saúde e a segurança ocupacional foca-se na protecção da segurança, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. A fruição destes padrões ao mais alto nível é um direito humano básico que deve ser acessível a todos os trabalhadores.

Violência Baseada no Género (VBG): É um termo que engloba qualquer acto prejudicial que seja perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se **baseie em diferenças socialmente atribuídas (ou seja, género) entre homens e mulheres**. Inclui ameaças ou actos que inflijam danos físicos, sexuais ou mentais ou sofrimento, coacção e outras privações de liberdade. Estes actos podem ocorrer em público ou em privado. O termo VBG é usado para sublinhar a desigualdade sistémica entre homens e mulheres (que existe em todas as sociedades do mundo) e actua como uma característica unificadora e fundamental da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e raparigas. A Declaração das Nações Unidas de 1993 sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres define a violência contra as mulheres como "qualquer acto de violência baseada no género que resulte ou seja susceptível de resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento às mulheres".

Os seis tipos principais de VBG são:

- **Violação:** Penetração não consensual (ainda que ligeira) da vagina, ânus ou boca com o órgão sexual masculino, com outra parte do corpo ou um objecto.
- **Agressão Sexual:** Qualquer forma de contacto sexual não consensual que não resulte ou inclua penetração. Exemplos incluem: tentativa de violação, bem como beijos indesejados, acariciamentos ou toques de genitais e nádegas.

Assédio Sexual: São avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual. O assédio sexual nem sempre é explícito ou óbvio, pode incluir actos implícitos e subtis, mas envolve sempre uma dinâmica de poder e género em que uma pessoa no poder usa a sua posição para assediar outra com base no seu género. A conduta sexual não é bem-vinda sempre que a pessoa sujeita a ela considera indesejável (por exemplo, olhar alguém de cima a baixo; beijar; uivar ou fazer sons inapropriados; andar à volta de alguém; assobiar; em alguns casos, dar presentes pessoais).

Favores Sexuais: É uma forma de assédio sexual e inclui fazer promessas de tratamento favorável (por exemplo, promoção) ou ameaças de tratamento desfavorável (por exemplo, perda de emprego) dependentes de actos sexuais — ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador.

- **Agressão Física:** Um acto de violência física que não é de natureza sexual. Exemplos incluem: bater, dar estalos, sufocar, cortar, empurrar, queimar, disparar ou usar qualquer arma, ataques com ácidos ou actos que resultem em dor, desconforto, ferimentos ou morte.
- **Casamento Forçado:** O casamento de uma pessoa contra a sua vontade.
- **Negação de Recursos, Oportunidades ou Serviços:** Negação do legítimo acesso a recursos económicos/activos ou oportunidades de subsistência, educação, saúde ou

outros serviços sociais (por exemplo, uma viúva impedida de receber uma herança, rendimentos retirados à força por um parceiro íntimo ou membro da família, uma mulher impedida de usar contraceptivos, uma rapariga impedida de frequentar a escola, etc.).

- **Abuso Psicológico/Emocional:** Acto de infligir dor ou lesão mental ou emocional. Exemplos incluem: ameaças de violência física ou sexual, intimidação, humilhação, isolamento forçado, perseguição, assédio, atenção indesejada, observações, gestos ou palavras escritas de natureza sexual e/ou ameaçadora, destruição de coisas acarinhadas, etc.

Violência Contra Crianças (VCC): É definido como danos físicos, sexuais, emocionais e/ou psicológicos, negligência ou tratamento negligente de crianças menores de 18 anos, incluindo a exposição a tais danos, que resultem em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Isto inclui o uso de crianças para fins lucrativos, trabalho, gratificação sexual, ou alguma outra vantagem pessoal ou financeira. Isto também inclui outras actividades, como o uso de computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil.

Aliciamento: São comportamentos que facilitam a procura de uma criança para actividade sexual. Por exemplo, um agressor pode construir uma relação de confiança com a criança, e depois procurar sexualizar essa relação (por exemplo, encorajando sentimentos românticos ou expondo a criança a conceitos sexuais através da pornografia). Este aliciamento pode ser feito presencialmente ou com recurso a dispositivos electrónicos.

Criança: Termo utilizado quando nos referimos a um «menor», isto é uma pessoa com menos de 18 anos de idade. Esta definição está em conformidade com o artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Consentimento: É a escolha informada subjacente à intenção livre e voluntária de um indivíduo, aceitação ou acordo para fazer algo. Não é considerado consentimento quando tal aceitação ou acordo é obtido através do uso de ameaças, força ou outras formas de coacção, rapto, fraude, engano ou deturpação. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o Banco Mundial considera que o consentimento não pode ser dado por crianças menores de 18 anos, mesmo que a legislação nacional do país em que o Código de Conduta é aplicado preveja uma idade inferior. A crença errada sobre a idade da criança e o consentimento da criança não é uma defesa.

3 Termo de compromisso

Eu _____ [*escrever o nome*], exercendo a função de _____ [*escrever a função*], na Província de _____, declaro que li o código de conduta da instituição e reconheço que é importante subscrever as normas ambientais, sociais, de saúde e segurança no trabalho (NASSS) e os requisitos de saúde e segurança ocupacional (SSO), bem como prevenir a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC).

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o incumprimento do código de conduta, na sua generalidade, e, em particular a realização de actos de VBG ou VCC, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria, sujeito à aplicação de sanções que



podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

Concordo que enquanto estiver a trabalhar em projectos implementados pelo FAS:

1. Participarei nos cursos de formação relacionados com NASSS, SSO, VIH/SIDA, VBG e VCC, proporcionados pela instituição;
2. Usarei o meu equipamento de protecção individual (EPI) e de identificação sempre que estiver a trabalhar ou estiver envolvido em actividades relacionadas com Projectos e Programas do PDAC;
3. Não usarei trajes inadequados para o ambiente de trabalho;
4. Não farei uso de álcool durante o período de trabalho, nem de estupefacientes ou outras substâncias que possam prejudicar as minhas faculdades;
5. Autorizarei a verificação dos meus antecedentes criminais;
6. Tratarei as mulheres, crianças (pessoas com menos de 18 anos) e homens com respeito, independentemente da raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, deficiência, nascimento ou outro estatuto;
7. Não usarei linguagem inapropriada ou terei comportamentos inapropriados, (assédio, abuso sexual) que sejam humilhantes ou culturalmente inapropriados com mulheres, crianças ou homens;
8. Não praticarei actos de assédio sexual, como sejam avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual, incluindo actos subtis de tal comportamento (por exemplo, olhar alguém de cima abaixo; beijar, uivar ou emitir sons desapropriado; andar à volta de alguém; assobiar; dar presentes pessoais; fazer comentários sobre a vida sexual de alguém; etc.);
9. Não me envolverei em favores sexuais, por exemplo, fazer promessas ou tratamento favorável dependente de actos sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador;
10. Não encetarei contactos sexuais ou actividade com beneficiário(a)s do Projecto, seus dependentes, incluindo o aliciamento, ou contacto através de meios digitais. A crença errada sobre a idade de uma criança não será considerada como defesa. O consentimento da criança também não poderá ser usado como defesa ou desculpa.
11. A menos que haja o consentimento total de todas as partes envolvidas, não terei interacções sexuais com membros das comunidades em que trabalho ou nas comunidades circundantes. Isto inclui relações que envolvam a retenção ou a promessa de prestação efectiva de benefícios (monetários ou não monetários) aos membros da comunidade em troca de sexo. Tal actividade sexual é considerada "não consensual" no âmbito do presente Código;
12. Denunciarei às instâncias superiores do PDAC quaisquer actos de VBG ou VCC suspeitos ou reais cometidos por um colega de trabalho, seja ele funcionário de base, com cargos de chefia, quer seja ou não do PDAC, ou quaisquer violações deste Código de Conduta;
13. Manterei informado o PDAC - Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial sobre as questões que afectam as comunidades.

Sempre que realizar visitas domiciliare e tiver necessidade de me dirigir ou dialogar com crianças menores de 18 anos:

14. Certificar-me-ei que outro adulto está presente, enquanto estiver a trabalhar na proximidade das crianças;



15. Não convidarei crianças desacompanhadas não relacionadas com a minha família para a minha casa, a não ser que estejam em risco imediato de ferimentos ou em perigo físico;
16. Não utilizarei computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil (ver também "Uso de imagens infantis para fins de trabalho" abaixo);
17. Não aplicarei punição física ou disciplinar a crianças;
18. Abster-me-ei de contratar crianças com idade inferior a 14 anos ¹ (ou outra idade mais elevada que seja referida na legislação nacional) para realizar trabalho doméstico ou outro, ou qualquer trabalho que as coloque em risco significativo de lesão;
19. Cumprirei todas as disposições legais relevantes, incluindo as leis laborais em relação ao trabalho infantil, e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial sobre o trabalho infantil e a idade mínima.
20. Terei os devidos cuidados ao fotografar ou filmar crianças para fins profissionais.

Utilização de Imagens Infantis para Fins Relacionados com o Trabalho

Ao fotografar ou filmar uma criança para fins relacionados com o trabalho, devo:

21. Antes de fotografar ou filmar uma criança, avaliar e esforçar-me por cumprir as tradições locais ou as restrições de reprodução de imagens pessoais;
22. Antes de fotografar ou filmar uma criança, obter o consentimento informado da criança e do seu progenitor ou tutor. Como parte disto, devo explicar como a fotografia ou filme será usado;
23. Garantir que fotografias, filmes, vídeos e DVDs apresentam as crianças de forma digna e respeitosa e não de forma vulnerável ou submissa. As crianças devem estar adequadamente vestidas e não estar em poses que possam ser consideradas como sexualmente sugestivas;
24. Certificar-me-ei que as imagens são representações honestas do contexto e dos factos;
25. Certificar-me-ei que as etiquetas de ficheiros digitais para envio por via electrónica não revelam informações sobre a identidade da criança.

Sanções

Entendo que se eu violar este Código de Conduta Individual, o meu empregador tomará medidas disciplinares que podem incluir:

1. Aviso informal.
2. Aviso formal.
3. Treino adicional.
4. Perda de até uma semana de subsídio.
5. Suspensão do emprego (sem pagamento de salário), por um período mínimo de 1 mês até um máximo de 6 meses.
6. Cessação do vínculo laboral/contratual.
7. Denúncia à polícia, se necessário. Abertura de processo-crime junto das entidades judiciais.

¹ Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da Criança (Lei nº 25/12)



Compreendo que é minha responsabilidade assegurar que as normas ambientais, sociais, e de saúde e segurança sejam cumpridas. Que vou aderir ao plano de gestão da saúde e ocupacional. Que evitarei acções ou comportamentos que possam ser interpretados como VBG ou VCC. Tais acções serão uma violação deste Código de Conduta Individual. Reconheço, por este meio, que li o código de conduta individual acima, aceito cumprir as disposições nele contidas e compreendo as minhas funções e responsabilidades para prevenir e responder às questões ASSS, SSO, VBG e VCC. Compreendo que qualquer acção incompatível com este Código de Conduta Individual ou a ausência de acção mandatada por este Código de Conduta Individual pode resultar em acções disciplinares e podem afectar o meu actual e futuros empregos.

Assinatura: _____

Nome (letra de imprensa): _____

Função: _____

Data: _____